

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 6ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – 3ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.4 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/2/2020

Presidência dos Deputados Doutor Jean Freire e Fernando Pacheco

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2020; Projetos de Lei nºs 1.486 e 1.489 a 1.495/2020; Requerimentos nºs 4.725, 4.726 e 4.754 a 4.764/2020; Requerimentos Ordinários nºs 648/2019 e 800 e 802/2020 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e de Minas e Energia – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Professor Cleiton, Duarte Bechir e Doutor Jean Freire, da deputada Leninha e do deputado Delegado Heli Grilo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 800 e 802/2020 e 648/2019; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro

Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Elismar Prado, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Dos Srs. Antônio Arthur Barros Mendes e José Adércio Leite Sampaio, procuradores da República em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.438/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.477/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.468/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, encaminhando informações relativas a recomendações contidas no Relatório Final da CPI da Barragem de Brumadinho dirigidas a essa casa. (– Anexe-se ao referido relatório. Vista ao Grupo de Trabalho da Barragem de Brumadinho.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52/2020

Altera a redação do parágrafo 2º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica alterada a redação do § 2º do art. 84 do ADCT, que contará com a redação seguinte:

“§ 2º – O disposto neste artigo se aplica à bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, aos complexos hidrotermais e hoteleiros do Barreiro de Araxá e de Poços de Caldas, à bacia do Rio Grande e ao reservatório de Furnas devendo ser respeitada, para esse último, a cota mínima de 762 metros acima do nível do mar e permitido seu múltiplo uso para a agricultura, turismo, piscicultura e geração de energia.”

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020.

Professor Cleiton – Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Justificação: Nos últimos anos a população da região do reservatório de Furnas vem sendo humilhada por conta do descaso do Operador Nacional do Sistema, de Furnas Centrais Elétrica e pelo Governo Federal.

Entra ano e sai ano e os níveis do Lago de Furnas sempre permanecem baixos, causando prejuízos para a agricultura, para a piscicultura e especialmente para o turismo.

Em março de 2019, logo no início dessa Legislatura, propus a realização de uma audiência pública para debater as dificuldades enfrentadas pela Região e os prejuízos que o descaso desses órgãos vem gerando em nosso Estado, infelizmente, nada mudou.

Também fizemos uma manifestação na cidade de São José da Barra, à margem da barragem de furnas onde pudemos constatar que as águas de furnas corriam pelos vertedouros sem gerar energia.

Fomos surpreendidos e denunciemos em vídeo a resposta do Operador Nacional do Sistema (ONS) ao Senador Antônio Anastasia em que esse órgão assume que as águas estão sendo desviadas para permitir a navegabilidade da hidrovía Tietê-Paraná, no Estado de São Paulo.

É inadmissível que Minas Gerais permita que esse povo, que já sofreu quando da inundação das áreas mais férteis de sua terra na época da criação do reservatório, seja novamente humilhado justamente nesse momento em que aprendeu a conviver com a represa e dela começou a tirar seu sustento.

Existem estudos que comprovam que a cota mínima 762 permite a múltipla utilização do Lago, conciliando a agricultura, o turismo, a piscicultura e a geração de energia em capacidade máxima.

Por tais razões, ao acrescentar ao ADCT e, por consequência, à Constituição Mineira, uma cota mínima e o tombamento do lago, tem-se a possibilidade de que seja garantida a dignidade do povo de Minas Gerais e nossa soberania enquanto Estado da Federação, razão pela qual solicito a aprovação dessa Emenda na forma como apresentada.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.486/2020

Dispõe sobre a instituição, no âmbito do Estado de Minas Gerais, do “Programa Veículo Legal” e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído, no âmbito do Estado do de Minas Gerais, o “Programa Veículo Legal”.

Art. 2º – O “Programa Veículo Legal” compreende a disponibilização, pelo Poder Público, em blitz e operações de fiscalização policiais e de trânsito realizadas no âmbito do Estado de Minas Gerais, de ferramentas, dispositivos e/ou equipamentos que possibilitem ao proprietário ou condutor do veículo o pagamento, no ato de fiscalização pela autoridade competente, das pendências, débitos e eventuais encargos financeiros existentes no prontuário de veículo automotor no momento da abordagem, visando evitar o recolhimento do veículo nas situações em que a autoridade constatar, como irregularidade, exclusivamente a falta de regularização documental veicular .

Parágrafo único – A devida comprovação documental ou por meio hábil eletrônico, de regularização documental veicular, através da regularização financeira, possibilitará que o veículo automotor seja liberado na via pública, sendo desnecessária a adoção de medida administrativa de remoção ao Depósito credenciado nos termos do parágrafo único do art. 133 da Lei Federal nº 9.503/97 e alterações incluídas pela Lei Federal nº 13.281/16.

Art. 3º – O Programa “Programa Veículo Legal” deverá estabelecer:

- I – as ações, o cronograma e os prazos para a viabilização e implementação do Programa no Estado de Minas Gerais;
- II – a qualificação das autoridades policiais e de trânsito devidamente habilitadas para a execução do Programa.
- III – a forma de registro a ser adotada pelas autoridades policiais e de trânsito, nas anotações constantes da ficha de ocorrência, para fins de:
 - a)) comprovação quanto à oportunidade viabilizada ao condutor/proprietário abordado para o respectivo pagamento e regularização documental veicular, através da disponibilização de mecanismos eletrônicos de consulta veicular e de pagamento pelo Poder Público;
 - b) comprovação quanto a efetiva regularização documental veicular que der causa a liberação do veículo, através do comprovante de regularização financeira;
 - c) comprovação quanto aos motivos da não regularização documental veicular que der causa ao recolhimento do veículo.

Art. 4º – Os órgãos executivos de trânsito e rodoviário estaduais, em conjunto com a Secretaria de Fazenda do Estado – SEFAZ – e instituição bancária credenciada/conveniada, adotarão as medidas necessárias à celeridade na implementação da cobrança de débitos veiculares pendentes, através de mecanismos portáteis eletrônicos para consulta em tempo real (online), com a disponibilização das ferramentas, dispositivos e equipamentos aos órgãos de fiscalização, além da integração de dados em plataforma pública informatizada, a ser desenvolvida por entidade de processamento de dados credenciada/conveniada, disponibilizada aos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Trânsito – SIT – sob a coordenação do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MG.

§ 1º – O mesmo procedimento de cobrança de débitos infracionais e de multas de trânsito vencidas será aplicado na fiscalização dos veículos estrangeiros em circulação na circunscrição do Estado De Minas Gerais.

§ 2º – A entidade de processamento de dados credenciada/conveniada, poderá desenvolver sistema informatizado para integração de dados financeiros e veiculares visando a comprovação das situações documentais veiculares e a sua integração dos equipamentos portáteis, compatíveis com o sistema informatizado dos órgãos financeiros aptos a receberem os respectivos pagamentos.

Art. 5º – Excluem-se do disposto nesta Lei os veículos envolvidos em ilícitos policiais e os com pendências judiciais.

Art. 6º – Fica estabelecido o prazo máximo de até 6 (seis) meses para que seja implementado, em definitivo, o "Programa Veículo Legal" no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 7º – O Poder Público poderá firmar convênio visando a implementação dos preceitos desta Lei.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020.

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.489/2020

Institui a Semana de Divulgação e Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Semana de Divulgação e Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, a realizar-se, anualmente, no período compreendido sempre na segunda semana de outubro, mês no qual se comemora o Dia da Criança.

Art. 2º – A Semana de Divulgação e Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA terá por finalidade:

I – divulgar o conteúdo do ECA, esclarecendo à comunidade sobre sua finalidade, alcance e aspectos legais;

II – promover a valorização do ECA, afirmando-o como instrumento essencial na promoção de direitos fundamentais;

III – discutir a adoção de políticas e atividades permanentes que objetivem ampliar o conhecimento e o respeito ao disposto no ECA;

IV – aproximar a comunidade dos Conselhos Tutelares, divulgando informações sobre o trabalho e a competência destes órgãos.

Art. 3º – A rede estadual de ensino público, bem como órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e Defensoria Pública de Minas Gerais, poderão realizar, em conjunto, a Semana de Divulgação e Valorização do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020.

Ione Pinheiro

Justificação: As relações entre menores e a sociedade em geral redundaram na necessidade de diálogo constante sobre COMO se deve BUSCAR JUSTIÇA e valorização da infância e adolescência.

Cumpra pois papel de relevância o PROJETO DE LEI que chama a sociedade em geral, e, órgãos e poderes em específicos, para RELEMBRAR e DIALOGAR sobre lei que não pode ficar no papel, mas que carece de EFETIVIDADE e com isso redundar em EFICÁCIA.

A Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi criada em 13 de julho de 1990. A norma que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente é bastante famosa no mundo inteiro, pela amplitude de seus preceitos e pela forma como protege nossas crianças.

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente é o documento que traz a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança, onde a criança e o adolescente tem direito a proteção e garantias específicas, tendo como princípios fundamentais:

– Princípio do Interesse do Menor: todas as decisões que dizem respeito ao menor devem levar em conta seu interesse superior. Ao Estado, cabe garantir que a criança ou o adolescente tenham os cuidados adequados quando pais ou responsáveis não são capazes de realizá-los;

– Princípio da Prioridade Absoluta: contido na norma constitucional (artigo 227), ele estabelece que os direitos das crianças e dos adolescentes devem ser tutelados com absoluta prioridade.

Considerando esses princípios, o ECA tenta garantir aos menores os direitos fundamentais: vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção.

A matéria ora apresentada é pertinente e passível de ser legislada por esta Casa Legislativa, não havendo o que se cogitar na extrapolção de competência, uma vez que não cria, revoga ou altera regras do Estatuto Federal.

Nestes termos, a proposição visa a popularização e divulgação das garantias estabelecidas pelo ECA para todas as crianças e adolescentes do Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.490/2020

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Arinos – Acomar –, com sede no Município de Arinos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Arinos – Acomar –, com sede no Município de Arinos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020

Virgílio Guimarães–PT, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Justificação: A Associação Comunitária dos Moradores de Arinos é uma sociedade civil do direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, com duração indeterminada. A Associação tem como os objetivos permanentes de promoção de assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, promoção gratuita da educação comunitária e profissional, promoção da segurança nutricional, preservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como o combate a pobreza.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.491/2020

Declara patrimônio cultural e imaterial do Estado o Coral Trovadores do Vale, do Município de Araçuaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado patrimônio cultural imaterial do Estado o Coral Trovadores do Vale, do Município de Araçuaí.

Art. 2º – Compete ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – desenvolver estudos, levantamentos, pesquisas e instauração do processo de certificação, conforme o Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020.

Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

Justificação: O Coral Trovadores do Vale é um grupo de cultura popular fundado no ano de 1970 em Araçuaí, pela iniciativa de um frei franciscano holandês, conhecido como frei Chico, e com a participação de pessoas da própria comunidade.

Frei Chico e a artesã Lira buscaram recolher e resgatar, em toda a comunidade, cantigas, brincadeiras, cantos e danças que ainda permaneciam na memória de muitas pessoas da região do Médio Jequitinhonha. Essa região, conhecida pela rica cultura materializada em festas religiosas e populares, acumulou um vasto e rico costume passado de geração em geração.

A proposta era que o coral, além de cantar em celebrações da Igreja Matriz de Araçuaí, cantasse também as músicas próprias da região do Vale do Jequitinhonha. Entre os cantos e cantigas preservados pelo coral estão os cantos de trabalho como os de canoeiros, de tropeiros, de boiadeiros, de machadeiros, de lavadeiras, além de penitências, excelências e folias. Fazem parte também do vasto celeiro preservado as danças de roda, vilão, contradança, tecedeira, nove, batuques, sendo as vozes acompanhadas pelo tamborzão, roncador, pirraça, pandeiro, caixa e violão.

O coral completa 50 anos em 9 de agosto de 2020 e continua em plena atividade. Entende-se que a convivência do pesquisador junto ao coral, nessa prática há cinco décadas de existência, tem um valor memorável, cumprindo seu papel social e cultural para o município e a região.

O trabalho do coral é oriundo de um projeto de pesquisa cujo tema são os processos educativos gerados a partir da prática social de canto e dança do Coral Trovadores do Vale e parte do entendimento de que, nas mais variadas práticas musicais, escolares ou não escolares, encontramos subsídios para pensar a educação musical. Entende-se ainda como emergente a busca por outras epistemologias, por novas narrativas, formas de olhar e ouvir que historicamente foram negadas. Acredita-se que a democratização de tais narrativas é fundamental para outras propostas vinculadas ao ensino de música.

Assim, considero mais que justo o reconhecimento para que o Coral Trovadores do Vale se torne patrimônio cultural do Estado. Contamos com o reconhecimento dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.492/2020

Dá denominação ao trecho rodoviário que liga à BR-262 ao Município de Pirajuba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Rodovia Vitor Montenegro Wanderley o trecho da rodovia que liga o Município de Pirajuba à BR-262.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020.

Delegado Heli Grilo, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública e Vice-Líder do Bloco Liberdade e Progresso (PSL).

Justificação: O Dr. Vitor Montenegro Wanderley foi um ilustre e admirável engenheiro e empresário. Durante toda sua vida contribuiu muito para o desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro, e seus feitos resultaram na criação de quatro usinas no Estado de Minas Gerais, com quatro mil emprego diretos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.493/2020

Dispõe sobre o tratamento de paciente com gigantomastia e estabelece prazo para tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A paciente com gigantomastia receberá gratuitamente no Sistema Único de Saúde - SUS - todos os tratamentos necessários, na forma desta lei.

Parágrafo único – Gigantomastia é uma hipertrofia mamária gigante, que ultrapassa os volumes convencionais.

Art. 2º – A paciente diagnosticada com gigantomastia apresentará requerimento à Secretária Municipal de Saúde, ao qual deverá estar anexado relatório médico do mastologista constando o diagnóstico de gigantomastia e relatório do ortopedista indicando patologias da coluna relacionadas com o aumento das mamas.

§ 1º – O preenchimento e o envio do formulário de requerimento da cirurgia caberá ao médico mastologista responsável pelo diagnóstico de gigantomastia.

§ 2º – A requisição deverá ser feita à Secretaria de Saúde do município da paciente, que a encaminhará à Secretária de Estado de Saúde.

§ 3º – Nos municípios que não possuem gestão plena do SUS, a notificação deve ser feita diretamente à Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 3º – No relatório médico do mastologista em que consta o diagnóstico de gigantomastia deverão ser constatados:

I – afundamento da musculatura supra-clavicular (degrau da musculatura);

II – distância intermamilar – DI – maior que 35 cm;

III – distância do mamilo do umbigo – DMU – menor que 25 cm;

IV – circunferência torácica – CT – maior que 110 cm;

V – circunferência mamária – CM – maior que 55 cm;

VI – distância ombro a mamilos – DOM – maior que 30 cm.

Art. 4º – O Estado autorizará no prazo de um ano a cirurgia de paciente identificado com, pelo menos, três dos itens citados no artigo art. 3º.

Parágrafo único – O prazo começa a correr a partir da data de apresentação do requerimento à Secretária de Estado de Saúde.

Art. 5º – O descumprimento desta lei sujeitará os gestores direta e indiretamente responsáveis às penalidades administrativas.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2020.

Doutor Jean Freire, Presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

Justificação: A gigantomastia pode causar uma série de problemas de saúdes nas mulheres, que podem ir de sintomas físicos até psicológicos. Entre alguns desses problemas, podemos destacar dores crônicas nas costas, dores constantes nos ombros e pescoço, risco de hérnias, desvios na coluna cervical, assaduras na pele na região abaixo dos seios, peso excessivo que pode atrapalhar a paciente em tarefas comuns do dia a dia ou até dificuldade na pratica de exercício físico, hérnias, problemas respiratórios e de postura, estrias no seios e problemas psicológicos e emocionais, como baixa autoestima e traumas.

O Sistema Único de Saúde – SUS – oferece a cirurgia de mamoplastia a mulheres detectadas com está hipertrofia, no entanto muitas mulheres em situação crítica vêm enfrentando dificuldades para ter acesso, tendo de esperar por longo tempo.

Trata-se, portanto, de uma violência institucional praticada pelo Estado contra as mulheres, pois essa demora ou recusa pode desenvolver quadros depressivos. Registra-se assim a necessidade de intervenção legislativa a fim de garantir os preceitos constitucionais de acesso a todos a um tratamento de qualidade, digno e universal.

Portanto, conto com o apoio dos meus pares para aprovação deste importante projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.494/2020

Declara de utilidade pública a Entidade Liga de Desportos de Raposos
– MG, com sede no Município de Raposos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Entidade Liga de Desportos de Raposos - MG, com sede no Município de Raposos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de fevereiro de 2020.

Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

Justificação: A Liga de Desportos de Raposos é uma associação com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade; adquiriu personalidade jurídica; funciona há mais de um ano; os cargos de direção não são remunerados e seus diretores são pessoas idôneas, conforme consta no Estatuto e Atestado anexados.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.495/2020

Dispõe sobre o procedimento de desfazimento de Bens Móveis pelas
escolas Estaduais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizado às Escolas da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais o desfazimento de bens móveis inutilizáveis, caso a Secretaria de Educação não tome providências em até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos desta Lei, observando-se as seguintes finalidades:

I – doação para outras escolas das redes estaduais, municipal ou federal, autarquias, fundações ou outras entidades que prestem atendimento educacional sem fins lucrativos;

II – doação para entidades destinadas à reciclagem;

III – alienação do bem, com reversão dos recursos apurados para melhoria da escola.

Art. 2º – O valor de alienação dos bens não poderá ser inferior ao valor mínimo definido pelo mercado.

Art. 3º – Os bens serão alienados no estado de conservação e manutenção que se encontram, por serem considerados como inservíveis para a Escola Estadual, e após alienados será procedida a devida baixa do patrimônio estadual.

Art. 4º – Os bens a serem baixados serão descartados em locais apropriados, sendo vedada a doação a particulares.

Art. 5º – O desfazimento de bens móveis deverá ser precedido de deliberação de uma Comissão Gestora de Descarte de Bens Móveis, a ser instituída no âmbito de cada Escola da Rede Estadual de Educação.

§ 1º – A Comissão Gestora de Descarte de Bens Móveis deverá ser composta por no mínimo três integrantes da unidade escolar, ocupantes dos seguintes cargos:

I – um diretor;

II – um professor, a ser indicado pela direção da unidade escolar;

III – um bibliotecário ou auxiliar de biblioteca, a ser indicado pela direção da unidade escolar.

§ 2º – A instituição da Comissão Gestora de Descarte de Bens Móveis deverá ser levada ao conhecimento do Colegiado da unidade escolar e registrada em ata.

Art. 6º – A Comissão Gestora de Descarte de Bens Móveis deverá registrar em relatório, contendo dentre outros que julgarem necessários:

I – indicação de uma das finalidades previstas no art. 1º desta Lei;

II – identificação do número e tipo de bens aos quais será dada a finalidade indicada;

III – declaração do decurso de validade dos bens;

IV – fotografias dos bens a serem descartados, apresentando seus principais problemas;

V – indicação das características motivadoras do descarte, previstas nos incisos do art. 7º desta Lei.

Parágrafo único – O relatório formulado pela Comissão Gestora de Descarte de Bens Móveis deverá ser apreciado pelo Colegiado Escolar e sua aprovação ser registrada em ata assinada por todos os presentes, em reunião específica para conhecimento e formalização do desfazimento.

Art. 7º – Serão encaminhados para descarte os bens móveis considerados irrecuperáveis.

Parágrafo único – São irrecuperáveis bens móveis que não puderem ser mais utilizados para o fim a que se destinam, em razão da perda de suas características ou da inviabilidade econômica de sua recuperação, apresentando uma ou mais das seguintes características:

I – estar quebrado;

II – estar sem condições de reparos;

III – estar molhado e/ou mofado;

IV – apresentar contaminação por dejetos animais.

Art. 8º – As doações a que se referem o inciso I e II do art. 1º desta Lei deverão ser formalizadas em termo de doação, devidamente registrado no órgão competente, devendo nele constar:

I – identificação dos respectivos doador e donatário;

II – assinatura dos membros da Comissão Gestora de Descarte de Bens Móveis e da direção da Escola;

III – descrição dos bens móveis doados.

Art. 9º – É proibido o desfazimento dos bens em lixo comum.

Art. 10 – É proibida a incineração dos bens de que trata esta Lei.

Art. 11 – Fica proibido o descarte e a doação de bens durante período eleitoral.

Art. 12 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2020.

Léo Portela, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Vice-Líder do Bloco Democracia e Luta (PL).

Justificação: Quando os bens não estão mais em condições de uso, as escolas devem entrar em contato com a Secretaria de Educação para que faça o descarte.

Entretanto, muitas vezes a Secretaria de Educação não o faz, ou demora muito tempo. Com isso, os materiais ficam entulhados nas escolas, ocupando espaços que deveriam ser utilizados para outros fins.

Este Projeto de Lei tem por intuito desburocratizar o processo de descarte e ou doação, caso a Secretaria não tome providências em até 180 (cento e oitenta) dias.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.725/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de informações, tendo em vista as demandas apresentadas à comissão durante reunião realizada em 5/2/2020, sobre os protocolos de prevenção de enchentes e outros desastres adotados pelo município, incluindo o planejamento urbano, a remoção de moradores de áreas de risco e a execução de obras, especialmente diante das fortes chuvas que atingiram esse município e toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.726/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de informações, nos termos demandados à comissão durante a reunião realizada em 5/2/2020, sobre o Plano Diretor Municipal, esclarecendo-se se há processo de atualização ou revisão de plano existente, tendo em vista a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, especialmente diante dos prejuízos decorrentes das fortes chuvas que atingiram o município e toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.754/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas por essa secretaria para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.755/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que convide os seguintes órgãos e instituições para participar da Câmara Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas: Ministério Público Estadual, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, Conselho Seccional da OAB e Federação Brasileira das Clínicas Especializadas em Dependência Química.

Nº 4.756/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços disponibilizados no Estado para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas, discriminando o número de vagas existentes e a sua distribuição no Estado por modalidade de serviços e o número de crianças e adolescentes usuários de drogas atendidos nos últimos dois anos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.757/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que a Vigilância Sanitária do Estado envie esforços a fim de apoiar os municípios na fiscalização de estabelecimentos de saúde ou de interesse da saúde que realizam internação involuntária ou voluntária de usuários de drogas no Estado.

Nº 4.758/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que os atendimentos realizados pelo Centro Psíquico da Adolescência e da Infância – Cepai – sejam mantidos para crianças e adolescentes provenientes de todo o Estado e não apenas do Município de Belo Horizonte.

Nº 4.759/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de leitos de saúde mental em hospitais gerais disponibilizados pelo Estado e o número de usuários de drogas atendidos nesses leitos nos anos de 2018 e 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.760/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de clínicas psiquiátricas e serviços de saúde especializados, públicos e privados, habilitados no Estado para a internação involuntária de usuários de drogas, bem como o número de internações involuntárias de usuários de drogas notificadas aos órgãos de fiscalização desses estabelecimentos, nos termos da Lei Federal nº 13.840, de 5 de junho de 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.761/2020, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam realizadas obras de pavimentação da MG-060, no trecho entre os Municípios de Esmeraldas e São José da Varginha. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.762/2020, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a pavimentação da MG-060, no trecho que liga as cidades de Esmeraldas e São José da Varginha. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.763/2020, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado ao secretário Especial do Esporte pedido de providências para que inclua os jovens atletas do Estado de Minas Gerais nos programas de intercâmbio realizados através do termo de cooperação celebrado entre Brasil e Japão.

Nº 4.764/2020, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rodrigo Massaud Salomão pelo brilhante trabalho exercido por esse competente profissional da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais na causa da proteção animal e no combate aos crimes contra o meio ambiente na cidade de Juiz de Fora e região, sobretudo pela condução do Núcleo de Proteção Animal de Juiz de Fora.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 648/2019, do deputado Arlen Santiago e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o ex-governador Hélio Garcia, bem como os deputados estaduais da V Legislatura.

Nº 800/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer a retirada de tramitação do Requerimento nº 4.551/2020, de sua autoria.

Nº 802/2020, do deputado Zé Guilherme, em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.293/2019, de sua autoria.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Transporte, de Esporte, da Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e de Minas e Energia.

Questão de Ordem

A deputada Marília Campos – Agradeço, Sr. Presidente. Eu queria aproveitar a abertura desta sessão para dar duas informações que julgo muito relevantes para Minas Gerais. A primeira é que amanhã será julgada, no Supremo Tribunal Federal, a ação da PGR com relação à renovação das concessões das ferrovias no nosso país. Essa é uma luta que a Comissão Pró-Ferrovias tem travado, ou seja, a luta pela não renovação das concessões, e foi por essa razão que a PGR entrou com ação questionando a renovação das concessões. Então, a minha fala aqui é no sentido de colocar para todos e todas a importância de o Supremo Tribunal Federal não deixar perpetuar essas concessões sem licitação, para que Minas Gerais não perca esse processo de renovação das concessões ferroviárias. A outra informação importante é que eu acabei de receber um convite do governador do Estado, do governo Zema. Ele fará uma visita a Contagem amanhã, na parte da manhã, e o objetivo dessa visita é acompanhar a obra do PAC Ferrugem, que está paralisada há vários anos. Ela foi reiniciada no governo Pimentel e depois paralisada, reiniciou-se no governo Zema e depois paralisou-se, e amanhã o governador anunciou que vão ser retomadas as obras do PAC Ferrugem. É até com muito satisfação que eu falo isso, porque nós tivemos recentemente as enchentes que trouxeram mortes, tragédias e muitos danos às pessoas, às cidades. E essa obra do PAC Ferrugem é uma obra de contenção de enchentes, porque visa não só retirar os moradores das beiras dos córregos através de indenização, através de desapropriação, como também a construção de reservatórios. São cinco reservatórios, sendo que um já está sendo construído, e faltam mais quatro. Esses reservatórios vão guardar a água para que ela não provoque enchentes no Rio Arrudas. Portanto, eu trago essa boa-nova com muita satisfação, porque isso foi motivo da nossa luta promovendo audiência pública, visita técnica à obra do PAC Ferrugem. E, ela sendo retomada, não será apenas um alívio para as famílias que moram em área de risco, como também uma forma de a gente estar lidando preventivamente com as intensas chuvas que nós temos tido em Minas Gerais. Essas são as minhas colocações. Obrigada, presidente.

Oradores Inscritos

– Os deputados Professor Cleiton e Duarte Bechir proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Fernando Pacheco) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

– O deputado Doutor Jean Freire, a deputada Leninha e o deputado Delegado Heli Grilo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do *caput* do art. 285 do Regimento Interno, torna sem efeito a aprovação, na 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, realizada em 18/2/2020, do Requerimento nº 4.551/2020, da deputada Delegada Sheila, tendo em vista o protocolo anterior em Plenário do Requerimento Ordinário nº 800/2020, da mesma deputada, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 4.551/2020.

Mesa da Assembleia, 19 de fevereiro de 2020.

Doutor Jean Freire, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 4.755, 4.757 e 4.758/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, 4.763/2020, da Comissão de Esporte, e 4.764/2020, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Transporte – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 18/2/2020, dos Requerimentos nºs 4.553, 4.565 a 4.568 e 4.577/2020, da deputada Delegada Sheila, 4.554/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.556/2020, do deputado João Vítor Xavier, 4.557/2020, do deputado Sávio Souza Cruz, 4.561/2020, do deputado Bruno Engler, 4.593/2020, do deputado Mário Henrique Caixa, 4.608/2020, da Comissão de Cultura, e 4.622 a 4.629/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras;

de Esporte – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/2/2020, do Requerimento nº 4.592/2020, do deputado Coronel Henrique;

da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/2/2020, do Projeto de Lei nº 670/2019, do deputado Cristiano Silveira, com a Emenda nº 1, e do Requerimento nº 4.588/2020, do deputado Duarte Bechir;

de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 18/2/2020, do Requerimento nº 4.582/2020, do deputado Gustavo Mitre;

de Assuntos Municipais – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 19/2/2020, dos Requerimentos nºs 4.570 a 4.572/2020, da deputada Rosângela Reis; e

de Minas e Energia – aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 19/2/2020, dos Requerimentos nºs 4.176 e 4.227/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, e 4.308 a 4.311/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 800/2020, da deputada Delegada Sheila, em que solicita a retirada de tramitação do Requerimento nº

4.551/2020, e o Requerimento Ordinário nº 802/2020, do deputado Zé Guilherme, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 1.293/2019 (Arquivem-se o requerimento e o projeto.); e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 648/2019, do deputado Arlen Santiago e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o ex-governador Hélio Garcia, bem como os deputados estaduais da 5ª Legislatura.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/2/2020

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação – Discussão e Votação de Proposições: Requerimento dos deputados André Quintão, Cássio Soares, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; prejudicialidade de requerimento dos deputados Sargento Rodrigues e Bruno Engler e da deputada Delegada Sheila – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.415/2020; apresentação da Emenda nº 3; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação; requerimento do deputado Guilherme da Cunha; deferimento; leitura da Emenda nº 3; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; votação nominal da Emenda nº 3; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2020; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; requerimento do deputado Fernando Pacheco; deferimento; leitura e votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.418/2020; apresentação da Emenda nº 1; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2019; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; rejeição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2020; encerramento da discussão; discurso do deputado Guilherme da Cunha; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.445/2020; encerramento da discussão; discurso do deputado Guilherme da Cunha; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2020; encerramento da discussão; discursos da deputada Marília Campos e do deputado Guilherme da Cunha; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.447/2020; encerramento da discussão; discurso dos deputados Guilherme da Cunha, Sávio Souza Cruz e Virgílio Guimarães; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2020; encerramento da discussão; discurso do deputado Guilherme da Cunha; Questão de Ordem; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.449/2020; encerramento da discussão; discurso do deputado Guilherme da Cunha; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/2020; encerramento da discussão; discurso da deputada Marília Campos; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.451/2020; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; discursos dos deputados Guilherme da Cunha, Professor Wendel Mesquita, Alencar da Silveira Jr., Sávio Souza Cruz, Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Bartô e André Quintão e da deputada Beatriz Cerqueira; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– A deputada Marília Campos, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Tadeu Martins Leite) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 44 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento dos deputados André Quintão, Cássio Soares, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz em que solicitam a manutenção da ordem da pauta desta reunião. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Sargento Rodrigues – Verificação, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 38 deputados, que, somados à presença da presidência, totalizam 39 parlamentares. Está ratificada a aprovação do requerimento. Com a aprovação do requerimento dos deputados André Quintão, Cássio Soares, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, fica prejudicado o requerimento dos deputados Sargento Rodrigues e Bruno Engler e da Delegada Sheila em que solicitam a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.451/2020 seja apreciado em primeiro lugar.

O presidente (Antonio Carlos Arantes) – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.415/2020, dos deputados Agostinho Patrus, André Quintão, Cássio Soares, Gustavo Valadares, Inácio Franco, Luiz Humberto Carneiro, Sávio Souza Cruz, Ulysses Gomes e da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a antecipação, para os municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, do pagamento de parcelas fixadas em acordo firmado entre o Estado e a Associação Mineira dos Municípios, nos termos que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 3, acompanhada de Acordo de Líderes subscrito pela maioria dos líderes com assento nesta Casa e de Decisão da Presidência acolhendo e determinando o cumprimento do referido acordo, que foram publicados na edição do dia 19/2/2020.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado João Magalhães, que recebeu o nº 3, e que, por conter matéria nova, vem acompanhada de Acordo de Líderes e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda será submetida a votação independentemente de parecer.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O deputado Gustavo Santana – Voto “sim”, Presidente.

O deputado Betinho Pinto Coelho – Sr. Presidente, registre meu voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas.

O deputado Guilherme da Cunha – Sr. Presidente, solicito a leitura da Emenda nº 3.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 3.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 3, que foi publicada na edição do dia 19/3/2020.)

O presidente – Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Em votação, a Emenda nº 3.

– Registram “sim”: Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 3. Está, portanto, aprovado, em 2º único, o Projeto de Lei nº 1.415/2020, com Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.416/2020, dos deputados Agostinho Patrus, André Quintão, Cássio Soares, Gustavo Valadares, Inácio Franco, Luiz Humberto Carneiro, Sávio Souza Cruz, Ulysses Gomes e da deputada Ione Pinheiro, que isenta das taxas que menciona a emissão de nova via de documentos destruídos, danificados, perdidos ou extraviados e o licenciamento de veículos danificados, perdidos ou extraviados em razão de desastres naturais ocorridos em 2020. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas.

O deputado Fernando Pacheco – Sr. Presidente, solicito a leitura das emendas.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à leitura das emendas.

O secretário – (– Lê as Emendas nºs 1 e 2, que foram publicadas na edição do dia 7/2/2020.)

O presidente – Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Sargento Rodrigues – Meu voto é “sim”, Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as emendas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.416/2020 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.418/2020, dos deputados Agostinho Patrus, André Quintão, Bartô, Beatriz Cerqueira, Cássio Soares, Cristiano Silveira, Doutor Wilson Batista, Glaycon Franco, Gustavo Valadares, João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, que dispõe sobre homenagem em obras públicas do Estado às vítimas do rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, acompanhada de Acordo de Líderes subscrito pela maioria dos líderes com assento nesta Casa e de Decisão da Presidência acolhendo e determinando o cumprimento do referido acordo, que foram publicados na edição do dia 19/2/2020.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Celinho Sintrocel, que recebeu o nº 1, e que, por conter matéria nova, vem acompanhada de Acordo de Líderes. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos –

Oswaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Hely Tarquínio – Voto “sim”, Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Oswaldo Lopes – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.418/2020 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2019, do governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem de Resíduos Veiculares e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocél – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Oswaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

– Registra “sim”:

Delegado Heli Grilo.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocetel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Delegado Heli Grilo – Retifique meu voto, Presidente. Voto “não”.

O deputado Hely Tarquínio – Presidente, meu voto é “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “não” 55 deputados. Não houve voto favorável. Estão rejeitadas as emendas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.355/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2020, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado, relativo aos anos de 2018 e 2019. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, caros colegas, esse é o primeiro de uma série de projetos em que apreciaremos pedidos de reajustes apresentados por diversas categorias. Esse projeto é dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, servidores estes que estão entre os mais bem remunerados de todo o Estado, cuja renda os coloca, sem a menor sombra de dúvida, entre os 5% dos mineiros com maior salário, com maior renda no Estado.

É certo, Sr. Presidente, que o Ministério Público possui orçamento próprio, autônomo, mas é certo também que todo o dinheiro que compõe esse orçamento sai de um lugar, de um lugar apenas: ele sai do bolso do cidadão mineiro, ele sai de 21 milhões de pessoas, cuja renda média é inferior a R\$2.000,00, que precisam, com todo o esforço, arcar com uma carga tributária altíssima para sustentar esses salários.

Por um lado, o Ministério Público pode apresentar de que maneira pretende dispor de seu orçamento, mas isso não significa, de maneira nenhuma, um cheque em branco para que eles se apropriem de cada centavo possível e disponível. Pelo contrário, é necessário – e esse projeto demonstra isso – que eles obtenham a autorização desta Casa para se apropriar de uma parcela ainda maior desses suados impostos dos cidadãos mineiros. Cabe a nós decidirmos se permitiremos ao Ministério Público usar cada centavo disponível ou se colocaremos na balança, além das necessidades do órgão para fazer um bom trabalho, o respeito às famílias mineiras que pagam a conta ao final.

Entendo que a remuneração já é boa o suficiente por uma razão, e uma razão muito simples: quando abre um concurso para o Ministério Público, o que não falta é candidato. Se quem está do lado de dentro está entendendo que a remuneração está baixa, está indigna, está, de alguma maneira, incompatível com o que se espera da função. Do lado de fora temos uma multidão se matando de estudar, virando estudante profissional, horas por dia, unicamente para ter acesso a essa mesma remuneração. E é gente boa, é gente que tem muita qualidade, é gente que consegue ser aprovada e ficar até em cadastro de reserva. Não falta gente qualificada para ocupar essas funções com o salário atual. O que significa, por óbvio, que o salário está bom; o que significa que isso já é suficiente

para o bom desempenho da função; o que significa que a gente não precisa tirar mais dinheiro do bolso do cidadão mineiro para custear um aumento como o proposto.

O que sugiro, senhoras, senhores, é que a gente pense nesses 21 milhões, 21 milhões que compõem a maioria silenciosa de Minas Gerais, 21 milhões que não enchem galeria, 21 milhões que estão levantando, indo trabalhar, pagando seus impostos. São essas pessoas que, em última análise, vão ser prejudicadas com o projeto que a gente aprecia no momento; são essas pessoas que vão pagar a conta. É nessas pessoas que penso, são essas pessoas que quero proteger.

Conclamo os colegas a colocarmos ao Ministério Público a meta de desempenhar bem a sua função com a despesa já existente. E, se houver sobras orçamentárias, que as devolvam ao Executivo para ajudar a custear os nossos serviços já precários de saúde, de educação, de segurança e de infraestrutura. É importante que o Ministério Público, órgão autônomo, de orçamento próprio, faça também o seu sacrifício, faça também a sua parte. E nem é um sacrifício descabido ou de outro mundo: já estão entre os mais bem remunerados de todo o Estado.

Sr. Presidente, eu encaminho o voto pelo “não” em respeito aos 21 milhões de mineiros que pagarão a conta, em respeito às pessoas que dependem de sobras orçamentárias para os nossos serviços de saúde, de segurança e de educação e obras de infraestrutura; em respeito às pessoas que, silenciosas, sem encher essas galerias e sem pressionar nem um gabinete, vão ser as maiores prejudicadas se resolvermos simplesmente fazer um agrado ao órgão que agora nos solicita.

Senhoras, senhores, o meu voto é pelo “não”. Espero contar com a companhia de vários dos meus pares.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Doutor Jean Freire – Guilherme da Cunha – Marília Campos.

O deputado Mário Henrique Caixa – Meu voto é “sim”, Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 4 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira –

Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.444/2020 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.445/2020, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O encaminhamento aqui não difere muito do que acabamos de fazer em relação ao Ministério Público, com algumas diferenças fundamentais.

A Defensoria Pública, em que pese ser órgão autônomo, está vinculada ao Poder Executivo, diferente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O Poder Executivo, senhoras e senhores, está acima do limite prudencial de despesas de pessoal permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, aqui, neste caso, não estamos diante unicamente de uma imoralidade com os 21 milhões de cidadãos mineiros que vão pagar a conta de um reajuste para quem já está entre os 5% mais bem remunerados da população mineira. Aqui ainda estamos diante de uma violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando um reajuste acima do limite de despesa de pessoal que a lei nos permite. Malabarismos contábeis foram feitos pelo Tribunal de Contas para excluir determinadas despesas com aposentadorias do cálculo de despesas de pessoal. Mas não nos iludamos. A realidade se impõe. A realidade que se impõe a nós e vai se impor num futuro muito próximo é de que esse dinheiro, em que pese fora do cálculo, continua sendo gasto, continua sendo destinado ao pagamento de profissionais da ativa, servidores da ativa e também de aposentados; continua estando indisponível para o custeio de atividades essenciais, como saúde, segurança, educação e infraestrutura. Não importa o rótulo que o Tribunal de Contas decida colocar, a realidade é dura e se impõe a todos nós. Vai faltar dinheiro para o essencial.

A Defensoria Pública solicita um reajuste. Alega, evidentemente, que a remuneração está defasada, uma alegação que virou lugar-comum nesta Casa.

Defasada está a economia de Minas Gerais; defasada está a renda de todos os mineiros; defasada está a condição de quem tem de se matar em 12, 14 horas de jornada, dirigindo um Uber para custear o Estado em que a gente, agora, fixa os limites de vencimentos. A gente não pode agir dessa maneira. A gente tem que lembrar dos 21 milhões da maioria silenciosa que paga a conta.

Eu compreendo, na votação anterior, o voto “sim” de vários colegas, porque se trata de um Poder autônomo, com orçamento absolutamente independente e vinculação de receita constitucional. Não é o caso da Defensoria Pública. Não podemos tratar esse projeto da mesma maneira como tratamos o anterior, aprovando tudo para conceder o sorriso no rosto que cada categoria deseja neste momento. Não podemos compactuar com a captura do Estado pelas corporações; não podemos permitir que grupos de

pressão organizados se apropriem de todos os recursos de impostos e deixem o cidadão à míngua no posto de saúde à espera de um medicamento, em sala de aula à espera de melhor qualidade de ensino e de um futuro mais digno.

O meu encaminhamento, Sr. Presidente, a todos os colegas é novamente pelo “não”, um duplo “não”. O não da moralidade, o não do respeito aos 21 milhões de mineiros que pagam a conta e, neste caso, o não do respeito também à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao equilíbrio das contas públicas – e uma rejeição ao malabarismo contábil tentado pelo TCE, que está dando nomes diferentes para coisas que, no fim das contas, vão explodir na nossa cara. Vai faltar dinheiro para o essencial, e a gente há de lembrar deste momento como um daqueles em que poderíamos ter evitado que isso acontecesse. Espero que aproveitemos a oportunidade, espero que façamos justiça e espero, principalmente, que tenhamos compromisso com o equilíbrio fiscal e com o pagamento das despesas do nosso Estado. Sr. Presidente, meu encaminhamento é pelo “não”.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Marília Campos – Virgílio Guimarães.

O deputado Roberto Andrade – Meu voto é “sim”, Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 47 deputados. Votaram “não” 4 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.445/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2020, da Defensoria Pública, que altera os arts. 17, 19 e 22 e os anexos VI e IX.1 da Lei nº 22.790, de 2017, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esse projeto trata de ampliação da presença dos defensores e defensoras no Estado de Minas Gerais. Portanto, ele se trata de ampliação dos serviços. E é um projeto muito importante porque Defensoria Pública é garantia de Justiça aos mais pobres.

Por essa razão, eu peço o voto “sim” aos deputados e às deputadas para que a gente consiga garantir a Justiça para as pessoas que não têm condição de pagar os custos e advogados em todo o Estado de Minas Gerais.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, nesse caso, esse projeto é uma categoria absolutamente diferente dos dois anteriores sobre os quais conversamos aqui. Não se trata – é importante frisar – de pedido de reajuste e de uma categoria se apropriando do Estado e abocanhando uma fatia maior dos impostos pagos por todos os mineiros.

Esse projeto, como bem salientou a colega Marília Campos, é uma ampliação de um serviço público essencial para que a população tenha acesso à Justiça, especialmente a população mais carente do nosso estado. Ele certamente aumenta a despesa, mas amplia o serviço. Ele é absolutamente diferente dos projetos anteriores, em que o serviço permanecia o mesmo e simplesmente uma categoria se apropriava de fatia ainda maior do orçamento.

Pela ampliação do serviço e a importância que ele tem para as pessoas mais carentes do nosso estado terem acesso à Justiça, Justiça como algo essencial à dignidade da pessoa humana, meu encaminhamento, seguindo a colega Marília Campos que muito bem fundamentou a questão e me convenceu anteriormente da matéria, é pelo sim.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “não”:

Bartô.

O deputado Bartô – Retifique meu voto, Presidente. Voto “sim”.

O deputado Gustavo Santana – Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.446/2020 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.447/2020, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2014, 2019 e 2020. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, caros colegas, os projetos pleiteando reajuste se repetem. De certa maneira, pode ficar cansativo eu voltar ao microfone todas as vezes para dizer que é injusto com os 21 milhões de mineiros que pagam a conta ter de arcar com mais um reajuste. Detalhe: mais um reajuste de categorias que já são extremamente bem pagas.

Mas, nesse projeto em especial, peço uma atenção diferenciada dos colegas, porque aqui não é apenas a questão da moralidade. Esse projeto tem um detalhe relevantíssimo. O Tribunal de Contas apresentou o projeto como sendo uma recomposição salarial referente aos anos de 2013, 2017, 2018, perdão, 2013, 2018, 2019, referente aos exercícios de 2014, 2019 e 2020. Por óbvio, eles não estão pleiteando a inflação de 2020, que apenas começa. Então, é necessário que a gente entenda que, quando eles dizem 2014, 2019 e 2020, estão se referindo à inflação dos períodos de 2013, 2018 e 2019.

O detalhe – e o diabo mora é nos detalhes – é que o Tribunal de Contas já teve uma recomposição inflacionária no ano de 2017. Eu entendo que esteja defasado 2018 e 2019, mas essa recomposição pleiteada de 2013 sobre o exercício de 2014, digamos, é enriquecimento sem causa. Eles estão pleiteando uma recomposição pela qual já receberam, receberam em 2017. E, se em 2017 eventualmente não conseguiram negociar adequadamente o índice ou a realidade do Estado não permitiu a recomposição integral de tudo que eles assim desejavam, isso não mantém a porta aberta para que esse índice possa ser eternamente revisto. Ou vamos aqui admitir expurgos referentes ao Plano Collor, ao Plano Bresser, ao Cruzado 1 e ao Cruzado 2? Infelizmente, para o Tribunal de Contas, mas ainda bem para a população de Minas Gerais, para os 21 milhões de mineiros que pagam a conta, em 2017, foi colocado o marco temporal que limita até onde pode retroagir o pleito de recomposição salarial da categoria. É absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral, para não dizer, criminoso pleitear um reajuste de 2013 já tendo um reajuste em 2017. É enriquecimento sem causa. Esta Casa não pode concordar com isso. Pagar esse reajuste no índice que está sendo pleiteado pelo Tribunal de Contas é permitir o enriquecimento sem causa dos funcionários daquele órgão.

Por essa razão, Sr. Presidente, chamando especial atenção para o enriquecimento sem causa que esse projeto assim proporcionará, o encaminhamento é pelo “não” e peço atenção dos colegas. Não é unicamente o já repetido discurso aqui da moralidade com aquele que vai pagar a conta. Aqui a gente está diante de uma questão constitucional clara: um pedido de recomposição inflacionária de um período que já foi recomposto, um enriquecimento sem causa. A gente não pode concordar com isso.

Sr. Presidente, caminho pelo “não” e conto com o apoio dos colegas.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* – É só para justificar aqui, presidente, que o deputado João Vítor Xavier, que integra o nosso bloco, pediu que trouxesse ao conhecimento da Casa a impossibilidade de ele estar presente em razão de um compromisso de saúde familiar já agendado há muito tempo. Quero fazer um registro aqui da coerência das manifestações e encaminhamentos do deputado Guilherme da Cunha, que me leva a crer, inclusive, que nós deveremos ter, com certeza, provavelmente ainda hoje, a exoneração do nosso defensor-geral de justiça, porque o seu chefe é o governador, e nós temos aqui o vice-líder de governo dizendo que ele está agindo em desfavor do Estado, está agindo no sentido do descontrole fiscal. Seguramente imagino que ele está descumprindo determinação do governador e, muito provavelmente, deverá ser exonerado hoje ainda. Por essa razão, preferi, no projeto da Defensoria Pública, abster-me de votar porque entendi a fala do vice-líder de governo como um anúncio prévio da exoneração do nosso defensor público-geral.

Eram apenas estas duas observações que eu queria fazer: o registro do deputado João Vítor Xavier e a minha preocupação com o destino do defensor-geral de justiça. Aliás, esta Casa, em algum momento, precisará fazer uma análise mais aprofundada de se a Defensoria Pública do Estado tem mesmo iniciativa de proposição legislativa ou se isso é, de fato, coisa do chefe do Executivo e, por delegação, se estendeu ao chefe da Defensoria Pública, que agora resolveu se contrapor ao governador. Acredito que o governador não vai aceitar um ato de tanta rebeldia e de desconsideração à sua autoridade nos termos manifestados pelo vice-líder de governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães* – Eu queria, como uma questão geral, porque nem é tanto sobre esse projeto, mas é porque vejo, com muita frequência, um entendimento muito distorcido a respeito do art. 37 da Constituição Federal, quando ele se refere à revisão anual. A revisão anual, Sr. Presidente, em nenhum lugar está dito que é para a reposição automática de perdas inflacionárias. Isto não está escrito no art. 37. A revisão é o momento de reavaliar e saber se é justo ou não. É outra coisa, assim como já houve, na lei brasileira, na recomposição do salário mínimo, a previsão do chamado resíduo inflacionário. Havia uma previsão do resíduo, e isso cabe numa revisão de recomposição? Comparem para saber exatamente o que diz a Constituição Federal, ou seja, como é que ela se refere, não à revisão, e sim à recomposição dos proventos de aposentadoria. Lá, sim, a lei determina que seja recalculado o valor da inflação e a sua incorporação ao salário.

Portanto, a Constituição não escreve nada por acaso. Nada. Se ela escreve de um jeito num lugar e de outro jeito em outro porque ela quer que, num determinado lugar, haja a revisão. Revisão é levar, por exemplo, o seu automóvel para fazer uma revisão. O outro jeito significa fazer um conserto. É diferente. A revisão é o momento de rever os critérios, e lá, no art. 37, não diz que critério é esse. Pode ser qualquer critério. Então tomo a palavra não em função do Tribunal de Contas do Estado, mas é porque isso tem sido usado, e muitas vezes e em muitas circunstâncias, como se a revisão anual fosse sinônimo de recomposição automática das diferenças inflacionárias. Isso não é assim. A Constituição Federal tem que ser lida como está escrita. Quando ela quer dizer a chamada correção monetária, isso é dito com clareza. Basta ir lá ver no que se refere à questão do regime geral dos aposentados para saber que isso existe.

Portanto é apenas uma ponderação, presidente, para que esse tema que aparece, com frequência, em vários projetos que estamos discutindo, inclusive o mais polêmico deles, seja entendido na sua exata dimensão, isto é, o que significa revisão anual, um termo amplo e que não obriga a reposição inflacionária e apenas uma revisão com os critérios que o revisor achar por bem fazer.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Marília Campos.

O presidente – Votaram “sim” 50 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor

Paulo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Marília Campos.

O deputado Elismar Prado – Presidente, voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 47 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.447/2020 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2020, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, mais um projeto propondo reajuste de vencimentos para servidores. O projeto desta vez é da própria Casa, de servidores com os quais eu lido no dia a dia, com os quais trabalho no dia a dia. Sou muito grato ao trabalho desempenhado. Sou muito grato, por exemplo, ao trabalho desempenhado pela Michele, na CCJ, que auxilia de maneira determinante para que tenhamos uma comissão mais produtiva, uma comissão que entregue melhor serviço para a população. Sou grato ao trabalho de vários servidores que aqui encontro todo dia, o que não me faz ser favorável a esse reajuste.

Reajustes não se dão por gratidão, reajustes não se dão em busca de um sorriso no rosto daqueles com os quais convivemos frequentemente. Reajuste se dá para atrair profissionais de qualidade para o desempenho da função. E o que a gente observa, olhando para a nossa própria Assembleia, para a nossa própria Casa, é que aqui temos profissionais de qualidade em abundância. Temos também uma fila de profissionais extremamente qualificados, loucos para entrar aqui dentro e receber o salário já existente. São pessoas que estudam durante horas e horas, por anos e anos, para poder fazer um concurso público e ocupar a vaga de quem está aqui, hoje, eventualmente achando que a remuneração não está adequada.

Sr. Presidente, eu entendo as pressões dos servidores que levam eventualmente à apresentação de um projeto dessa natureza. É absolutamente compreensível. Mas é justamente em defesa dos 21 milhões de mineiros que não pressionam, que não vêm até aqui, que não têm oportunidade de conviver diariamente conosco, mas que pagam a conta, que é importante que a gente diga “não”. É importante que a gente diga “não” para o reajuste pleiteado pelo Tribunal de Justiça, para o reajuste pleiteado pelo Ministério Público, para o reajuste pleiteado pelo Tribunal de Contas e também para a nossa própria carne, para a nossa própria Casa. É importante que a gente dê o exemplo que a gente espera de outros Poderes, de respeito com o dinheiro do cidadão.

Sr. Presidente, no último ano, V. Exa. teve uma atitude exemplar de devolver um total de R\$46.000.000,00 ao Poder Executivo para que pudesse investir na já tão combatida saúde, segurança e educação do nosso povo. Não há razões, Sr. Presidente, para que a gente faça um esforço menor neste ano. Não há razões para que a gente entregue zero ou para que a gente use cada centavo do nosso orçamento. Os salários já são bons. Há – muita gente querendo entrar. Tenho certeza de que ninguém, absolutamente ninguém que trabalha nesta Casa hoje está numa situação de penúria ou necessidade, estando dentro dos 3% de maior renda da população de Minas Gerais.

Sr. Presidente, eu encaminho o voto pelo “não”, sabendo que posso receber alguns olhares atravessados daqueles servidores que me ajudam muito no dia a dia, mas tendo a certeza de que estou fazendo o que é melhor para 21 milhões de mineiros.

Questão de Ordem

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, apenas para registrar, por razões conhecidas e óbvias, que eu não posso participar desta votação. Queria que este fato ficasse registrado aí.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Marília Campos.

O deputado Roberto Andrade – Meu voto é “sim”, Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 53 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.448/2020 com a Emenda nº 1. À Mesa da Assembleia.

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.449/2020, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente aos anos de 2018 e 2019. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o

projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, esse projeto, talvez, seja o que tenha uma relação mais próxima e pessoal comigo por conta da minha graduação em direito e por ter visto inúmeros – inúmeros – dos meus colegas fazerem uma mudança radical de planos, perspectivas e sonhos de carreira em comparação com as turmas que me precederam.

Ainda me lembro, Sr. Presidente, de que, no início da faculdade, a imensa maioria dos meus colegas veteranos se graduavam e iam advogar, iam para as empresas e iam, de alguma maneira, para o setor privado; com uma ou outra exceção, pessoas que eventualmente tinham um ideal vocacionado, buscavam as carreiras públicas da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria. Com o tempo, vimos essa curva virar. E começou a virada da curva com uma procura gigantesca de colegas pelos concursos de magistratura, do Ministério Público e, num momento posterior, da Defensoria. Esses concursos começaram a pagar muito bem, mais cedo do que os demais, mas, nesse momento, a procura dos colegas era para serem membros do Poder, para ser o juiz, o promotor.

Mas, quando me formei, e isso foi em 2005, a curva já tinha virado por completo, porque a remuneração dada também às categorias de apoio dos Poderes, aos servidores do tribunal, aos servidores do Ministério Público, já estava tão descolada da realidade do mercado privado de direito que, já para achar algum colega que, como eu, topasse advogar, eram os pouquíssimos idealistas vocacionados. A curva virou. E virou porque o estímulo de mercado, aquele sinal clássico que fala para as pessoas buscarem uma determinada carreira ou profissão foi colocado no serviço público. As carreiras de apoio passaram a ser incrivelmente bem remuneradas a ponto de colocarem seus servidores dentre os mais ricos da população brasileira. E é curioso. É curioso porque temos uma noção muito fraca da realidade. Normalmente, quem recebe os salários que esses servidores recebem não considera a si mesmo uma pessoa rica. Essas pessoas costumam olhar para o Jorge Paulo Lemman e achar que ele é rico; olhar para o Sílvio Santos e achar que ele é rico; olhar para o Vittorio Mediolini e achar que ele é rico. Mas falta conhecer a realidade do povo brasileiro, falta conhecer que, em Minas Gerais, a renda média de um trabalhador mineiro é de R\$1.700,00; falta entender que a imensa maioria da população brasileira jamais vai sonhar em ter um salário semelhante aos que esses servidores recebem, e recebem com a audácia de chamá-los de salários de fome. Em alguns casos, e não foi nenhum desses servidores, de chamá-los de “miserê”.

Sr. Presidente, se esses servidores, acostumados à própria realidade, acostumados a frequentarem um tribunal no qual eles olham para os juízes, para os desembargadores e enxergam ali a boa remuneração e a situação deles de penúria, se essas pessoas não estão conseguindo verificar a realidade dura do povo mineiro e do povo brasileiro, do mesmo mal não sofre esta Casa. Aqui temos representantes de toda a população de Minas Gerais, representantes de populações absolutamente carentes, como é o caso do Doutor Jean, que representa, talvez, a área mais pobre de Minas Gerais. Ele conhece de perto o que são pessoas vivendo com salários de fome. E todos aqueles daqui, da região metropolitana, conhecemos de perto o que são pessoas vivendo sem salário, porque estão desempregadas e tendo de se virar.

Sr. Presidente, a remuneração dada hoje aos servidores do tribunal é mais do que adequada e seria excelente se o órgão pudesse devolver recursos em vez de usar cada centavo do seu orçamento, colaborando, assim, para a recuperação fiscal do nosso Estado.

Sr. Presidente, encaminho o voto pelo “não” e tenho a certeza de que os colegas, cientes de que não é salário de fome e que a situação concreta do povo mineiro torna impeditivo qualquer forma de reajuste, poderão me acompanhar nessa aparentemente inglória cruzada.

Sr. Presidente, muito obrigado. O encaminhamento é pelo “não”.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita

às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Cássio Soares – Celinho Sintrocet – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Marília Campos.

O deputado Gustavo Valadares – Voto “sim”, Presidente.

O deputado Roberto Andrade – Sr. Presidente, registre meu voto “sim”.

O deputado Tito Torres – Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.449/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, que cria e transforma cargos do quadro de provimento em comissão e de funções de confiança do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero encaminhar contrariamente a esse projeto, primeiramente porque é um projeto que faz alteração de cargos e funções, impactando ainda mais o custo do Poder Judiciário em nosso estado. Além disso, Sr. Presidente, sou contra essa política de, em setores essenciais, como o Tribunal de Justiça, promovermos a ampliação do quadro de servidores sem concurso público. Nesse caso, esse projeto propõe que se contratem mais de setenta juízes através do regime de recrutamento amplo. Por essa razão, encaminho contrariamente a esse projeto, Sr. Presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocet – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio

Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Beatriz Cerqueira – Marília Campos.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.450/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.451/2020, do governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.451/2020

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte inciso VIII:

“VIII – os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras de auxiliar executivo de defesa social, assistente executivo de defesa social, analista executivo de defesa social e médico da área de defesa social, de que tratam os incisos I a III, e XVII, do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004.”.

Sala das Reuniões, 6 de fevereiro de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: A presente emenda visa incluir no art. 1º da proposição, o inciso VIII, para garantir a concessão do reajuste, a partir de 1º de julho de 2020, também aos servidores públicos ocupantes dos cargos de auxiliar executivo de defesa social, assistente executivo de defesa social, analista executivo de defesa social e médico da área de defesa social, a que se referem os incisos I a III, e XVII, do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004. Assim, diante do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação de importante matéria.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 1, e uma do governador do Estado, que recebeu o nº 2. A presidência informa ainda que a Emenda nº 1, do deputado Sargento Rodrigues, e a Emenda nº 2, encaminhada pelo governador do Estado por meio da Mensagem nº 70/2020, publicada em 12/2/2020, foram incorporadas ao parecer da Comissão de Justiça e, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno, serão arquivadas. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente... (– Manifestação nas galerias.) Sr. Presidente, eu peço que recomponha o tempo de fala, por gentileza.

Sr. Presidente e caros colegas, esse é o projeto, talvez, mais polêmico de toda a manhã de votações, o projeto que encheu as galerias. O projeto que, de certa maneira, a imprensa inteira e Minas Gerais inteira nos observam agora discutir e votar. É um projeto que, conforme cálculos apresentados pelo próprio governador do Estado, vai gerar um impacto de R\$9.000.000.000,00 no orçamento de Minas Gerais nos próximos três anos. E não para por aí.

Para o futuro, a partir de 2023, esse projeto gera um impacto de aproximadamente R\$5.200.000.000,00. É quase o equivalente à totalidade da folha atual da Polícia Militar de Minas Gerais, que vai ser gasta sem que a gente coloque um único novo

policiais na rua. Minas Gerais está numa situação de extrema penúria, e isso é do conhecimento de todos. Desde a questão da dívida, os restos a pagar superiores a R\$30.000.000.000,00 recebidos pelo governador, como também das dívidas superiores a R\$100.000.000.000,00 em longo prazo com a União Federal e R\$15.000.000.000,00 de déficit orçamentário anual. Tudo isso é público, é notório, mas, ainda assim, o nosso governador apresentou esse projeto, o que gera, de certa maneira, uma série de questionamentos.

É importante neste momento, então, entendermos a gênese do projeto. Entendemos que ele não é um mero capricho, que o governador acordou em fevereiro de 2020 e decidiu enviar à Assembleia. A própria categoria, os próprios deputados ligados à categoria afirmam que o projeto é o resultado final de um ano de negociações. Então, vamos voltar no tempo, vamos olhar qual era a situação um ano atrás, para a gente ver em que contexto foi feita essa negociação, para que a gente perceba se ao governador cabia apenas o péssimo e o menos pior, e se a gente está vinculado a essa decisão ou se podemos procurar o que é bom aqui, neste Plenário, nesta Casa.

Voltando no tempo, Sr. Presidente, o que eu vejo é isto. Notícia de 14 de janeiro de 2019: “Polícia Civil de Minas Gerais ameaça parar”. Notícia de fevereiro de 2019: “A Polícia Militar promete parar no Carnaval”. Notícia de setembro de 2019: “Agentes da segurança – e nesse caso já são todos – ameaçam greve”

E é importante notar, Sr. Presidente, que não apenas a ameaça estava presente ao longo de toda a negociação, como ela é repetida das galerias, esquecendo que greve de força de segurança é ilegal; esquecendo que isso é colocar o Estado contra a parede de uma maneira que a lei não permite e que a Constituição não aceita. É nesse contexto de uma pressão ilegal que surge esse projeto. Um projeto que é uma escolha entre o péssimo e o menos pior; um projeto em que havia à disposição do governador como escolhas a paralisação das forças de segurança, que gerariam um caos social, como o que vimos em 2017 no Espírito Santo: dezenas de homicídios, saques às lojas e ao comércio, paralisação de toda a atividade ou ter que se curvar. Não sei quais eram as opções à mesa para saber se a negociação foi ceder em tudo ou apenas naquilo que lhe era possível. Mas sei que aqui, nesta Casa, não estamos sujeitos à mesma escolha entre o péssimo e o menos pior. Aqui, nesta Casa, a gente pode buscar aquilo que é bom para o povo de Minas Gerais, o que obviamente este projeto não é. Um projeto que dobra o gasto com a folha da Polícia Militar sem colocar um único novo policial nas ruas não melhora a nossa segurança. – Um projeto que gera o impacto de R\$9.000.000.000,00 e mais R\$5.000.000.000,00 em longo prazo não ajuda na recuperação fiscal do Estado.

Se as escolhas do governador foram limitadas, num ambiente de intensa pressão, que não nos curvemos aqui à pressão das galerias ou de qualquer que seja, que mantenhamos o nosso compromisso em fazer o que é melhor para Minas Gerais.

É importante entender, Sr. Presidente, neste momento, já tendo evidente que isso não é bom para as finanças públicas e para a totalidade do nosso estado, sequer é bom para a segurança da população, é bom que a gente entenda também o pleito da categoria, que está há cinco anos sem recomposição salarial. Sim, é muito tempo. Sim, isso gera um desgaste. Mas havemos de observar, Sr. Presidente, o quanto é justo que uma categoria receba bem e o quanto é necessário para atrair pessoas qualificadas, a fim de executarem aquela função.

Se a gente for levar em consideração apenas o esforço, talvez quem tivesse que receber mais fosse o profissional da limpeza pública, que fica de sol a sol, todos os dias, varrendo as ruas da cidade, recolhendo o lixo da cidade. Se fôssemos considerar apenas a responsabilidade da função, tenho certeza de que os profissionais da saúde mereceriam também valores muito mais elevados do que recebem porque eles lidam com a vida no seu momento mais frágil e delicado. Muitas vezes a vida saindo da barriga da sua mãe. Mas não é essa a realidade.

O que fica evidente em todo esse processo e em toda essa negociação é que, sim, a categoria merece uma vida digna e que, sim, a categoria já tem essa vida digna com o salário atual. O rendimento médio de um profissional da segurança pública em Minas

Gerais é superior a R\$7.000,00, é três vezes superior ao rendimento médio de um trabalhador mineiro. (– Manifestação nas galerias.) Esse mesmo profissional... Sr. Presidente, recomposição do meu tempo.

O presidente – Peço às galerias que respeitem a fala do parlamentar.

O deputado Guilherme da Cunha* – Sr. Presidente, o que fica evidente é que essa mesma categoria, que, no momento, diz que o salário é contrário à própria dignidade dela, encontra uma fila de pessoas querendo participar dessa categoria. A gente teve, Sr. Presidente, um concurso público aberto para as forças de segurança no ano passado. Foram 240 mil inscritos para um total de 119 vagas. Duzentos e quarenta mil mineiros consideraram que aquele salário era bom, que aquele salário era adequado, que aquele salário valia a função e valia todos os riscos a ela inerentes. Mas a gente pôde, eventualmente, questionar que 240 mil pessoas desejando uma determinada função não significa a garantia de que essa função vai ser prestada porque a gente tem que atrair boas pessoas para executarem a função. Então, vamos olhar para o número de aprovados, que foram pessoas qualificadas aptas a exercerem a função. E o que vemos é que tivemos mais de 300 aprovados, o dobro do número de vagas e uma sobra, formando, inclusive, cadastro de reserva; e formando, inclusive, uma fila de pessoas capacitadas e que dariam a vida, fariam todo o sacrifício para terem a oportunidade de receberem esse salário que, no momento, é colocado como sendo indigno.

Sr. Presidente, fiz questão de levantar os dados, de olhar os números e vi que o salário médio das forças de segurança atualmente colocam esses servidores entre os 3% mais bem pagos de toda Minas Gerais; não apenas o funcionalismo, mas de toda Minas Gerais. Quando olhamos para dentro do funcionalismo, percebemos, Sr. Presidente, é que, das 10 carreiras do Poder Executivo de melhor remuneração, 7 são da segurança pública. Parece-me que, quando a gente olha para o todo da sociedade, que está entre os 3%, significa que está bem pago. Quando a gente olha para dentro do funcionalismo e observa que ocupa 70% das vagas de melhor remuneração, é estar bem remunerado. Quando a gente olha para 21 milhões de mineiros que vão pagar essa conta, recebendo um terço do que eles recebem, sacrificando uma longa jornada de trabalho, sacrificando os seus impostos, a gente percebe que alguma coisa está errada nisso tudo.

O governador foi alvo de intensa pressão. Na época, vazou até áudio ameaçando-o de morte. Nós aqui não podemos nos curvar à mesma pressão. Não podemos permitir a captura do Estado por uma corporação que vai dobrar o valor de toda a folha da polícia sem colocar um novo policial na rua. Peço aos colegas que pensemos, lembremos e respeitemos os 21 milhões de mineiros que vão pagar essa conta.

Sr. Presidente, encaminho pelo “não” e conto com os colegas para também pensarem nos 21 milhões de mineiros e seguirem o mesmo caminho. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Wendel Mesquita.

O deputado Professor Wendel Mesquita* – Muito bem, bom dia aos integrantes da Mesa; ao presidente, deputado Agostinho Patrus; à galeria e aos deputados. Quero dizer aqui, presidente, que hoje, nesta Casa, estão sendo votados projetos importantes que trazem aí o reajuste de várias categorias. Estou aqui, componho a base de governo e quero inclusive ressaltar e enaltecer o trabalho do nosso líder de governo, Luiz Humberto, e do nosso líder da – Maioria, deputado Gustavo Valadares, por toda uma construção. Quero enaltecer também o trabalho da Mesa, na construção das votações desta Casa, e o empenho que esta atual gestão vem fazendo. Aliás, recebemos lá, no gabinete, o deputado Alencar da Silveira Jr., com propostas interessantes, para construir uma Assembleia diferenciada, com transparência. Então a gente tem que enaltecer e valorizar o que está sendo construído por cada um dos membros que compõem aqui a diretoria desta Casa e pelos nossos líderes.

Sou base de governo, estamos aí construindo com o atual governador, e acho importante estar presente aqui a força da polícia mineira, tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil e a polícia penal também presente. A gente sabe as articulações que foram feitas por todas as forças e a gente sabe que hoje temos uma referência internacional da nossa polícia, não só a Polícia Militar mas também a Polícia Civil, que vem conquistando o seu espaço, e a polícia penal, que, agora, com a nova legislação federal, vamos

construir, junto ao Sargento Rodrigues e à Comissão de Segurança, pela primeira na história de Minas, uma lei orgânica para fortalecer a polícia penal. Isso é muito importante. A segurança terá o voto “sim” deste deputado porque a gente sabe o valor que vocês têm.

Agora, presidente, eu não posso deixar de destacar porque sou professor e comecei a dar aula aos 17 anos de idade, a gente sabe e tenho andado pelo Estado de Minas Gerais e conversado com os professores Estado afora. A gente percebe que eles estão necessitados dessa valorização porque o professor é aquele que está na academia, é aquele que forma a Polícia Militar. O professor é aquele que forma a Polícia Civil; é aquele que forma a polícia penal. O professor, infelizmente, no Brasil, passa longe de ter a valorização merecida porque digo que é a profissão que interfere na vida de todas as outras profissões.

Então tenho conversado hoje aqui, deputado Guilherme da Cunha e deputado Sargento Rodrigues, que também são apoiadores da educação mineira, e tenho conversado com os deputados, com o Noraldino e com a deputada Beatriz, e digo que precisamos, ainda nesta semana, fazer um grande movimento nesta Casa, da base do governo, da oposição e dos blocos independentes, para que a gente possa construir essa mesma valorização, que é justa e correta, da segurança pública, para os professores em Minas Gerais. Não importa.

Eu acompanhei, esta semana, a fala do governador Zema e ele trouxe um dado que a gente tem que avaliar. Ele disse que o número das policiais tanto militar, quanto civil e penal é inferior ao número de servidores da educação, mas eu tenho uma sugestão, presidente Agostinho Patrus. Vamos avaliar o impacto que esse aumento trouxe, e não sei quantos bilhões exatamente, mas vamos pegar esse mesmo impacto que esse aumento trouxe nas contas do governo, pegar o mesmo valor e trazer para os professores. Aí está resolvido. É isonomia. Fica igual. Vamos pegar o mesmo impacto financeiro, ainda que não dê o mesmo percentual, mas pegaremos o mesmo impacto financeiro e transformaremos isso em percentual e depois vamos dar esse percentual de aumento para os professores.

Então, para terminar, quero dizer que, como base de governo, vou votar “sim”, como sempre estive aqui apoiando este governo. Acredito neste governo, acredito no nosso governador e tenho acompanhado o esforço hercúleo que o presidente desta Casa, com toda a Mesa, tem feito para dialogar, para construir, mesmo com as agruras e com as dificuldades.

Mas também não vou deixar de lutar, como base de governo, construindo um grande diálogo, deputado Inácio Franco, nesta Casa. Não podemos nos furtar, enquanto deputados e deputadas, de apresentar para Minas Gerais um outro momento histórico. Esse aumento da segurança já está sendo histórico. O deputado Professor Cleiton esteve com o Casagrande, governador do Espírito Santo. Lá, no Espírito Santo, a Polícia Militar já está pressionando o governo, tendo como inspiração o aumento aqui, que realmente é um aumento muito marcante. Mas Minas Gerais tem também de deixar agora sua marca, em seus anais, de um grande projeto de fortalecimento da educação do Estado de Minas Gerais, para a gente mostrar que Minas Gerais valoriza a segurança, sim, mas valoriza também a educação, que é a única fórmula para transformar as vidas dos cidadãos que precisam de uma escola. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros das galerias, telespectadores da TV Assembleia, que nós criamos há vinte e poucos anos, tenho uma emenda que retirei. Vai para o 2º turno, que é aproveitando o projeto do governador e reduzindo o ICMS do combustível, que nós aumentamos no último ano. Então, vai também em 2º turno.

Sentado ali, lembrando meus trinta e dois anos de vida pública, de galeria cheia, pela primeira vez vejo nesta Casa uma divisão, um cordão de isolamento entre servidores e servidores. Isso aqui está parecendo Cruzeiro e Atlético. Eu quero lembrar que votei, professores, favoravelmente ao piso. Votei os aumentos dos professores até hoje. Todos os aumentos, eu votei. Dali eu via a união que tinha o funcionalismo público. Em hora nenhuma, nós acompanhamos o pessoal da segurança contrário ao aumento das professoras. Acho que está na hora de a gente pensar que é um bolo só.

Hoje nós estamos sendo aplaudidos. Daqui a um mês, quando vier a reforma da Previdência, que o governo vai colocar e tirar as vantagens dos senhores, aí nós vamos ser vaiados aqui. Quero lembrar e fazer uma previsão, não de Mãe Dinah nem Pai Zema, mas uma previsão de futuro. Esta Casa vai ter de votar um projeto de maldades que o governo está preparando, um projeto que vai tirar as vantagens dos servidores, um projeto que vai ter de se igualar com o governo federal. Para essa hora, a união dos senhores tem de começar hoje. Nós temos de começar hoje dando apoio para a segurança, para segurança e para o pessoal da educação, para o funcionalismo em geral. Não podemos ficar divididos. Temos de acabar com esse cordão de isolamento que nós temos aqui hoje. São todos por um funcionalismo bem remunerado e que trabalhe. É disso que temos de nos lembrar.

Quando se fala em isonomia, faço um compromisso. Já falei disso outro dia numa entrevista de rádio. Faço um compromisso com o pessoal da Polícia Civil. Nós não podemos aceitar a Polícia Militar ganhando mais que a Polícia Civil. Tem de haver isonomia sim. E na reforma da Previdência nós vamos colocar isso. E eu quero deixar aqui um recado para o governador Zema. Não aceito, e esta Assembleia não pode aceitar, mexer na Previdência de quem ganha até três salários mínimos. De cara, ele não pode mandar para cá corte nenhum para quem ganha até três salários mínimos.

E para o deputado Guilherme, quando ele fala que só agora vai haver esse impacto todo... Os deputados do Novo fazem parte das reuniões dos secretariados.

Então, Guilherme, V. Exa. tinha que ter brigado por isso lá dentro, falado: “Governador, mas isso...”. Não é agora, não, porque agora esta Assembleia vai votar o que foi tratado, porque ninguém é obrigado a tratar, mas a cumprir é. E esta Casa vai votar “sim” nesse projeto.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, há um ensinamento, até bíblico, que fala que, quando o som da trombeta dos anjos não é claro, as pessoas não se animam para a guerra.

Em Minas Gerais, vivemos tempos estranhos, um novo tempo, sem trocadilho, um tempo esquizofrênico; um tempo em que se anunciam graves dificuldades para o Estado e, ao mesmo tempo, se envia para a Casa um projeto com um impacto de R\$5.600.000.000,00 ao ano. Como devem votar os deputados? Seria o governador, eleito por 71% dos mineiros, irresponsável ao ponto de mandar para a Casa um projeto a que o Estado não pudesse fazer frente? Devem os deputados acreditar nisso?

O deputado Guilherme da Cunha manteve a sua coerência, manteve a sua lucidez na visão que tem. Mas não é possível que os deputados convivam com um governo do Novo que manda um projeto... E a liderança do governo do Novo na Casa é contra o projeto. Ocupam-se os dois espaços: de quem é a favor e de quem é contra, e fica o universo, o coletivo dos deputados atônito, sem saber qual é a sinalização. Minas, afinal, descobriu uma fórmula de arrecadar que folgou os cofres, e estaria o governador mentindo sucessivas vezes, dizendo que Minas está apertada? O governo estaria pensando em mandar para cá uma reforma previdenciária para aumentar as alíquotas de contribuição dos servidores a absurdos 22% e, ao mesmo tempo, manda um projeto que aumenta R\$5.600.000.000,00?

Que esquizofrenia vivemos, Sr. Presidente? Em que Minas estamos? Nós, que estamos aqui há muito tempo, nunca pensamos – viver tempos tão estranhos, tempos em que a trombeta dos anjos toca ora para lá, ora no sentido contrário. E ficam aqui os deputados ao sabor de falsas informações, de apenas retalhos de informações e de números do Executivo.

Nessa situação, eu não tenho dúvida: a Casa votará solidariamente a todas as categorias que puderem ser beneficiadas aqui enquanto não houver um som de trombeta que defina como Minas está, porque não pode Minas ser, ao mesmo tempo, a Minas da fartura e a Minas da escassez, a Minas que gasta e a Minas que corta. Essa Minas é uma Minas esquizofrênica, é uma nova Minas triste de assistir.

Votaremos “sim” na crença de que o governador deve ter o mínimo de juízo, o mínimo de responsabilidade, e que o Estado, de fato, deve ter arranjado alguma fonte de recurso para fazer frente não só a essa demanda, mas a todas que virão a partir desse

atendimento. É essa a posição do nosso bloco Minas tem História, mas com o registro da preocupação dessa sinalização ambígua, esquizofrênica a que a gente tem assistido aqui.

O deputado Guilherme da Cunha, em outros projetos, chegou a mencionar uma certa imoralidade no envio de projetos de aumento de despesa. Polpou o governador Romeu Zema, mas eu estou vendo que talvez não demore o dia em que se invocará essa imoralidade, e, quem sabe, o próprio Partido Novo pedirá o impeachment do governador do Novo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior* – Sr. Presidente, nobres deputados, eu também quero contribuir com uma reflexão, assim como fizeram o deputado Alencar, o deputado Sávio, o deputado Guilherme e outros colegas. Realmente é uma situação muito complexa. Eu já declaro aqui o meu voto “sim” a favor do projeto... (– Manifestação nas galerias.) ... mas eu queria trazer uma reflexão, presidente.

É muito importante que tenhamos clareza sobre o ambiente que estamos vivenciando. É verdade que é necessário, até para o bom andamento do governo, que o partido do governo possa ter um entendimento. Realmente, nós, deputados, ficamos à mercê de várias opiniões dentro do próprio partido que faz parte do governo. Acho que isso é um dever de casa que o governo do Estado de Minas Gerais tem de fazer, o partido do governo do Estado de Minas Gerais tem de fazer. Porque, se é um partido que pleiteia até comandar o País, não é possível dar esse exemplo, esse mal exemplo no Estado, estou falando “mal exemplo” num bom sentido, estou falando de uniformidade dos pensamentos, no único Estado do País que ele governa.

Pois bem, Sr. Presidente, nobre líder do governo, estamos vivenciando uma situação complexa. O governo mandou um projeto em relação à segurança pública. Sabemos que legalmente não podemos votar aqui a ampliação desse aumento. Logicamente, o governo mandará esse veto. Se a Assembleia derrubar o veto, o governo também tem a prerrogativa de entrar com uma Adin ou qualquer outra instituição. Não podemos assegurar. Mesmo aprovando aqui algumas alterações e alguns adicionais, não estamos assegurando aqui esse aumento para as outras categorias. Isso tem de ficar claro, porque há várias categorias importantes no Estado, digo todas. Chamo a atenção para uma categoria aqui que está sendo esquecida há muitos anos, deputado Duarte Bechir, que são os funcionários do Sisema, do Sistema Estadual do Meio Ambiente. É a única categoria no Estado que tem uma decisão homologada em 2016. Foi um acordo judicial feito entre o governo do Estado e a categoria para cessar a greve tão prejudicial à economia do Estado. Pasmem, colegas. O acúmulo de processo de licenciamento ambiental, grande parte dele, foi em decorrência da operação padrão de 2012 e da greve deflagrada em 2016. E nós estamos nos esquecendo disso. Embora seja uma categoria pequena, é uma categoria essencial para o desenvolvimento do Estado e para que este tenha condições de pagar todas as outras categorias. Ou temos dúvidas de que o meio ambiente, os processos ambientais são uma fonte importante de custeio, de renda e de impostos para o governo do Estado? Digo tão importante quanto as outras. Agora, só nos lembramos dos funcionários do Sisema quando demora um processo de licenciamento ambiental dos funcionários já sobrecarregados, sem aumento, sem a aplicação e o cumprimento da decisão judicial homologada; quando acontece o rompimento da barragem de Brumadinho, quando acontece o rompimento da barragem de Mariana. Cadê a fiscalização? Mas essa mesma fiscalização é a que muitas vezes é condenada, até por nós, deputados, porque eles excederam. Quer dizer, quando rompe uma barragem, faltou fiscalização. Agora, quando se vai fazer a fiscalização, cumprir a lei, eles excedem.

E é uma categoria que já está sobrecarregada, líder do governo. Já estamos a ponto de perder os bons técnicos. Grande parte da iniciativa privada está cooptando os nossos servidores, os nossos capacitados servidores do Sisema, porque não temos aqui um plano atrativo, eu digo o mínimo de consideração e de respeito que essa categoria merece.

Então, é muito importante que tenhamos aqui união para ajudarmos os nossos colegas servidores. E chamo aqui a atenção e peço aqui encarecidamente... Temos uma audiência pública na quinta-feira para tratar do plano de carreira dos servidores do Sisema,

não a implantação do plano de carreira, mas o cumprimento da decisão judicial homologada na Justiça, em 2016, que serviu para dar fim àquela greve que prejudicou tanto o Estado de Minas Gerais. Mas estão sentindo que essa é a última opção que têm.

Então, eu conclamo, peço a todos os parlamentares que aqui se encontram que deem uma atenção a essa questão e nos ajudem para que possamos implementar o plano de carreira, mesmo que de forma gradativa, para todos os servidores do Sisema, porque eles também merecem o nosso respeito. Muito obrigado. Contem com o voto deste parlamentar.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha das galerias, sejam muito bem-vindos. Servidores, profissionais da educação, servidores da segurança pública, eu queria parabenizar a todos pela belíssima democracia que aqui está acontecendo hoje, no Plenário desta Casa.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar cada colega deputada e cada colega deputado, nesta Casa, que defendeu aqui a reposição das perdas inflacionárias de todas as categorias. Assim também nós entendemos e assim também vamos apoiar, como sempre fizemos aqui. Quero aqui, presidente, deixar consignado que desta tribuna fizemos diversos encaminhamentos durante o governo passado. E, mesmo na oposição, encaminhamos e votamos favoravelmente, na comissão e no Plenário, a todos os projetos que foram encaminhados para cá, todos, de todas as carreiras. Ajudamos a dar quórum lá, na comissão, e no Plenário. Assinamos inclusive as propostas de emenda à Constituição que aqui tramitaram em benefício de todas as categorias.

Mas, presidente, este é um momento importante, depois de um ano em que este deputado, o deputado Coronel Sandro, o deputado Bruno Engler, a deputada Delegada Sheila, o deputado Delegado Heli Grilo e os deputados federais – deputada Alê Silva, deputado Léo Motta, deputado Junio Amaral e deputado Subtenente Gonzaga – trabalhamos exaustivamente, o que fazemos desde fevereiro do ano passado, indo ao governo, fazendo pressão democrática, reunindo-nos, cobrando para que o governo agora, no dia 6 de fevereiro, encaminhasse essa proposta.

O que estamos votando aqui, diferentemente do que foi dito em algumas falas, não é reajuste. Qualquer um dos senhores deputados e das senhoras deputadas que buscar informações na Consultoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária vai entender que o que nós estamos votando para os servidores da segurança pública não é nada mais do que a recomposição da perda inflacionária, assim como votamos para outras carreiras hoje: da Assembleia, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública. Para todas elas, o que votamos foi a recomposição da perda inflacionária.

Quero deixar claro, presidente, que, assim como houve uma salva de palmas dos profissionais da segurança para os profissionais da educação... E eu queria que repetissem as palmas, por gentileza. Isso é sinal de amadurecimento. Nós sabemos da importância dos profissionais da educação. Tanto é, deputado Duarte Bechir, que nós, no governo passado, votamos a PEC do Adveb; votamos as recomposições das perdas inflacionárias, porque entendemos que é justo, que é lícito, que é moral e que, acima de tudo, os servidores têm todo o direito de cobrar – e cobrar das suas lideranças.

Hoje nós estamos aqui, deputado Inácio, votando um projeto de lei em que, do ponto de vista constitucional – não fui eu que inventei a Constituição, não fui eu que inventei as leis infraconstitucionais – não é possível apresentar uma emenda que faça uma extensão da recomposição desses mesmos índices de forma global. Eu quero trazer um detalhe, deputado Bruno Engler, porque... Porque não é possível, deputado Inácio. Porque eu trago aqui, deputado Arlen Santiago, um exemplo. Nós temos carreiras, por exemplo, da Fazenda. Enquanto nós temos servidores da educação, da saúde, do DER, que ganham muito menos, lá, na Fazenda, nós temos salários de R\$20.000,00, R\$30.000,00, R\$40.000,00 e R\$50.000,00. Como fazer uma emenda e votá-la, uma emenda que estende a esses servidores lá da Fazenda ou da AGE, que também têm salários bem superiores?

Por isso, deputado Inácio, quando se apresenta uma emenda que tem impacto financeiro, é necessário conhecer se ela é legal, se ela é constitucional e se ela trouxe o impacto e de onde foi apontada a fonte dos recursos. O Projeto nº 1.451, que estamos votando, foi fruto de uma negociação de um ano. Se o governo chegou à conclusão de que deveria encaminhar esse projeto é porque

ele deve ter feito as contas. Mas eu quero aqui deixar claro que tanto este deputado – já apoiei ao longo de 21 anos de mandato todas as carreiras, inclusive do meio ambiente, aqui lembrado pelo deputado Noraldino Júnior; da educação; do DER; da Fazenda e de todas as outras carreiras – está aqui para continuar votando favoravelmente e apoiando.

Mas quero aqui deixar registrado, deputado Bruno Engler, como V. Exa. ali colocou, bem como o deputado Coronel Sandro, o deputado Delegado Heli Grilo e a deputada Delegada Sheila: nós não faremos emenda. Nós não faremos emenda, deputado Coronel Sandro. Deputado Coronel Sandro, nós não faremos emenda a projeto algum de outra categoria que possa atrasar a sua tramitação, trazer qualquer embaraço ou qualquer prejuízo para a aprovação da matéria principal. Não faremos.

Estaremos sempre aqui para ajudar, para apoiar, porque nós sabemos o valor que cada trabalhador tem na sua área. Cada um na sua área tem o seu valor. Agora, não dá para querer reajustar em 41,74% a categoria de quem ganha R\$50.000,00, Arlen. Isso é impossível. Por quê? Porque não houve estudo, não houve ali um trabalho, não houve um entendimento, não houve uma construção política para que aquilo acontecesse.

Faço aqui, presidente, publicamente, ao vivo e a cores, não só em meu nome, mas também em nome do deputado Coronel Sandro, do deputado Bruno Engler, do deputado Delegado Heli Grilo, da deputada Delegada Sheila, faço um compromisso: nós não apresentaremos emenda ou substitutivo em nenhum outro projeto de qualquer outra carreira de servidor que chegue aqui defendendo as mesmas propostas. Fazemos esse compromisso para dizer que nós entendemos. Se nós estamos nos comportando desse jeito é porque temos de ter coerência com os demais projetos.

Portanto, eu peço o voto “sim” porque os nossos sindicatos e associações que se fazem presentes aqui, são cerca de vinte sindicatos e associações, estão acompanhando, participaram efetivamente das negociações, desde fevereiro do ano passado. Isso é fruto do entendimento. O que nós conquistamos é legal, é moral, é lícito, é determinação constitucional e é fruto de uma construção e do entendimento político com o governo.

Parabéns aos servidores da segurança pública que se mantiveram firmes na luta. Hoje mesmo eu faço um apelo. Nós teremos uma votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e eu preciso que vocês permaneçam unidos, firmes, presentes, para que a Casa dê sequência à matéria, e a gente possa aprovar. Parabéns, com todo respeito, como sempre tive, aos profissionais da educação, que aqui se encontram democraticamente. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bartô.

O deputado Bartô* – Boa tarde a todos! Com muito pesar venho a esta tribuna repetir o que eu já vi em outros anos, em outros governos. O Brasil há pouco tempo passou pela maior crise que a gente pôde presenciar. Várias pessoas ficaram sem empregos, várias pessoas ficaram sem colocar pão na mesa para os seus filhos. O Brasil virou um País inseguro; o Brasil virou um País do desespero. E tudo isso é reflexo da falta de responsabilidade fiscal.

Neste estado, há dois anos os servidores vêm recebendo salário parcelado. O 13º salário da educação ainda não foi pago. Nós estamos na situação de um estado que foi entregue sem responsabilidade fiscal. A falta de responsabilidade fiscal não é apenas um número contábil numa prestação de contas de governo. A falta de responsabilidade fiscal se reflete no dia a dia, na mesa do trabalhador, na mesa do servidor público. A falta de responsabilidade fiscal gera caos, gera desorganização. E, mais uma vez, nós estamos vendo a Casa apoiando uma falta de responsabilidade fiscal, que eu sei que não veio daqui. A responsabilidade não é da Casa. Muitos aqui estão votando envergonhados esse projeto. Muitos aqui foram colocados contra a parede e não podem dar “não” a um projeto para a segurança. A segurança tem o meu respeito. A classe sabe o quanto sou próximo a ela. Mas, infelizmente, estamos numa situação onde o déficit já está muito grande. Não adianta deputado vir aqui e falar que o governo já fez as contas dele, porque não fez. O Gustavo Barbosa, secretário de Fazenda, esteve aqui, na Comissão de Educação, e lhe perguntei claramente qual foi o planejamento para dar esse aumento que impacta tanto as contas. A resposta foi: “Ah, a gente precisa ver. A gente precisa avaliar”. “Não, quero saber qual foi, porque o impacto é grande e precisa de um planejamento.” Ele repetiu o mesmo discurso da austeridade fiscal que já

estamos programados para fazer a fim de conter um déficit de R\$12.000.000.000,00 a R\$13.000.000.000,00 anuais, que não vai ser recomposto.

Toda a questão de responsabilidade fiscal, reforma da Previdência, Regime de Recuperação Fiscal, venda de estatais, tudo isso é para tentar compor o déficit já existente de – R\$12.000.000.000,00 a R\$13.000.000.000,00. A esse déficit de R\$12.000.000.000,00 a R\$13.000.000.000,00, nós estamos somando – mais R\$5.000.000.000,00 anuais com esse projeto. Infelizmente o governo não consegue suportar isso. Infelizmente não consegue. E nós, do Legislativo, nós, deputados, temos responsabilidade nisso. Não dá para virar e falar assim: “Ah, o governo não fez o dever de casa dele. Então, não cabe a nós”. Cabe a nós, sim. Nós aqui, hoje, estamos instituindo uma grande perda para o Estado. Vários pobres, várias pessoas que não têm condições vão ficar em pior situação. O Estado está em falência e vai caminhar para esse rumo com essa falta de responsabilidade fiscal. Então, nós, deputados, temos, sim, responsabilidade de agir agora.

Peço ao presidente que jogue esse projeto para depois do carnaval a fim de que possamos discuti-lo melhor e entender melhor o que isso significa, entender o tanto que é irresponsável o que estamos fazendo. Infelizmente temos a pressão da segurança, que é legítima. Vocês querem o salário para vocês. É legítimo. Mas o Estado não tem condições de dá-lo.

Então, eu rogo às lideranças que conversemos melhor e procuremos... O impacto é de R\$5.000.000.000,00. Já que o governo está disposto a dar um impacto de R\$5.000.000.000,00 nas contas, por que não damos esse impacto de R\$5.000.000.000,00 no ICMS da gasolina e atingimos a todos? Enfim... (– Manifestação nas galerias.) Sr. Presidente...

O presidente – O tempo do deputado será preservado. Se o deputado não conseguir falar, nós vamos adiar e atrasar a votação do projeto. Portanto, solicito às galerias que permitam a fala do deputado para que, em seguida, possamos votar o projeto.

O deputado Bartô* – Aqui não há nada de hipocrisia, não, viu? No meu mandato, economizo 73%, está bem? É só para você saber com quem está falando.

Enfim, rogo a vocês, colegas deputados, vamos buscar um entendimento melhor sobre isso e não vamos fazer as coisas às pressas. A gente sabe o peso disso sobre as finanças e sabe o impacto que isso vai causar para todo o povo mineiro.

Querem dar um impacto de R\$5.000.000.000,00 para as contas do governo? Vão para o ICMS da gasolina, que é de R\$5.000.000.000,00. E aí a gente atinge os 21 milhões de mineiros porque até aqueles que não têm carro serão beneficiados com isso quando comprarem um produto mais barato que foi transportado com a gasolina. São 21 milhões de mineiros, gente. Vamos pensar nisso. Obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão* – Presidente Agostinho Patrus, deputadas e deputados, todas as categorias, trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui legitimamente exercendo esses direitos, apresentando suas reivindicações, buscando interagir com o Parlamento, cada categoria com a sua estratégia, com o seu histórico de luta e também com as suas defasagens.

Eu queria, de maneira bem serena e equilibrada, falar em nome do bloco: o Bloco Democracia e Luta. Então não é simplesmente a minha posição. Queria que todos que aqui acompanham saibam que essa é a posição, desde o início da chegada do Projeto nº 1.451. Em primeiro lugar, para que não paire dúvidas. Nós, quando recebemos esse projeto, reconhecemos o processo de negociação em curso, desde o ano passado, do governo do Estado com a área da segurança. Nós acompanhamos, do ponto de vista de informações, de diálogo com os deputados, esse processo, e, quando o projeto chegou, sabíamos que era fruto de acordo e, portanto, acordo feito com trabalhadores e trabalhadoras de uma área fundamental. E se o projeto veio, partimos do princípio de que o governador tenha noção do impacto, desde o início. Aliás, nós deixamos isso claro e hoje aqui vocês verão que a nossa posição seria de votar o projeto como “sim”, ou seja, favoravelmente. Então não há essa dúvida.

Talvez pela polêmica do projeto ou por disputas políticas naturais ou por desinformações, houve um entendimento às vezes equivocado ou uma versão que não correspondia ao fato, mas o importante é que, se houve o acordo, nós vamos referendá-lo. Surgiu uma polêmica aqui no Plenário com relação ao impacto, e confesso a vocês que, quando o governador encaminha um projeto e manda um impacto, eu parto do princípio de que, se ele mandou o projeto, é porque terá condições de arcar com o impacto.

O deputado Sávio Souza Cruz foi brilhante. Quando dá sinal trocado, gera insegurança. Então esse é um primeiro esclarecimento. Agora eu queria, com a mesma clareza e com a mesma sinceridade, dizer o seguinte: o governador Zema cometeu um erro grave ao negociar apenas com um setor, uma área, desconhecendo o restante do funcionalismo que também tem direitos. Ele não pode desconhecer que o piso nacional está na Constituição e é lei, o piso nacional do magistério. O mesmo vale para a área da saúde, para as demais áreas administrativas e para a Uemg e para a Unimontes. Cada segmento tem a sua demanda. O correto seria o governador examinar a sua margem de absorção de impacto financeiro e ir negociando com cada categoria e estabelecendo a prioridade de recomposição. O governador errou.

O projeto veio até aqui e nós, estou falando todos nós, inclusive deputados de luta, independentemente das nossas divergências, nós não podemos colocar, no colo das categorias ou dos deputados, um erro político do governador, colocando deputado contra deputado e categoria contra categoria.

E aqui vou também esclarecer sob o ponto de vista regimental.

Primeiro, os líderes todos aí são prova disso, não houve nenhuma obstrução. O único dia em que o projeto deixou de ser votado na comissão foi inclusive por pedido da base para que, quem sabe, o governo pudesse negociar uma proposta intermediária. Estivemos presentes em todas as reuniões. Segundo, nós podemos perfeitamente apresentar uma emenda que não será conectada com a parte da segurança. Portanto não prejudicará em nada o conteúdo do projeto da segurança, em nada.

E digo mais. Essa emenda poderia ter sido apresentada aqui hoje. Daria até mais força política. Nós tomamos a decisão de não apresentar em Plenário e apresentar na comissão, para não atrasar a tramitação do projeto. Isso tem de ser dito, porque nós também não queremos prejudicar a área da segurança. Nós reconhecemos sua legitimidade. Mas como votaremos um projeto, como votaremos daqui a pouco, sem pensar naquele servidor que ganha pouco mais de um salário mínimo, naquele que está há anos sem receber, naquele professor que não tem o piso nacional, no professor da Uemg e da Unimontes, que querem incorporação das gratificações, naqueles que querem incorporação dos abonos da saúde, naquele trabalhador da Fhemig, da área de ciência e tecnologia, da Fundação João Pinheiro?

Então, eu queria aqui deixar essa posição clara. Hoje, após a votação, nós vamos trabalhar fundo para apresentar uma emenda, assinada por todos os deputados e deputadas que quiserem para, amanhã, a gente vir aqui preservar a área da segurança, mas apresentando para o governador a possibilidade de ele dialogar, de ele fazer o impacto financeiro de cada medida, de ele, quem sabe, sancionar, sim, para aquelas categorias que ele conseguir absorver impacto. Esse é o caminho. Nós estamos numa estratégia parlamentar, em que a gente preserva o interesse da segurança pública, mas a gente se solidariza e abre espaço para negociação para 80% dos servidores públicos.

Isso é fundamental para o Estado de Minas Gerais. Nós não podemos pôr no colo da Assembleia um erro político do governador. Não podemos mais colocar trabalhador de um lado, trabalhador de outro, porque a reforma da Previdência vem aí, e nós temos de estar todos juntos. Eu queria aqui, em nome do Bloco Democracia e Luta, dizer que hoje à tarde, junto a outros líderes, com todos os partidos que quiserem, vamos discutir a apresentação de uma emenda que não atrapalhe em nada a segurança pública, mas que abra margem de negociação, de sanção e de acolhimento das demandas das demais categorias. Professor Wendel, se o governador errou ao não dialogar com as outras categorias, a Assembleia não pode repetir o erro, fechando os olhos para a realidade dura da maioria dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Votamos sim, bloco Democracia e Luta, mas com uma emenda que reconheça a legitimidade do conjunto dos servidores e servidoras públicas do Estado de Minas Gerais. Vamos à luta.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, bom dia. Bom dia ainda aos colegas parlamentares. Bom dia, trabalhadores da educação que estão aqui nesta manhã de votação. Estou vendo os trabalhadores da saúde. Estou vendo vários trabalhadores de várias categorias do funcionalismo. Eu os cumprimento. Cumprimento também os trabalhadores da segurança pública, que aqui estão.

É verdade, presidente e todos que nos acompanham, a síntese do deputado André Quintão expressa o nosso posicionamento enquanto bancada e enquanto bloco, mas o nosso lugar de fala é importante pela representatividade que hoje está nas galerias. Nós estamos hoje com 25% da educação sem receber 13º salário – nem um único centavo. Isso não é responsabilidade de nenhum trabalhador da segurança pública. O responsável por isso tem um nome: governador Romeu Zema. Romeu Zema não pagou as diretoras de escola, as superintendentes, as aposentadas e quaisquer professoras que tenham alguma carreira. Essas professoras não sabem até hoje a data em que receberão o seu 13º salário.

No meu encaminhamento de votação lá, na Comissão de Fiscalização Financeira, eu disse exatamente que nós temos um responsável por qualquer conflito que haja em relação a este debate: é o governador do Estado. Isso porque, no ano de 2019, bateram à porta do governador várias categorias profissionais. O Sind-Saúde não pediu negociação? o Sind-UTE não pediu, o Sisipsemg não pediu negociação, o Sindpúblicos não pediu negociação, os servidores do meio ambiente não pediram, os servidores do DER não pediram? Do IMA... Todos pediram negociação.

Eu queria, na verdade, expor a realidade daqueles que o governador excluiu da sua discussão sobre recomposição, aumento ou qualquer negociação que tivesse que ter sido feita com as demais categorias. Há um ano a educação bate à porta do governador. De fato, um deputado que me antecedeu lembrou bem: nós tivemos votações importantes e temos hoje uma legislação importante sobre o piso salarial profissional nacional, que não está sendo cumprida. E, durante o ano de 2019, o sindicato, a sua categoria, que não fez greve em 2019, bateu à porta do governador.

Eu fui porta-voz dessa tentativa de diálogo aqui, na Assembleia Legislativa. Todos os colegas são testemunhas de quantas vezes eu falei do piso salarial profissional nacional. O fato é que tanto a educação quanto 70% ou mais do funcionalismo se encontram hoje sem nenhuma negociação aberta. E o governo, para esses setores, tem outro plano: uma reforma da Previdência que vai diminuir ainda mais os salários, a aprovação de um Regime de Recuperação Fiscal que vai congelar possibilidades de carreiras, de concursos e de nomeações.

Então, o que nós buscamos – e eu queria prestar contas, inclusive a todos que estão aqui – fazer foi respeitar toda a negociação da segurança. Não há nem uma vírgula que nós propusemos alterar, porque eu sou de origem sindical, e é inaceitável que qualquer um queira alterar a negociação feita por uma categoria profissional. Não houve, até o momento, da nossa parte, seja da bancada, seja do nosso bloco, nem uma alteração. Eu, desde o momento em que o projeto tramitou, afirmo que votaria favoravelmente ao projeto, porque é legítimo, e eu não voto contra trabalhador.

É por isso que eu votei a favor de todas as recomposições que antecederam, porque foram recomposições de servidores – recomposição de servidores. Eu votarei a favor de todas, porque eu sei o chão em que eu piso, e é o chão enquanto classe trabalhadora.

Para o que nós estamos pressionando... E o silêncio do governador é que é vergonhoso, a omissão do governador é que é vergonhosa. O governador não abriu diálogo com ninguém nesse período. Ele deixou categoria contra categoria, deputado contra deputado e a Assembleia se resolver sozinha. Nós temos um governador do Estado que tem a responsabilidade de apresentar propostas ou de, no mínimo, abrir negociações e diálogos, e não deixar o tencionamento para a Casa Legislativa.

Então, eu quero só trazer esse resgate do nosso posicionamento, conforme já dito pelo deputado André Quintão. Mas, como houve dúvidas sobre como eu me comportaria, achei que seria correto vir aqui prestar contas. Eu sou defensora de concurso da segurança pública.

A todas as discussões de valorização de servidor público nesta Casa sou favorável. Sou contra qualquer medida de austeridade que atinja os serviços públicos e os seus servidores. Essa é a forma de atuação de nosso mandato, é assim que continuarei a fazê-lo e acho que é assim também a posição do nosso bloco parlamentar.

Então, quero dizer que estamos buscando ser porta-voz de quem o governador excluiu, respeitando todo o processo de negociação já aqui conquistado. Cumprimento os profissionais da educação pela greve que estão realizando. Há uma categoria em greve que o governador está ignorando. O governador Romeu Zema é o responsável pela situação de exclusão de mais de 70% do funcionalismo.

Então, termino, deixando o meu respeito aos profissionais da educação e aos demais profissionais do funcionalismo público estadual.

Quero aqui registrar, pediram-me nas redes sociais para que eu tivesse o cuidado e não generalizasse, quero aqui dizer, de forma muito franca, que tenho um profundo respeito aos trabalhadores da segurança pública. Respeito porque são trabalhadores, porque estão na ponta e sofrem toda precariedade das condições de trabalho impostas pelo governo do Estado. Então, espero que, após o Carnaval, em que virão projetos de retiradas de direitos, de negação de concurso público, não precisemos mais nos dividir em galerias, porque a reforma da Previdência vem atacando todo mundo, indiscriminadamente, e precisaremos ter uma tática de muita unidade para impedir que essa conta caia no colo da classe trabalhadora da qual todos os servidores fazem parte, sejam servidores civis, sejam servidores militares.

Então, é esse meu encaminhamento, presidente, deixando claro o meu posicionamento, como já votei na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, substituindo o deputado Virgílio Guimarães, que gentilmente me cedeu a oportunidade, – favorável ao projeto. Votaremos favoravelmente ao projeto hoje dentro da tática que o deputado André Quintão já explicitou, que buscaremos construir uma proposição que dê voz àqueles que foram excluídos pelo governador do Estado.

Então, são essas considerações e o nosso encaminhamento favorável ao projeto de lei, presidente. Obrigada.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocetel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.451/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os trabalhadores da segurança pública de Minas Gerais; quero cumprimentar todos os trabalhadores da educação de Minas Gerais; e quero cumprimentar todos os servidores públicos das outras categorias que aqui se fazem presentes. Presidente, o encaminhamento do nosso líder, deputado André Quintão, foi muito preciso sobre a nossa postura, o nosso posicionamento, o nosso comportamento diante dessa matéria. Tiramos, pactuamos que haveria, da nossa parte, apoio à agenda e ao acordo feito pela segurança pública; tiramos que não haveria, da nossa parte, qualquer movimento, qualquer obstrução que pudesse atrasar o projeto. Mas também, presidente, recebemos a solicitação, a reivindicação das demais categorias e entendemos que o governo precisa abrir o diálogo com esses segmentos, com esses setores. Por isso queremos, entre o 1º e o 2º turno, apresentar emenda para que o governo possa também proceder à recomposição e à valorização das demais categorias, sem prejuízo do que foi feito para a segurança pública. Aqui, falando para os companheiros da educação, durante todo o nosso mandato, presidente, lutamos muito para que a educação fosse valorizada; participamos efetivamente do acordo, em 2015, que culminou na retomada da progressão na carreira dos servidores. Estávamos aqui firmes, votando os reajustes necessários, os reajustes que garantiram a recomposição de parte dos salários da educação. Estávamos aqui discutindo e votamos o Adveb para recompor e compensar a extinção do antigo quinquênio. Fui também, presidente, junto com os demais colegas da nossa bancada, coautor da PEC do piso que o governador hoje não cumpre com os trabalhadores da educação. Então, nós queremos também exigir que o governador pague o 13º salário do restante dos servidores públicos; que o governador cumpra a PEC do piso que aqui aprovamos. E não fomos só nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores; metade dos deputados que aqui se encontram é autora dessa PEC e precisa fazer a mesma exigência. Então, presidente, quero dizer que permanecemos alinhados, em luta em defesa do servidor público de Minas Gerais, porque, para nós, o servidor não é parasita, como pensa o governo federal. Para nós, o servidor é importante na prestação do serviço público. É a turma da segurança que ajuda a resguardar e a proteger a população; é a turma da educação que forma os nossos filhos e a nós mesmos; é a turma da saúde; é a turma do Sisema; é o IMA, que está aqui e ajuda na fiscalização na área agropecuária. Então esta Casa já tem um posicionamento claro, e percebi isso pela média dos deputados. Nós faremos aqui o debate e a construção de uma proposta que possa ser importante para a segurança, mas possa também atingir o conjunto dos demais servidores públicos de Minas Gerais. Aos amigos da educação, a nossa solidariedade. A todos os servidores de Minas, a nossa solidariedade. Aos companheiros e amigos da segurança, os nossos parabéns pela conquista. Obrigado, presidente.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizar os servidores da segurança pública que aqui estão pela mobilização e por essa importante aprovação do projeto em 1º turno. Quero, ainda, reforçar o recado de que é importante continuarmos mobilizados e – precisamos da presença de todos aqui, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, às 14 horas. É importante deixar bem claro que nós, legisladores, temos o dever de conhecer e de cumprir a Constituição. Existe algo que se chama prerrogativa de iniciativa, e a antítese dela, que é o vício de iniciativa. Projetos de lei que falam de salário dos servidores do Executivo ou que geram aumento de custo são de iniciativa exclusiva do governador; da mesma maneira, são as emendas que falam de salário dos servidores ou geram aumento de custo. Essa emenda que prevê a extensão da recomposição para todas as categorias é fruto de uma demagogia barata, porque todos os deputados têm de saber que a iniciativa para tal emenda ou para um projeto de lei nesse sentido é do governador. Nenhum dos deputados da área da segurança pública é contra a recomposição para a educação, para a saúde ou para qualquer outro setor. Se o governador mandar para cá a recomposição salarial desses setores, eu vou votar favoravelmente, com muito prazer. Mas não é através de uma emenda inconstitucional para atrapalhar o

reajuste da segurança pública que o reajuste dessas categorias virá. Ouvi aqui do pessoal do Democracia e Luta que isso se dá pelo fato de que o governador não negociou com as outras categorias. Ora, o bloco teve diversas oportunidades de atrapalhar projetos de governador. Por que o bloco não obstruiu o jetom dos secretários para sangrar no secretário de Governo? Por que o bloco não obstruiu aumento de imposto, que era de extremo interesse do governo? O bloco vem com uma emenda agora, aos 45 do segundo tempo, para prejudicar, sim, a recomposição da perda inflacionária dos servidores da segurança pública. Nós todos queremos a recomposição das outras categorias, mas tem que ser feito através de iniciativa do governador. Não é atrapalhando a recomposição dos servidores da segurança pública que você resolve o problema das outras categorias. Isso é pura demagogia, além de ser uma tentativa de enganar a população de Minas Gerais.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, estes últimos dias na Assembleia Legislativa e em todo o Estado – porque nós andamos, saímos deste ambiente, como eu sei que o senhor também faz e vai até as bases, e dialogamos com o povo – foram muito tensos. Todos esses dias. As pessoas sem entender direito, sem entender as posições de alguns deputados. Eu vejo aqui falarem que a nossa bancada tentou prorrogar essa votação, tentou atrapalhá-la, e nós temos que usar este espaço para desmentir isso. Em momento algum foi feito isso. Hoje foi o dia da verdade, de ver aqui realmente quem está 100% com os trabalhadores. Então, Sr. Presidente, são muitos colegas, são muitos não só da nossa bancada, mas de outras bancadas também, de outros grupos também aqui defendendo o servidor. Servidor é uma das profissões mais dignas que existe, seja o servidor desta Casa, que nos serve e serve ao povo muito bem, seja o servidor privado e, principalmente, o servidor público, do qual nós também, Sr. Presidente, somos parte. Nós também somos servidores – servir ao próximo, servir ao público. Não há nada neste mundo mais importante e de maior satisfação para todos nós. Eu sou filho de uma servidora pública ASB, na época, muito carinhosamente tratada como merendeira, servente escolar. Minha mãe, ASB aposentada. A gente sabe a dor que é o salário deles e, em todo momento, a gente vendo colegas tentando jogar outros colegas, tentando jogar a classe da segurança contra a nossa bancada. Hoje a segurança pública do Estado viu de que lado nós estamos. Nós estamos do lado, como muito bem disseram os servidores da educação e os servidores da saúde, da isonomia. É triste nós vermos aqui esta Casa, esta galeria dividida. De um lado, a segurança pública; do outro, trabalhadores da saúde. Alguns destes, por sinal, ganhando menos que um salário mínimo. Imagine, Sr. Presidente, o que é receber menos que um salário mínimo. Noites e dias de plantão cuidando do que nós temos de mais nobre: a vida. Pouco se viu falar sobre os profissionais de saúde. Junto a eles, do mesmo lado, os profissionais de educação, responsáveis por nos educar e aos filhos dos profissionais da segurança pública. Quem é responsável por isso? Quem fez essa divisão? Foi o governo do Estado, Sr. Presidente. Como muito bem disse o nosso líder André Quintão, Professor Cleiton: “Jogou a batata quente para nós, colocando um servidor público contra o outro”. Todos vocês da segurança, da educação, da saúde, do IMA têm algo em comum: servidor público. Todos vocês atendem ao público, atendem ao povo, seja ele empresário, seja ele um simples trabalhador rural. Todos vocês têm essa função nobre, que é atender ao público, que deve ser feita com amor e com valorização. Por isso, nós somos a favor totalmente do funcionalismo público.

A deputada Laura Serrano – Muito obrigada, presidente. Quero aproveitar a oportunidade para esclarecer vários pontos que acho importantíssimo que sejam bem claros e transparentes para a população. Essa recomposição salarial que foi votada hoje para a segurança pública é uma correção monetária, ou seja, não é aumento real de salários, é uma correção monetária que considera a defasagem. Inclusive, é a maior defasagem entre as carreiras dos servidores públicos hoje, pois vem desde abril de 2015, e consta, nesse período, até o final de 2022. Então, é importante deixar muito claro que é uma correção monetária, é uma correção inflacionária, que considera desde abril de 2015 até dezembro de 2022. É um período muito longo. Por isso foi necessária, apesar da crise e do contexto de crise fiscal que a gente vive hoje, uma negociação de tanto tempo e que, no final, culminou em um resultado de uma correção monetária de 13% neste ano, 12% em 2021 e mais 12% em 2022, o que evidencia, mais uma vez, que os cofres públicos hoje não são capazes de realizar a correção monetária para todas as categorias que são importantes para o nosso estado. Gosto e acho importante frisar aqui que não é por falta de vontade política o reconhecimento do governo do Estado em relação não só à segurança, que vem realizando um trabalho exemplar na redução dos indicadores de criminalidade de cerca de 53%, redução de homicídios de

37%, mas também ao trabalho que vem sendo realizado pelos servidores da educação, pelos servidores da saúde, que são áreas fundamentais. Um estado liberal é um estado enxuto, é um estado que respeita o dinheiro das pessoas, é um estado que foca no que é essencial. Se existe algo que é essencial hoje para a população de Minas, é educação, saúde e segurança. Infelizmente, hoje não é possível realizar a correção monetária para essas três categorias fundamentais no nosso estado. Mas o que o governo fez foi, ao dialogar com os servidores públicos – e aí essa negociação com a segurança pública, como foi mencionado várias vezes, já dura há um ano –, tentar viabilizar a possibilidade, pelo menos, da correção inflacionária, que não é vedada e não prejudica os planos que o governo tem para a recuperação fiscal nos próximos anos. É também importante que fique muito claro que o Regime de Recuperação Fiscal permite correção inflacionária, permite que os salários sejam recompostos pelo montante que foi corroído pela inflação durante o período em que não houve a correção. Enfim, o Regime de Recuperação Fiscal não veda esse tipo de correção e é a forma, a maneira pela qual será possível fazer com que o Estado tenha caixa, recursos para poder fazer também a correção monetária das outras categorias que são fundamentais para a população mineira. É importantíssimo que a gente tenha os nossos professores bem remunerados. É importantíssimo que os médicos, enfermeiros, profissionais da saúde sejam bem remunerados. Como eu disse, mais uma vez, um estado liberal é um estado enxuto, mas, acima de tudo, responsável com a sua população, responsável com o cidadão, responsável com a segurança dos mineiros. Então, venho, mais uma vez, mencionar esse ponto. Quero também destacar que o radicalismo nunca levou a nenhuma solução. Em geral, os posicionamentos radicais, tanto da esquerda quanto da direita, não geram soluções melhores do que quando a gente pondera e pensa soluções que, de fato, busquem resolver problemas para as pessoas. Muito obrigada.

O deputado Professor Cleiton – Sr. Presidente, deputadas e deputados, todos aqueles que ainda se fazem presentes nas galerias, aqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia, boa tarde! Votei favorável a essa recomposição salarial da nossa segurança pública. E não poderia ser diferente, Sr. Presidente. Recentemente estive visitando algumas delegacias, no interior de Minas Gerais, conversando com profissionais da Polícia Civil e percebendo o sucateamento que as nossas delegacias vivem, bem como o fato de esses profissionais estarem trabalhando no seu limite. Não vou aqui entrar no trabalho e no papel prestado pela Polícia Militar, a melhor Polícia Militar do País, que é a Polícia Militar mineira, porque seria chover no molhado. Recentemente recebi e vou poupar de falar o local e os servidores para que não sejam comprometidos, mas recentemente recebi uma denúncia que veio de um presídio com 1.200 presidiários, e, naquele momento, em que entraram em contato comigo, Sr. Presidente, apenas 9 agentes de segurança estavam presentes, naquele momento, para cuidar de 1.200 presidiários. É algo desumano. Então essa recomposição salarial é mais do que justa. Contudo, o que nós acompanhamos aqui, nos últimos dias, foi uma situação beligerante, criada por uma política irresponsável do governo do Estado, como muitos que me antecederam aqui falaram. Uma situação fratricida, que colocou irmão contra irmão. O que vimos aqui, nesta manhã, deputado Bosco, foi uma Assembleia, nas suas galerias, dividida. De um lado, a segurança pública, e, de outro, servidores de outros serviços, como se ocorresse aqui uma divisão. Mas, quando eu olhava para as galerias, o que via eram servidores públicos. Servidores públicos, pais e mães de família, homens e mulheres que dão a vida pelo Estado e pelo serviço público. Estávamos aqui também diante dos professores em greve, professores estes que reivindicam, única e exclusivamente, um direito constitucional, que é o piso salarial. E aí pergunto: – e quando a gente olha para o Estado do Maranhão, que não tem 20% dos recursos que Minas Gerais tem? Um estado pobre. Então como é possível que o governador conceda um aumento salarial aos professores que chega a quase R\$6.000,00? Que fórmula é essa que não podemos estudar para aplicá-la aqui no Estado de Minas Gerais? E aí estou falando dos professores e também de outras categorias. Os servidores da Fhemig estão em greve; assim o fazem por que estão doentes. Aqueles que cuidam da saúde são aqueles que hoje têm a necessidade de serem cuidados em sua saúde. Estive em um órgão público, na semana passada, e fui abordado, no corredor, por um servidor que me mostrou seu contracheque, cujo salário não atinge R\$1.000,00. Agora estamos aqui pedindo que todas as categorias se atentem porque é um momento não de divisão, mas um momento de união, já que, nos próximos meses, chegará a esta Casa uma série de pacotes de maldade que atentam contra os direitos dos servidores. Chegará aqui a reforma da Previdência. E será que vão chegar, eu me

pergunto, as contas atuariais que demonstram que isso é necessário? E que reforma será essa? Uma reforma justa, que contemple, de fato, a justiça para todos os servidores, inclusive para aqueles que ganham mais? Ou será uma reforma que vem comprometer ainda mais a situação dos nossos servidores? Vai chegar aqui uma proposta de aumento da alíquota previdenciária, e os servidores precisam ficar atentos a isso, assim como também vai chegar aqui o Regime de Recuperação Fiscal. E aí vou ter que discordar da posição da deputada que me antecedeu. Sobre o Regime de Recuperação Fiscal, é só olhar para o Rio de Janeiro, onde os servidores estão com os seus salários congelados pelos próximos 20 anos porque essa é uma das exigências do Regime de Recuperação Fiscal. Não tem essa de reposição de perda salarial de acordo com a inflação porque o regime não permite que isso ocorra. É uma interpretação errônea de quem diz isso. Dessa forma, servidores públicos do Estado de Minas Gerais, não é momento de divisão, mas momento de unidade porque todos os senhores e as senhoras, independentemente do cargo que ocupam, são chamados, de uma forma digna, de servidores públicos. Obrigado.

O deputado Bosco – Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, da mesma forma que os colegas que me antecederam, também quero aqui fazer essa declaração de voto, principalmente com relação ao último projeto votado nesta Casa, da recomposição dos salários dos servidores da segurança pública. Nós sabemos, e muito bem, da importância dos servidores públicos da segurança em Minas Gerais, quer seja na capital mineira, quer seja na região metropolitana, quer seja em todos os 853 municípios do Estado. Sabemos que a criminalidade vem se aprimorando cada vez mais. Graças à Polícia Civil de Minas Gerais, graças à Polícia Militar, nós temos tido êxito nas ações desses segmentos do Estado, garantindo mais segurança, mais sensação de segurança a todos os mineiros e a todas as mineiras. Nós sabemos que os salários desses servidores estavam muito defasados. Nós estávamos perdendo servidores, excelentes servidores para outros segmentos. Delegados da Polícia Civil estavam participando de concursos em outros estados, saindo até de Minas Gerais para buscar oportunidades em outros estados, dada a defasagem dos salários aqui, em Minas Gerais. Assim, dentro da categoria de segurança, vários outros profissionais saíram, deixaram realmente, mesmo com a garantia de um concurso público, os seus cargos, as suas funções, para buscarem oportunidade no mercado de trabalho em outros segmentos. E não podemos perder esses servidores, que são servidores aguerridos, que são servidores que realmente fazem por merecer e têm essa profissão como uma missão de vida. Eu quero, ao mesmo tempo, rendendo essa homenagem aos servidores da segurança pública, caro Antonio Carlos, também aqui ser solidário às demais classes de servidores do nosso estado. Nós sabemos que todas elas são importantes, as da educação, as da saúde, as do meio ambiente. Enfim, todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, em todas as funções, têm a sua importância, em todos os lugares que atuam. Para tanto, precisam também de um olhar especial. Quero aqui me solidarizar com todas as classes, com todas as demais classes, para que, de uma forma unida, com todos os deputados desta Casa, com as nossas lideranças, junto ao governador Romeu Zema, nós possamos, dentro do possível, buscar também a recomposição merecida e necessária às demais classes. Então eu me coloco à disposição para poder trabalhar nesse sentido, para construir algo, para que o governo do Estado de Minas Gerais possa fazer esse reconhecimento para todas as classes. Um abraço. Muito obrigado a todos os servidores públicos do Estado.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM
19/2/2020****Presidência dos Deputados Agostinho Patrus, Alencar da Silveira Jr., Glaycon Franco e Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Registro de Presença – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.445/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.447/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.449/2020; encerramento da discussão; discurso do deputado Professor Wendel Mesquita; votação nominal do projeto; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.451/2020; discursos dos deputados Coronel Sandro, Delegado Heli Grilo, Betão e Sargento Rodrigues; apresentação da Emenda nº 3; não recebimento da Emenda nº 3; encerramento da discussão; requerimento do deputado Gustavo Valadares; deferimento; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Sávio Souza Cruz; votação nominal do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; discurso do deputado Gustavo Valadares; Questão de Ordem; discursos dos deputados Ulysses Gomes e Hely Tarquínio; votação nominal da Emenda nº 2; aprovação – Suspensão e Reabertura da Reunião – Declaração de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.355/2019, 1.415 a 1.418 e 1.444 a 1.451/2020; aprovação – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a manutenção da ordem da pauta desta reunião. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.355/2019, do governador do Estado, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem de Resíduos Veiculares e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

A deputada Celise Laviola – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, voto “sim”.

O deputado Cleitinho Azevedo – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.355/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2020, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado, relativo aos anos de 2018 e 2019. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade

com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Cleitinho Azevedo – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 58 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.444/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra, com alegria, a presença em Plenário do deputado federal Subtenente Gonzaga e o cumprimenta pelo trabalho e pelas atividades que vem desempenhando em Brasília.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.445/2020, da Defensoria Pública, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019, e dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública do Estado, referente ao período de julho de 2018 a novembro de 2019. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 61 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.445/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2020, da Defensoria Pública, que altera os arts. 17, 19 e 22 e os anexos VI e IX.1 da Lei nº 22.790, de 2017, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Cleitinho Azevedo – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gustavo Santana – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 63 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.446/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.447/2020, do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, referente aos anos de 2014, 2019 e 2020. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Inácio Franco

– João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Cleitinho Azevedo – Guilherme da Cunha.

O deputado Hely Tarquínio – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 58 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.447/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.448/2020, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Repórter Rafael Martins – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Cleitinho Azevedo – Guilherme da Cunha.

– Registra “branco”:

Virgílio Guimarães.

O deputado Roberto Andrade – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 60 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.448/2020 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.449/2020, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, referente aos anos de 2018 e 2019. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Wendel Mesquita.

O deputado Professor Wendel Mesquita* – Para encaminhar, presidente, com relação aos projetos votados nesta manhã, no que tange à recomposição salarial das várias categorias, trago aqui uma notícia importante. Hoje tivemos uma reunião importante com o governo, com os deputados da base do governo, nesta manhã, e alcançamos algo muito positivo, dentro dessa recomposição, para a categoria da educação. Formamos uma comissão de deputados.

Este deputado, os deputados Betinho Duarte, Bosco e Dalmo Ribeiro e a deputada Celise ficamos, então, estabelecidos na relação com o governo para fazer uma intermediação da educação com relação a uma construção com o governo de um projeto que busca também uma recomposição salarial.

A gente sabe que as discussões nesta Casa foram muito acaloradas, alcançamos a recomposição da segurança pública e de várias outras categorias, e realmente a educação carece desse momento. A gente sabe da luta de todos, do bloco independente, do bloco de oposição, sabemos da luta de todos os deputados e deputadas, mas essa construção, através do diálogo da base de governo, é fundamental, porque não adianta a gente também trazer uma emenda que possivelmente será vetada pelo governador e posteriormente pode ser derrubada aqui, na Casa. Isso não vai construindo um resultado final que alcançará exatamente a ponta. Não estou dizendo que a emenda não é importante. É muito importante, mas essa construção é fundamental.

Então a gente está indo agora... Estou indo agora, neste momento, a uma reunião com a secretária de Educação, representando... (- Manifestação nas galerias.)

O presidente – A presidência vai manter o tempo do orador. Se V. Exa. não conseguir falar ou tiver que parar de falar, nós vamos simplesmente atrasar as votações dos projetos na pauta. Com a palavra, o deputado Professor Wendel Mesquita.

O deputado Professor Wendel Mesquita* – Estou indo, neste momento, presidente, numa reunião com a secretária de Educação, marcada na Cidade Administrativa, às 11 horas. Posteriormente, teremos uma reunião dessa comissão que foi estabelecida nessa manhã junto à base de governo. Estivemos também com o secretário de Planejamento, o secretário Otto, que se dispôs, a partir de hoje, a construir um estudo para que a gente possa, com as medidas que chegarão a esta Casa, construir algo propositivo e concreto para a educação do Estado de Minas Gerais.

Então fica este registro, presidente, dessa comissão da base de governo, do início dessa construção, que é um indicativo dessa nova delineação de um diálogo, de um momento que pode culminar – e tudo indica que culminará – numa construção propositiva da recomposição dos profissionais de educação. Ontem trouxe a este Plenário uma fala de preocupação sobre o momento em que nós vivemos, de uma crise econômica no País. Não existindo um investimento na educação, traz um prejuízo enorme para a categoria da educação no Estado de Minas Gerais. Então queria só fazer este registro. Agradeço, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento

Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Cleitinho Azevedo – Guilherme da Cunha.

A deputada Celise Laviola – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gustavo Mitre – Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 60 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.449/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, que cria e transforma cargos do quadro de provimento em comissão e de funções de confiança do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Marília Campos.

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Cleitinho Azevedo – Presidente, meu voto é “não”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 59 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.450/2020 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.451/2020, do governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro* – Forças de segurança pública, bom dia!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não vou usar o tempo regimental de discussão – claro que não, nós queremos é votar –, mas quero aqui deixar registrado o esforço dessa categoria que protege Minas Gerais dia e noite, sob sol, sob chuva, saindo para trabalhar podendo ser alvo de bandidos, podendo tomar um tiro e não voltar para casa. É uma profissão *sui generis*, pouquíssimos profissionais no mundo saem para trabalhar e podem ser mortos.

Então, esse é o diferencial que tem que ser reconhecido. E vocês, nós estamos sendo reconhecidos por um governo que não faz média; o que pode ser feito ele está fazendo, como já fez. Lembrando: nem um de nós, deputados aqui, somos contra quaisquer categorias de servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Muito pelo contrário, nós apoiamos todos.

Quando o governo do Estado de Minas Gerais enviar a esta Casa, porque é sua competência exclusiva e privatiza, um projeto de lei recompondo os salários das demais categorias, saibam que eu votarei a favor. Todos os deputados, creio, votarão a favor, porque é o justo. Para se conseguir o que é justo e o que vocês defendem, tem de ser feito de forma correta. Não se pode, de forma demagógica, ludibriar toda uma categoria de funcionalismo público dizendo que vai haver um reajuste, porque nós sabemos que isso não vai acontecer, porque a emenda é ilegal, é inconstitucional e está servindo para enganar vocês. A emenda... (- Manifestação nas galerias.)

O presidente – Solicito às galerias silêncio para que o deputado possa se expressar. Irei garantir o tempo de V. Exa. para que possa, com tranquilidade, discutir essa matéria.

O deputado Coronel Sandro* – Obrigado, Sr. Presidente. Já estou encerrando.

Para encerrar, como disse, não vou usar os 60 minutos a que tenho direito. Vou usar 5 minutos, como disse ao presidente.

Cometi um equívoco aqui quando cumprimentei meus companheiros da segurança pública e esqueci de cumprimentar os outros servidores. (- Manifestação nas galerias.)

Para encerrar, vou cumprimentá-los agora: pelegada, bom dia! (- Manifestação nas galerias.)

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. educadores, bom dia. Senhores membros da segurança pública, meu bom dia!

Na verdade, estamos discutindo um projeto de segurança pública. Discutimos um projeto do Judiciário e do Ministério Público. Não sei se a isonomia é com a segurança ou com o Judiciário e com o Ministério Público. Não sei se estamos falando de isonomia ou de hipocrisia de uma emenda. Olhe, eu, como formado em direito, não posso aprovar uma emenda que sei que é inconstitucional e que o governo vai vetar. Depois vem o veto e vou votar a favor dele? Isso é muito mais incoerência.

Gostaria de dizer que o que foi dito aqui... Eu tenho o maior carinho e apreço pela educação, mas pela educação, pelos professores que estão lá na ponta da linha, que estão lá na sala de aula. Estes, sim, merecem o nosso respeito e merecem ganhar muito mais. Só que isso tem de vir do governo. Não pode ser uma emenda enganadora enganando as pessoas que querem acreditar numa coisa que não é real. Sou inteiramente favorável a que venha um projeto. Eu, o deputado Sargento Rodrigues, os membros da segurança pública mandamos um requerimento ao governo para que mandasse a esta Casa um projeto para recompor o salário não só da educação, mas do pessoal da saúde também.

Então, eu não posso acreditar que o que é inverdade, o que é inconstitucional possa prevalecer. Esta é uma Casa de legisladores. Embora a maioria não seja de advogados, tem a obrigação de saber o que está escrito na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

O que nós estamos buscando e foi negociado com o governo durante um ano... Durante um ano, ficamos indo e voltando ao governo, enquanto o pessoal da educação ficou em berço esplêndido dentro desta Casa, não foi nenhuma vez fazer o que nós fizemos. Aí chega aqui e quer participar, quer entrar? Ora, não é assim que funciona. Faça o que nós fizemos: vá buscar. Eu participo, ajudo a educação. Vamos ao governo, vamos buscar a recomposição para a educação e para a saúde, mas não da forma como está sendo colocado.

Nós não podemos praticar um ato antijurídico nesta Casa. Eu sempre procurei ser legalista e justo na minha decisão, e essa decisão sempre foi pautada no direito. Podemos até mudar a Constituição Federal e a Constituição Estadual para poder acontecer a possibilidade de um deputado, um legislador aumentar salário, aumentar efetivo, aumentar tudo isso. Mas hoje isso não é permitido. A questão é a legalidade. Então, cada vez que isso acontecer aqui... (- Manifestação nas galerias.)

Sr. Presidente...

O presidente – Solicito às pessoas que se encontram nas galerias, de forma democrática, que permitam a fala do deputado para darmos continuidade à votação. O deputado terá o seu tempo garantido. Portanto, as manifestações simplesmente atrasam a votação do projeto.

O deputado Delegado Heli Grilo – Então, Sr. Presidente, eu não vou ficar alongando a minha fala, até em respeito aos educadores, coisa que eles não estão tendo com a gente, mas em respeito também à segurança pública.

Só um minutinho, deputado Bartô. Outra coisa: eu joguei futebol quando era mais novo e eu era muito ruim – viu, Jean? Então, raramente eu era aplaudido, fui muito mais vaiado. Talvez isso me faça matar a saudade aqui, hoje. Está bem? Fale, Bartô!

O deputado Bartô (em aparte)* – Delegado Heli, eu queria comentar o que você falou sobre a isonomia, mas tratando apenas de projetos para outros Poderes, em que, como a gente sabe, os salários já estão superfaturados, fora toda a questão dos privilégios que essas classes têm. Quero deixar bem claro que este deputado é contra qualquer aumento de salário, inclusive dos que aqui estavam, tanto é que votei “não”. Fui um dos poucos que votaram “não” aqui. No final do ano passado, houve crédito suplementar para esses tribunais, e esse crédito suplementar, quando vai para o pagamento de pessoal, paga exatamente aqueles penduricalhos todos. Por isso fui o único a votar contra também.

Estive pensando nesta noite: “Espere aí, passou uma emenda para tratar da educação e da situação dos demais servidores. Já temos R\$5.000.000.000,00 para a segurança e, com essa emenda, teremos mais R\$21.000.000.000,00. O Estado, hoje, ganha R\$100.000.000.000,00 e gasta R\$80.000.000.000,00. Vamos colocar mais R\$25.000.000.000,00 no custo. Então, o que acontece? O Estado ganha R\$100.000.000.000,00 e gasta R\$105.000.000.000,00”. E eu, como um bom liberal, parei para pensar: “Pode ser uma boa ideia. Vamos passar aumento para todo o mundo, porque a gente destrói o Estado de uma vez e acaba com ele”. É isso o que vai acontecer. Obrigado.

O deputado Delegado Heli Grilo – O deputado Bartô colocou muito bem, mas eu não tenho a pretensão de destruir o Estado. Não tenho. Eu sei que muitos têm, mas eu não tenho. Nós temos aquela turma que pensa que quanto pior melhor, mas eu, não, é quanto melhor, melhor. Agora, nos quatro anos que se passaram, eu aqui não estava, mas eu pude analisar e ver que foram feitas recomposições salariais da educação pequeninhas. Devia ser mais. Tiveram oportunidade e deveriam ter feito mais, mas não fizeram, nem analisaram a questão da segurança. Em nenhum momento, membros da segurança pública ou deputado da segurança pública esteve aqui para atrapalhar. Não esteve aqui para botar cunha num projeto. (- Manifestação nas galerias.) Eu quero que o salário de todos aumente, mas tem que vir numa questão legal. Eu não posso fazer a coisa inconstitucional porque depois vem o veto, e vou mantê-lo, porque estou votando contrário.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu queria falar e deixar sempre claro: tenho o maior respeito e carinho com a educação e com o professor.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Sr. Presidente e deputado Heli Grilo, eu queria pedir um pouquinho de compreensão das galerias porque aqui nós estamos discutindo... Quanto mais as galerias se manifestarem, mais vai demorar a votação do projeto. (- Manifestação nas galerias.) Eu vou esperar as galerias ficarem em silêncio para eu poder falar.

Sr. Presidente, eu trago aqui uma reflexão que eu queria que todos os presentes nesta Casa entendessem. Ontem, na comissão, eu entrei com um projeto, com uma emenda solicitando... Não estou colocando nada em relação a aumento de salário, nada, apenas uma emenda para que o Estado cumprisse, deputado Heli Grilo, a decisão judicial homologada em um acordo de 2016 com todos os funcionários do Cisema. (- Manifestação nas galerias.) Só um instante. Por quê? Era uma decisão homologada, uma decisão judicial, e, antes de eu colocar a emenda, consultei o jurídico, que fez a análise de que essa emenda, a única emenda era constitucional. Poderia haver alguma dúvida e tudo, mas era constitucional e não afetava em nada.

São 1.300 servidores que foram deflagrados pela greve, deputado Heli Grilo. Nós tivemos a operação padrão, em 2012, que comprometeu muita a arrecadação do Estado, e tivemos a greve em 2016. Para não comprometer o Estado, deputado Hely Tarquínio, para não comprometer o Estado, foi feito esse acordo.

Ora, gente, o que nós estamos fazendo aqui... Eu respeito todos os colegas e queria demonstrar o seguinte. Essa emenda que está sendo colocada aqui nunca vai refletir em um aumento real para essas outras categorias. Eu estou querendo falar isso por quê? Para que não leve ilusão a essas outras categorias. Não há condição... (- Manifestação nas galerias.) Por favor, eu estou aqui... A qualquer projeto que o governo mandar para cá de adequação para todas, para qualquer categoria, eu sou favorável. Agora, o que pode acontecer aqui é a gente levar uma ilusão. Eu quero que todo mundo se lembre disto: não existem condições, mesmo aprovada essa emenda, de refletir alteração em categoria que não seja a segurança pública.

Então eu quero chamar a atenção de vocês... Eu tenho certeza de que nenhum deputado aqui, nenhum dos 77 vai votar se o governo mandar para cá uma recomposição ou uma alteração de carreira de qualquer categoria, porque nós temos consciência de que o governo, ao mandar para cá, faria um estudo técnico da viabilidade financeira e da saúde financeira do Estado para cumprir isso.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte...(- Manifestação nas galerias.) Eu vou esperar. Não tem problema, não.

Delegado Heli Grilo, eu quero dizer que tenho certeza de que V. Exa. e o próprio deputado, o nosso coronel aqui, que tem algumas divergências com relação a sindicatos – tenho certeza de que até ele – se o governo enviar para cá qualquer tipo de recomposição, ele não votaria contrário. Mas nós estamos aqui... (- Manifestação nas galerias.) Espere aí, nós estamos aqui diante de um posicionamento que a gente pode levar ilusão a milhares de famílias no Estado. Eu vou dizer uma coisa: participo de qualquer diálogo com o governo para lutar pela justiça por todas as categorias, mas não vou participar aqui de uma votação que vai levar ilusão. E nós sabemos que vai vir o veto e se porventura esse veto não for acatado por esta Casa, ele será derrubado judicialmente.

Eu apoio todas as categorias e tenho certeza de que todos os deputados aqui vão apoiar. Mas eu quero dizer, deputado Delegado Heli Grilo, profissionais da segurança, profissionais da educação, que nós temos que ter aqui uma seriedade muito grande. Eu temo por levar ilusão a milhares de famílias que estão passando por dificuldades, como várias famílias que não são de servidores públicos. Muito obrigado.

O deputado Delegado Heli Grilo – Olha, o deputado Noraldino foi muito feliz na colocação dele. Nós não podemos achar que todos os deputados aqui não sabem o que estão votando. Todos sabem. Sabem que é inconstitucional, mas vão votar para enganar as pessoas ou achar que vão conseguir manter uma posição. Eu não posso pensar assim. A minha posição é de legalidade. Você não pode colocar aquilo que não é verdade. As pessoas estão sendo enganadas. Vocês estão sendo iludidos e não é verdade isso.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte) – Deputado Delegado Heli Grilo... (- Manifestação nas galerias.) A fala de V. Exa., reflete uma preocupação importante ao votarmos esse projeto. Sem dúvida alguma e eu falo isso até porque, ao longo da minha

longa vida pública, fui governo, fui oposição e sempre estive nas comissões técnicas de finanças, tributação, de orçamento e sei as dificuldades disso tudo. Sei que V. Exa. analisa um aspecto sério de um projeto e as consequências que ele pode ter. Eu quero aqui chamar a atenção de que ninguém pode ter ilusão a respeito desse e nem de projeto algum, muito menos da emenda.

Por outro lado, quero dizer que algum caminho pode existir. E eu quero chamar a atenção de V. Exa. porque esse projeto traz um artigo muito pouco estudado, que já veio do governo e foi mantido. Ele estabelece uma condição para entrar em vigor e só produz os seus efeitos... Que todo mundo ouça isso, está no art. 6º e, se não me engano, no substitutivo, o art. 28. Ele não deixa proliferar ilusão alguma. O artigo diz o seguinte: “Só produzirá efeitos caso obedecem ao disposto no art. 169 da Constituição e na Lei Complementar nº 101”, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ele sequer entra em vigor, mesmo se a gente aprovar. Esses aspectos só entrarão em vigor se houver recursos para tanto.

Nobre deputado, de alguma maneira, ele abraça uma possibilidade remota, mas uma possibilidade de implicação. É o único caminho, já que nós não temos a iniciativa constitucional de propor projetos de criação de cargos sequer de reajuste salarial. A Constituição é clara nisso.

Nós podemos fazer emendas. Só emendas, a proposição não, até porque o deputado Noraldino estabelece um pedido para que o governo envie – V. Exa. concorda com isso – e fez o requerimento no mesmo sentido, o que é correto. Mas existe a possibilidade caso venha a ter a fonte para o pagamento... A emenda pode existir desde que haja fonte. Essa emenda não apresenta uma fonte clara, mas obedece ao mesmo critério do projeto.

Portanto, nós vamos ter – e aí é uma responsabilidade nossa – que viabilizar, ao longo desses próximos meses, as condições de funcionamento adequado no Estado para que isso possa ser posto em prática, até porque, mesmo com a segurança pública, o prazo da sua vigência será, na melhor das hipóteses, em meados do ano. Portanto nós vamos ter aqui uma discussão grande sobre o ajuste fiscal, sobre as novas fontes de financiamento. Muita coisa será cobrada desta Casa Legislativa para ajudar a viabilizar o Estado. Ninguém pode se iludir e achar que essa emenda ou esse projeto é um passe de mágica.

Portanto cabe, em grande medida, a nós mesmos que vamos votar a favor da emenda, a favor do projeto. Todos votaremos, todos votaremos a favor do projeto; e, depois, vamos ajudar nas condições econômicas para a sua viabilização. Ninguém sai daqui... Já estou concluindo, até porque o deputado Heli tem 42 minutos.

Portanto muito temos que fazer para que ninguém, nenhum de nós, de nenhum setor, tenhamos essa ilusão. Mas cabe a nós viabilizarmos, porque, na própria emenda e no próprio projeto, há o caminho da sua viabilização.

O deputado Delegado Heli Grilo – Bem rapidinho, vou encerrar. Deputado Virgílio, você foi muito feliz nas suas colocações. Eu estou me colocando – e tenho certeza de que toda a bancada da segurança também se colocará – à disposição da bancada da educação aqui, da Assembleia, para ir junto ao governo a fim de discutir a recomposição dos professores. Isso nós faremos. O que não podemos é fazer isso de maneira aleatória. Nós estamos à disposição para ir à porta da Cidade Administrativa a fim de fazer o que fizemos para nós, para buscarmos o que buscamos.

Então, quero deixar claro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que tenho o maior carinho e respeito pela educação. Já disse muitas vezes que, se tenho a minha formação, se tenho a formação dos meus filhos e da minha filha, foi por causa dos educadores e, por isso tenho respeito a vocês. Mas nem por isso vou agir com ilegalidade, com inconstitucionalidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Betão.

O deputado Betão* – Obrigado, presidente. Bom dia a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Estado de Minas Gerais, servidores da segurança pública, servidores da educação, da saúde e todos os outros que se encontram presentes no nosso plenário! Um bom dia também a todos os deputados e deputadas e os que nos assistem pela TV Assembleia!

Vou procurar ser breve para a gente poder votar logo esse projeto, presidente. Mas eu não poderia deixar de falar um pouco aqui, nesta tribuna, em função dessa discussão que vem ocorrendo desde ontem. Eu não posso aceitar que alguns deputados subam a esta tribuna e ataquem determinados partidos, ataquem o PT, por exemplo, que, a todo momento, se coloca aqui caminhando junto com os trabalhadores. Nós vamos ter um enfrentamento muito grande daqui para frente.

Há claramente aqui uma proposta, uma política de divisão de categoria do funcionalismo do Estado de Minas Gerais. Eu gostaria de dizer para todos os servidores que o governo Zema vai aplicar um ajuste fiscal implacável sobre os servidores de Minas Gerais.

Ele vai apresentar aqui um Regime de Recuperação Fiscal, que prevê congelamento de salários e coloca em questão inclusive o reajuste que possa ser concedido aos servidores da segurança pública. Ele vai apresentar aqui uma proposta de congelamento de carreira. Se você é trabalhador e trabalhadora do Estado de Minas Gerais e tem promoção por tempo de serviço, se esta Assembleia aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, que vai ser proposto e que está sendo dito a todo momento pelo governador, você não terá sequer o reajuste com base no seu tempo de serviço. Ele vai apresentar aqui uma reforma da Previdência, que, se for aprovada por esta Assembleia Legislativa, vai aumentar o desconto da alíquota de cada servidor.

Não é outra discussão, esta é a discussão porque ele quer dividir as categorias do Estado de Minas Gerais para poder emplacar esse tipo de proposta que vem sendo aplicada em outros estados.

Portanto, senhoras e senhores, nós precisamos aqui de uma profunda unidade entre todos os servidores do Estado de Minas Gerais. E podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores, que certamente vai enfrentar esse tipo de discussão. E vamos ver como se posicionarão as bancadas dos bolsonaristas nessa discussão, porque Bolsonaro também vai apresentar uma proposta de reforma administrativa, que vai acabar, em escala, com a promoção por tempo de serviço, no governo federal, no governo estadual e no governo municipal. Essas questões é que temos que discutir aqui, em conjunto com os reajustes.

Portanto, vamos votar favoravelmente ao reajuste dos servidores da segurança pública e vamos colocar... (- Manifestação nas galerias.) Não tem problema, presidente, eles têm o direito de se manifestar. Eu aguardo. Obrigado. Vou concluir assim que possível. Tenho 1 hora para discutir.

Então, senhoras e senhores, vamos aprovar aqui o reajuste dos servidores da segurança públicas, mas estamos apresentando também emendas que já foram aprovadas na Comissão de Fiscalização Financeira e não estamos iludindo ninguém porque todo mundo está assistindo a isso aqui hoje. Os trabalhadores em educação estão em greve, acompanhando, aqui ou lá fora, nas ruas. As pessoas da saúde também. As emendas que são apresentadas, aprovadas aqui hoje, neste Plenário, vão continuar em discussão. Não atrapalham, em absolutamente nada, a proposta de reajuste do governo de Minas Gerais dos servidores da segurança pública. Não há problema algum. Mas queremos que o governo analise a emenda, que seja dado reajuste para os demais servidores, e que o projeto de recuperação fiscal de Minas Gerais não seja aprovado aqui na Assembleia, senão não vai adiantar nada, nem o esforço que fizeram e nem o esforço que estamos fazendo, se esse projeto for aprovado.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Muito obrigado, Professor Betão, companheiro aguerrido aqui. Foi muito bem posicionada a sua fala, professor.

Primeiramente quero iniciar a minha fala pegando um gancho no início da sua, em que você coloca para os servidores da segurança: “Quero primeiro que vocês todos saibam que nós votaremos, como fizemos ontem, toda bancada do Partido dos Trabalhadores, que foi tão falada nesses últimos dias e colocada como se estivesse contra o projeto, nós votaremos a favor. Nós entendemos a importância e votaremos a favor”. Mas são várias questões que estão em discussão aqui e saibam vocês que, quando o governo do Estado mandar para cá para tentar retirar direitos de vocês, nós também estaremos aqui defendendo vocês.

Acho que o governo conseguiu uma grande façanha, que talvez fosse o que ele queria: colocar, dos dois lados, os servidores, uns contra os outros.

Servidor, como o disse ontem aqui o deputado Cristiano, como o Cristiano lembrou muito bem aqui, não é parasita como alguns pensam e falam. Eu sou filho de uma servidora pública, uma ASB, que era conhecida como merendeira, servente escolar, com muito carinho. Ela nunca foi uma parasita, nunca. Então servidor público não é parasita.

Muitos falamos aqui da questão da legalidade. Há muito deputado, que subiu ou não, que vai falar da questão da legalidade e que em outros momentos também já assinou emenda aqui. No momento que era de interesse, não falava isso. Então não se trata de legalidade ou não; a meu ver, trata-se de justiça. Eu fico com a justiça. Esse foi o caminho, como o deputado Virgílio colocou muito bem. Esse foi o caminho, ainda que remoto. Nós não estamos aqui enganando ninguém. Nós estamos dizendo da dificuldade de ser cumprido, mas foi o caminho para que o governo venha para a discussão, para que o governo chame os trabalhadores para a discussão.

Olhe, minha gente, nós estamos aqui parecendo que é uma situação de segurança contra a educação, mas não é isso. Nós temos ali uma parcela da saúde, da qual poucos estão se lembrando. Nós temos trabalhadores da saúde que chegam a receber menos que um salário mínimo. Isso é justo? Isso é legal? É legal um trabalhador receber menos que um salário mínimo? Morrer qualquer trabalhador pode morrer ao sair de casa. Qualquer trabalhador pode morrer ao sair de casa. (- Manifestação da plateia.) Podem, é direito de vocês. Se me permite, vou esperar, professor Betão, é direito deles.

Agora eu vou concluir. Eu nunca precisei, mas imagino... Vocês não esperaram eu concluir. Eu nunca precisei, mas imagino o que é trabalhar com arma na mão. Nós compreendemos, sim, o que é passar por situações extremas. Mas não é por isso que nós devemos desclassificar as outras categorias. Não é por isso. Então, quero aqui, Prof. Betão, terminando a minha falar, dizer que esse foi o caminho verdadeiro, e não demagógico que nós encontramos.

Olhe, eu estava aqui conversando com o Professor Cleiton. Há outras profissões que, desde 2006, não recebem reajuste. E aí? Isso é legalidade? Então solicito aos meus nobres pares que possamos escolher o caminho da justiça. É o caminho da justiça que temos de escolher. Muito obrigado.

O deputado Betão* – Obrigado, deputado. Vou procurar concluir agora, dizendo mais uma vez que os servidores do Estado precisam se unificar, precisam estar unidos. Eu chamo atenção principalmente dos servidores da segurança pública. Aqui há deputados que se utilizam do WhatsApp para agredir deputados do PT e para tocar o terror, o medo nos servidores da segurança pública.

Quero dizer para todos e todas aqui, para todos os deputados o que interessa ao governo de Minas Gerais. Essa divisão dos serviços públicos é para garantir o pagamento dos juros para banqueiros e as isenções fiscais para essas mineradoras assassinas que temos aqui, no Estado de Minas Gerais. Portanto, senhores servidores da segurança e todos os servidores presentes aqui, vamos unificar nossa luta para a gente poder garantir esse reajuste para todos os servidores do Estado de Minas Gerais.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Obrigado, deputado Betão.

Eu acho que os servidores da segurança, da educação e os demais servidores precisam compreender algumas coisas. A questão da segurança está resolvida. O projeto será votado aqui. É importante entenderem como a tramitação funciona. Eu até recebi WhatsApp de amigos da segurança perguntando: “Deputado, venha cá, se, por um acaso a emenda for aprovada, se ela for vetada e se o veto for derrubado, isso não se torna um problema no campo jurídico que pode ser judicializado e vai atrasar?”. De maneira alguma. O governador pode sancionar o projeto original e pode vetar. O que vai vir para cá é a discussão do veto. O projeto passa a valer a partir do momento da sua publicação. Dito isso – e aqui a manifestação dos colegas que serão favoráveis daqui a pouco ao projeto da segurança –, ele já será aprovado em 2º turno.

Então, o debate da emenda necessariamente não precisa de uma posição contrária dos amigos da segurança pública, porque não vai interferir, não vai mudar. (- Manifestação nas galerias.) Pode, inclusive, ter a solidariedade dos trabalhadores da segurança. Tirando isso, se não tiverem essa compreensão... Gente, ser for discutir previsão orçamentária... O projeto não trouxe nem a previsão orçamentária no projeto inicial. Há problemas se for nessa lógica.

Bem, vamos lá. Lembro que o último acordo feito com a segurança foi no governo Anastasia, Betão. Foi proposto um conjunto de reajustes, mas ele deixou uma conta para o próximo governo pagar. O governo do PT, em 2015, pagou duas contas do acordo feito com a segurança, mesmo num cenário de crise e de endividamento de R\$7.000.000.000,00 que o governo passado havia deixado para nós. Não deixamos de honrar o que estava aprovado na lei, no acordo que foi feito. Lembro que, no art. 5º, vinha assim: “Ficam ajustados em 12%, a partir de 1º/12/2014, os valores que foram pagos em janeiro”, já no nosso governo. E depois, a segunda conta – está no art. 6º: “Ficam reajustados em 15%, a partir de 1º/4/2015”.

Então, vejam que nós sempre honramos os compromissos e tivemos a preocupação de honrar o compromisso, o acordo e aquilo que estava previsto na recomposição dos colegas da segurança. Somente no ano de 2015, no primeiro ano do nosso governo, foram, então, 27%. E, neste momento, nós entendemos ser importante fazer essa recomposição, mas entendemos também ser importante o diálogo com as demais categorias.

Eu acho engraçado aqui alguns colegas falarem: “Não, mas a emenda pode ser inconstitucional”. E não vejo a mesma energia e a mesma veemência para cobrar que o governador cumpra aquilo que foi aprovado e que está na Constituição de Minas: o piso, a PEC do piso que nós aprovamos aqui. A PEC do piso! Metade dos deputados que estão aqui são coautores. A Assembleia Legislativa aprovou, e eu não vejo veemência desta Casa e de outros colegas para que o governador cumpra a PEC do piso. Então, nós não vamos pedir nada novo para a educação, somente que se cumpra aquilo que está, como nós fizemos, mesmo quando o governo passado fez o acordo com a segurança pública – mesmo quando fez o acordo com a segurança pública.

Então, companheiros, nós vamos apresentar a emenda. E nós queremos o voto e o apoio dos colegas deputados; nós queremos que o governador pense, reflita e inclusive sancione essa emenda. Se não for assim, que ele estabeleça as condições de um novo acordo, uma nova negociação com os demais servidores. Mas esse movimento é necessário; aprovar essa emenda é necessário para que isso fique bem claro, para mostrar qual é a voz da Assembleia Legislativa no seu compromisso com o servidor público do Estado de Minas Gerais.

Então, Betão, caminharemos no acordo que foi feito com a segurança e caminharemos com a luta legítima e justa dos demais servidores. A PEC do piso, o 13º salário, servidor que recebe menos de um salário mínimo lá na saúde... E nós conhecemos: não dá para fingir que isso não importa, não dá para a gente dizer que, depois, nós aceitaremos conversar, tentaremos ajudar e vamos ter solidariedade. O momento é agora! O momento é agora! Acreditar que haverá outra oportunidade como essa para a Assembleia estabelecer as condições de aprovação e de melhoria da situação do servidor... Eu não acredito.

Então, por isso eu peço aos colegas deputados: votemos o projeto e votemos também a emenda que está sendo apresentada.

Obrigado, presidente.

O deputado Doorgal Andrada (em aparte) – Muito obrigado, deputado Betão.

Cumprimento a Mesa, os pares, deputadas e deputados, todos da galeria, dos dois lados, se é assim que preferem que eu diga, apesar de que tenho a certeza de que todos aqui apoiam as melhorias e as garantias de uns e dos outros.

Sr. Presidente, hoje eu venho aqui para dizer que, primeiramente, estou muito desconfortável, e preciso dizer isso, para votar esse projeto. Sr. Presidente, essa proposta vinda do governador... E é importante deixar isso muito claro, porque alguns deputados do Partido Novo têm usado a palavra, aqueles que representam o partido do próprio governador, e, quando criticam essa proposta do governador, temos de lembrar que essa proposta é do mesmo partido e de uma pessoa que eles apoiaram nas eleições. Então, isso é muito importante.

Preciso ressaltar aqui a fala do deputado Sávio ontem no sentido de que o próprio vice-líder de governo, ou seja, o homem que representa o governador nesta Casa, inclusive do seu próprio partido aqui, é contra esse projeto. Chegou a dizer até que é imoral a propositura aqui de um projeto que vai trazer um impacto de R\$5.800.000.000,00. Já adianto para as galerias que o meu voto hoje é favorável tanto à emenda quanto ao reajuste para a recomposição salarial da força de segurança pública.

Sr. Presidente, esse deputado, vice-líder do governo aqui, defendeu, com unhas e dentes, o tal do processo seletivo na escolha dos secretários. Foram escolhidas pessoas muito técnicas e capacitadas. É a mesma pessoa que hoje diz que os secretários não sabem fazer conta.

Olhe a posição, Sr. Presidente, em que nós, deputados, aqui ficamos. Olhe que complicada decisão que temos de tomar. O governador envia uma proposta – e o governador junto com os seus secretários, que são aqueles que têm acesso a toda conta, às finanças públicas, a toda matemática da viabilidade que deve ser atendida antes de apresentar uma propositura – e eles garantem que esse projeto enviado para esta Casa é viável, que vai dar para pagar, que a conta fecha. Agora, nós temos, através de um processo fiscalizador, de votar para decidir se essa conta fecha ou não. Confesso que estou muito desconfortável. Já declarei que hoje o meu voto vai ser “sim” tanto à emenda quanto ao projeto, mas, futuramente, se a matemática não fechar, através de um veto, posso reavaliar o meu voto, porque – não sejamos hipócritas – agora eu acredito que é o momento de dar a oportunidade de o governo mostrar se ele tem condições de arcar com isso ou não, já que ele iniciou essa discussão e esse processo legislativo. (- Manifestação nas galerias.) Mas adianto que, futuramente, se ficar muito claro que é impossível e que a conta não fecha, aí preciso garantir que o Estado de Minas Gerais funcione como um todo.

Então, deixo isso claro a todas as categorias aqui presentes que essa hoje vai ser a minha opinião.

Vou além. Houve deputado também aqui, do Partido Novo, dizendo que, talvez, esse reajuste que vai causar um impacto de R\$5.800.000.000,00 seja o mesmo impacto caso retirássemos o ICMS do combustível. Isso atenderia os 21 milhões de mineiros. Mas, quando chegou aqui o projeto para o aumento de 2% do ICMS, ele votou a favor, votou aqui para aumentar os impostos dos tributos em Minas Gerais. Então, Sr. Presidente, estamos vivendo aqui o apocalipse. Talvez não estejamos percebendo o quanto é séria aqui a contradição que está dentro desse governo que hoje lidera Minas Gerais.

Sr. Presidente, o governador se gaba e gosta muito de dizer sobre o fato de ter desligado um ou dois elevadores da Cidade Administrativa, mas envia projetos com impacto de R\$5.800.000.000,00. Não sou eu que vou fazer essa conta, porque não tenho acesso a ela. Então, o meu voto hoje será “sim”, mas com muito medo e, confesso mais uma vez, com muito desconforto.

Essa é a minha opinião. Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente e todos que estão nas galerias.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Muito obrigado, deputado.

Isso já foi dito aqui. Quero até pedir perdão às pessoas, porque sei que todo mundo tem pressa, mas esta é a Casa do debate. Temos de discutir as coisas aqui com paciência, até para que as questões fiquem demarcadas para o futuro e esclarecidas para todos.

Acho que a primeira coisa que tem de ser repetida... E é importante, sim, isso ser repetido. E é bom dizer para os queridos companheiros, amigos da área de segurança pública que a emenda não impacta em absolutamente nada no processo deles, nada! Todo mundo sabe, todo mundo que entende a questão legal do processo, que o governador terá a opção de aprovar o projeto integralmente, de vetar o projeto integralmente, ou de destacar qualquer ponto que ele considere desinteressante do ponto de vista da gestão, por parte dele, e vetar tão somente aquele ponto.

Então, o governador terá em suas mãos todas as possibilidades. Não podemos transformar isso aqui num Fla-Flu, num Cruzeiro-Atlético em relação a carreiras, profissões ou profissionais.

Eu dei uma entrevista muito recentemente na Rádio Super em que eu falava do respeito que tenho pelos profissionais da segurança. Acho que é importante, sim, que essa categoria seja atendida, respeitada e defendida. Com todo o respeito, algum colega aqui me disse isso antes. Não é todo profissional, mas todo cidadão, quando acorda, tem a possibilidade de sofrer um assalto, um sequestro, de ser assassinado. Infelizmente vivemos num País em que mais se mata no mundo, mas é diferente a situação de um profissional da segurança pública da situação de um profissional de qualquer outra categoria, inclusive da nossa.

Eu sou jornalista, categoria que tem sido perseguida, atacada no mundo inteiro. Houve um caso horroroso agora de um jornalista que foi esquartejado por um príncipe. Uma coisa terrível! Agora, não posso comparar o risco que eu corro como jornalista, com o risco que corre o policial que está na lida todos os dias pela segurança pública. A gente tem que compreender essa diferença. Todos estamos morrendo. A nossa sociedade está sendo assassinada. Nós registramos mais de cinquenta mil homicídios por ano, no Brasil, que é o País em que mais se mata no mundo, mas nenhuma categoria profissional é tão atingida quanto a dos policiais. Isso tem de ser dito e tem de ser respeitado.

Eu já disse em entrevista, há mais de uma semana, que votarei a favor do reajuste dos servidores da segurança pública. E a emenda que aqui está sendo colocada, se ali, na frente, for vetada pelo governador, pelo menos um papel importante ela cumprirá: o de abrir uma discussão ampla sem prejuízo a nenhum servidor da segurança pública. Ela cumprirá o papel de abrir uma discussão ampla sobre o que a gente está fazendo com a política remuneratória do Estado de uma maneira geral. Isso porque veio um governo e aprovou para uma categoria, depois veio outro e aprovou para outra, e hoje está todo mundo... Vocês se lembram daquela frase da Dilma que foi tão ironizada? “Aqui ninguém vai ganhar, ninguém vai perder: vai todo mundo perder”. Ela se concretiza em verdade neste momento. É o que está acontecendo no Estado de Minas Gerais hoje. Está ruim para todo mundo.

Quando a gente enxerga a realidade do que está acontecendo, a gente vê o servidor que recebe o salário parcelado, que não recebe seu 13º salário, que tem a carreira congelada, que muito provavelmente, daqui a alguns dias, vai encarar um arrocho muito maior com o plano de recuperação fiscal, que vai doer no bolso do trabalhador, do profissional, do servidor público, que é indispensável para o funcionamento do Estado.

Então é importante dizer isso com clareza, em especial para os trabalhadores da segurança pública. Vai ser votado o reajuste, e eu votarei a favor do reajuste para a segurança pública por um motivo simples: o governador fez a opção de mandar o projeto para esta Casa. Então, ele fez uma conta que, na cabeça dele, fecha. Quem sou eu para dizer que o governador, que está com a caneta na mão para pagar os salários, não vai ter condição! Acho estranho todo o processo num momento em que nem o salário está sendo pago, nem o 13º salário foi pago, o salário está sendo parcelado, mas vou respeitar uma decisão do governador, que é a autoridade máxima no que diz respeito à decisão de remuneração do servidor, em especial por reconhecer o merecimento e a necessidade do trabalhador da segurança. Farei isso apesar de achar que nós teremos, em breve, muitas dificuldades e muitos problemas para que esses salários sejam pagos e para que o governo do Estado cumpra os seus compromissos, e ele já não vem cumprindo há algum tempo.

Temos de desanexar as duas discussões. Não é verdadeiro que uma discussão de emenda para as outras categorias vai trazer prejuízo. Não é justo querer jogar o profissional da segurança contra as outras categorias. O governador terá a autonomia de decidir o que ele aprova, o que ele reprova, o que ele veta. Acho que, na pior das hipóteses, isso servirá para abrir um bom debate no Estado sobre qual Estado queremos, em quais condições queremos, qual é o processo que teremos para as carreiras públicas nos próximos anos. Acho que isso tem de ser discutido de maneira global, com a participação de todos os servidores, de todos os segmentos, de maneira clara, pelo Poder Executivo do Estado.

Claras, as coisas têm que ser claras. Como está na palavra bíblica, conheça a verdade, e ela vos libertará. Eu acho que o governador tem que trazer clareza. Não adianta ele dar entrevista, falar que o Estado está quebrado e, depois, na prática, dar um outro direcionamento que está causando esse caos e esse tumulto no Estado de Minas Gerais, inclusive com um enfrentamento desnecessário, injusto e ruim para todo servidor público, que é o enfrentamento entre categorias. Muito obrigado.

O deputado Raul Belém (em aparte)* – Agradeço-lhe, deputado Betão, por me conceder um aparte na sua fala. Quero aqui cumprimentar todos os servidores públicos que se fazem presentes aqui, nas galerias da Assembleia, e dizer que de fato, para nós, é uma situação muito desconfortável ver a que ponto chegou a divisão entre os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, que,

para mim, são irmãos, são todos irmãos e todos lutam para que o Estado possa funcionar da melhor maneira possível, cada um com as suas obrigações e as suas características.

Eu creio que hoje nós encerraremos um capítulo importante ao dar o reajuste da segurança pública, que nós entendemos ser merecido; e entendemos que foi discutido, aceito de ser discutido pelo governador do Estado de Minas Gerais e hoje concretiza-se aqui, na Assembleia de Minas. Mas, como prefeito que fui e um dos primeiros prefeitos de Minas Gerais a pagar o piso nacional da educação, de maneira alguma nós podemos deixar de iniciar esse debate em favor não só dos profissionais de educação, mas de todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Voto esta emenda com o mesmo sentimento que foi colocado aqui pelo João Vítor Xavier: não existe nenhum empecilho e nenhum risco em tirar a garantia que está sendo dada aqui do reajuste dos profissionais da segurança pública, mas, com muita coragem, nós estamos aqui dando um recado ao governo do Estado: que é preciso sentar-se à mesa, sim, com os professores; que é preciso nós discutirmos a situação do piso nacional da educação. Então eu coloco aqui o meu posicionamento favorável à emenda dos professores do Estado de Minas Gerais. E também espero que outros projetos em favor do servidor público cheguem aqui, a esta Casa. Já que começamos uma discussão, nada melhor do que nós discutirmos, de forma adequada e de forma justa, a condição do servidor público de Minas Gerais.

Muito obrigado, Betão.

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)* – Sim. Bom dia a todos e a todas. Entre a justiça e a legalidade, eu sempre vou ficar com a justiça, porque há muita coisa que é legal aqui no Brasil que é imoral. Então, por mais que a emenda da Beatriz não possa ser legal, ela é moral, ela é justa e tem que ser justa.

E não somos nós políticos... (- Manifestação nas galerias.) Esperem aí. Não somos nós políticos que, na época da campanha, de terno e gravata, vamos pronunciar e falar assim: “Vamos valorizar saúde, segurança e educação”. Vamos fazer isso na prática agora: vamos valorizar saúde, segurança e educação. Vamos valorizar. Está simples de fazer. Agora é só valorizar. Sabem por quê? Porque aqui, no ano passado, passou aumento de jetom para secretário. Quer dizer que dinheiro não falta, porque estão aumentando salário de secretário. Quero dizer aqui que houve um procurador de Minas Gerais falando que um salário de R\$30.000,00 é miserê, é pouco, mas ele ganha de penduricalho quase R\$1.000.000,00. Há juiz aqui também que ganha R\$1.000.000,00. Aí eu peguei e fiz uma PEC aqui para acabar com isso, e essa PEC acredito que não vai passar porque até agora não entrou em comissão.

Então, se a gente está falando que o Estado está quebrado, os primeiros a darem bom exemplo são só três Poderes: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Mas aqui nada acontece, nada acontece aqui. Então, a gente vai ver o dia em que este país e este estado estiverem quebrados a hora em que houver juiz recebendo um salário mínimo, a hora que houver ministro recebendo um salário mínimo, a hora em que houver vereador não sendo remunerado, a hora que houver deputado recebendo um salário mínimo. Aí, sim, se o Estado estiver quebrado... Pois eu tenho prazer de votar hoje aqui aumento para a segurança pública, para professor, para a saúde. Afinal, eu estou aqui é para representar vocês. (- Manifestação nas galerias.)

Entre a justiça e a legalidade, eu sempre vou ficar com a justiça. Então, vamos votar. Vamos parar de falar e votar. Vamos usar a prática. Muito obrigado.

O deputado Bartô (em aparte)* – Só para esclarecer umas questões... (- Manifestação nas galerias.) Realmente existe essa questão de a gente ser do próprio partido do governador, mas isso não quer dizer que temos de estar 100% alinhados. Então, não à toa aí, cerca de 10% dos projetos do governador que vêm para a Casa acabam tendo alguma contrariedade. Por exemplo, o que o Cleitinho acabou de falar: o jetom. Fui contra. Inclusive, Cleitinho, quero parabenizá-lo pela sua PEC. Assinei a PEC, apoio a PEC e também a gente aproveita para trazer isso à luz, a fim de trazer a moralidade de todos os salários. Então apoiamos isso também.

Com relação ao que foi tratado, o ICMS foi outro projeto em que votei contra também. Sou a favor de baixar impostos. Não é à toa que me chamam de deputado contra impostos. E por isso foi uma solução em que estou propondo... Tenho conversado na Casa,

mas não tenho ganhado força. A única forma de a gente atender todas as classes e todos os cidadãos mineiros é, de fato, indo para o ICMS que atinge todos. Então, se o governo estava disposto a pagar R\$5.000.000.000,00... E essa questão de contas, se não ficou claro para todo mundo, hoje o Estado arrecada R\$90.000.000.000,00 e gasta R\$100.000.000.000,00. (- Manifestação nas galerias.) Desses R\$100.000.000.000,00, R\$57.000.000.000,00 é para quem está trabalhando, de fato. Outros R\$20.000.000.000,00 é para quem está aposentado. Com esse aumento da segurança são mais R\$5.000.000.000,00, com o aumento para todas as outras classes são mais R\$21.000.000.000,00. Então, o Estado ganha R\$90.000.000.000,00 e gastaria R\$105.000.000.000,00, só para o pessoal. E como é que o Estado funciona? (- Manifestação nas galerias.) Como o Estado vai funcionar? Não existe mágica, não existe demagogia que se sustente. (- Manifestação nas galerias.) Não há conto de fadas. Simplesmente o Estado acaba.

Então, as contas são simples. Por isso estou a favor de uma solução em que possamos agradar todo mundo. Porque quando vocês forem colocar a gasolina no carro de vocês e virem o preço de R\$2,50, vocês vão se sentir satisfeitos. Então, por isso coloquei essa proposição, mas em hora alguma apoiei ICMS, como foi falado aqui antes, em hora alguma apoio o aumento de salários das outras classes. Por isso votei contrariamente e sou a favor da PEC do Cleitinho. E deixo clara aqui para todos essa situação. Mas uma coisa é fato: independentemente de o governo ter errado ou não fazendo suas contas, a Casa tem responsabilidade. Aqui cada um é dono do seu voto, aqui cada um entende bem dessas contas que estou falando, não é segredo para ninguém. Então, nós temos que ter responsabilidade e saber o que a gente tem de fazer. Dar aumento eu quero. Por mim podia dar aumento para todo mundo, mas infelizmente o orçamento não permite. Se o orçamento não permite, não há como. É simples assim.

Então, eu peço aí esses registros. Obrigado pela atenção para esses devidos esclarecimentos. E já começo a pressionar para que o Zema vete tudo, porque não tem como passar isso. (- Manifestação nas galerias.) Então, Zema, por favor, vamos olhar com calma a situação. Vamos vetar e construir uma saída, que seja até o ICMS para acalmar todo mundo. Um abraço a todos.

O deputado Betão* – Sr. Presidente, agradeço a possibilidade de estar aqui usando a tribuna. Agradeço ao deputado Bartô. Realmente é uma unanimidade aqui no Plenário.

Uma boa lembrança que foi feita aqui pelo deputado Doorgal, porque a única bancada que votou contra o reajuste dos servidores públicos ontem foi a bancada do Novo. Pelo menos, a maioria da bancada do Novo, do partido do governador. E há deputado aqui que fala grosso com o PT, que está votando a favor, e fica manso com o Novo, que é o partido do governador. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos visita, servidores da segurança pública, o nosso boa-tarde! Servidores da educação e da saúde, o nosso boa-tarde! Nós queremos agradecer a todos a presença e também aos telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente, nós aguardamos aqui calmamente para fazermos a discussão dessa matéria. Antes de tudo, queria parabenizar, mais uma vez, todos os servidores e servidoras da segurança pública por essa longa luta travada com o governo durante o ano. Então, os nossos parabéns é para vocês, as nossas entidades de classe, os nossos 15 sindicatos e as associações da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos policiais penais, dos bombeiros militares, dos agentes socioeducativos, dos familiares e pensionistas que aqui se encontram nas galerias. Queria registrar também, com muita alegria, a presença do deputado federal Subtenente Gonzaga, que está conosco nessa luta desde fevereiro do ano passado, neste governo.

Mas eu queria aqui deixar para alguns colegas deputados e deputadas do PT alguns registros importantes, muito importantes. Alguns colegas aqui que hoje estão conosco nessa luta, deputado Bruno Engler, deputada Delegada Sheila, deputados Delegado Heli Grilo e Coronel Sandro, não vivenciaram o que vivenciei e o que a nossa categoria vivenciou num passado muito recente. Quero aqui trazer informações aos colegas desta legislatura, como o deputado Osvaldo Lopes, meu querido amigo e colega na Comissão de Administração Pública, por quem tenho enorme estima; e outros colegas que estão aqui no primeiro mandato. As coisas

não foram muito bem assim no governo passado. Vi aqui alguns colegas, como o deputado Jean fazer um encaminhamento bravo. Tenho o maior respeito pelo deputado Doutor Jean, um deputado sério, trabalhador, honrado e que representa aqui muito bem a sua região, que é o Jequitinhonha, mas com uma fala aqui completamente distorcida deste momento.

Este deputado aqui, Cleitinho; a Associação dos Praças, que está ali hoje com a figura do Sgt. Bahia, à época; o Cb. Coelho, que está aqui, nas galerias, que é presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados; o Sgt. Alexandre Rodrigues, presidente da Ascobom –, no dia 21/4/2016, em Ouro Preto, eles não nos deixaram entrar em praça pública para fazermos uma manifestação pedindo o fim do parcelamento e o pagamento no quinto dia útil. O governo do PT, os coronéis do PT e a tropa de choque do PT! Eles não nos deixaram, deputado Arlen Santiago, entrar em praça pública. Mas, ao mesmo tempo, deputado Cleitinho, passaram os seus braços sindicais, especialmente, a turma do MST – 2.500 integrantes – nas nossas barbas, de frente para a gente, entrando para participarem do ato. E o que levamos para aquele ato, deputado Arlen Santiago? Camisetas e faixas pela retomada do pagamento no quinto dia útil, pelo pagamento no quinto dia útil! Mas lá alguns sindicatos não foram fazer manifestações. Algumas categorias de servidores não foram. Gente que hoje é deputado aqui e era sindicalista no passado não foi. Por quê? Porque lá estava a petezada, porque lá estava o governador do PT; e eles podiam tudo, poderiam fazer tudo. Nós recebemos, deputado Cleitinho, e faço... (- Manifestação nas galerias.)

Presidente, o meu tempo.

O presidente – Nós teremos o tempo garantido ao deputado. Se tivermos que interromper, a cada momento, a fala do deputado, vamos atrasar as votações nesta Casa. Portanto solicito às galerias que possamos ouvir as palavras do deputado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, presidente. Presidente, todas as vezes em que eu for interrompido e que o meu tempo for interrompido, vou solicitar a V. Exa., como guardião do Regimento Interno, fazer cumprir o Regimento desta Casa.

Dando continuidade, deputado Cleitinho Azevedo, vou encaminhar o vídeo para V. Exa. V. Exa. vai ficar estarecido quando vir os 2.500 integrantes do MST passar, e o deputado e presidentes de associações de classe, além de não entrarmos, sofreremos com gás lacrimogênio. As assessoras do meu gabinete, mulheres, jornalistas e assessoras levaram gás lacrimogênio do governo do PT. Isso agora, em 21/4/2016. E aí, deputado Bechir, a gente vê aqui, com todo respeito que tenho aos colegas, a emenda da demagogia. A emenda está aqui. Eu não vou precisar ler o nome dos colegas deputados e deputadas, não, porque já é público e notório, e a gente vê isso aqui apresentado. Agora, a pessoa que deu a ideia de apresentar essa emenda disse: “Não, eu não quero atrapalhar o projeto de vocês, não. Eu só quero apresentar uma emenda”.

Esse projeto tinha uma previsão de ser aprovado em 1º turno, na semana passada, na quarta-feira, e a emenda criou um tumulto. A reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária foi suspensa por duas vezes. Não houve quórum porque disseram aqui: “Não, não queremos atrapalhar vocês”. É igualzinho à história do nióbio: “Não, não queremos obstruir”. Mas iam obstruindo e obstruindo.

O deputado que me antecedeu, nesta tribuna, falou: “Nós queremos unificar a luta”. Unificar a luta? O deputado Doutor Jean disse aqui que todo mundo morre, e eu quero agradecer as palavras ao deputado João Vítor Xavier. Se vocês não conhecem o número de letalidade dos profissionais de segurança pública em exercício da atividade, eu trago aqui e mando para os senhores e para as senhoras. É em atividade; é no exercício da profissão. Então não tentem comparar – no exercício da atividade ou em razão dela – o número de mortes porque isso acontece no mundo inteiro.

Apresentaram a emenda, deputado Bruno Engler, para criar um cavalo de batalha, e aí veio o outro aqui e diz o seguinte: “Não, nós queremos é abrir uma discussão”. Então faça uma audiência pública e chame os sindicatos, chame a categoria, vá para a rua, vá lá para a porta da Cidade Administrativa. É assim que se faz discussão, como a segurança fez: foi lá, fez manifestação, foi para a porta da Cidade Administrativa. Eles fizeram isso? Não, não. O que fizeram? “Nós queremos abrir discussão é no projeto da segurança”. Aqui não é discussão. Essa emenda não chegará a lugar nenhum desejado. Estão mentindo. É mais uma demagogia. Eu

ouvi aqui o deputado do PT falar assim: “Inclusive o governo não cumpriu o piso”. Que piso? O piso da emenda enganadora de que falei desta tribuna? (- Manifestação nas galerias.) O piso que o Rogério Correia e Cia. Ltda. votou e que todos aqui votaram, os deputados que aqui estavam, e debaixo de vaia, deputado Tito Torres? Debaixo de vaia, todo mundo votando favorável, deputados Dalmo e Gil Pereira. Nós votamos aqui a Emenda Constitucional nº 97, e este deputado disse e repetiu várias vezes: “Olhem, a Emenda Constitucional nº 97, que está sendo aprovada aqui é inconstitucional e ilegal e não pode obrigar o governo a pagar o piso”. Sabem por quê? Perguntem se o governo do PT pagou o piso? Não pagou. Não pagou, mas enganou.

O bom, o triste, deputada Laura, o mais triste é o seguinte: os sindicalistas vêm, fazem o papel e enganam igualzinho os deputados do PT porque são petistas. São petistas. O triste é ver os trabalhadores em educação em sala de aula. Estes aí é que estão sendo enganados.

Só que agora não é só pela bancada que apresentou não, é pelos próprios deputados que manifestaram votos: “Não, eu vou votar porque, se eu não votar, eles vão me cobrar lá na base; eles põem o Sind-UTE para me cobrar lá na base, eles põem para nos atacar lá”. Deputado Noraldino, olhe é assim que eles fazem. É assim que eles fazem. (- Manifestação das galerias.)

Presidente, meu tempo, por favor.

O presidente – Solicito às galerias, mais uma vez, a garantia do direito de fala do deputado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Presidente, como agora fizeram silêncio, eu dou continuidade. Todas as vezes em que eu for interrompido, presidente, vou pedir a V. Exa. que faça valer o nosso Regimento.

Dando continuidade, presidente, fomos atacados covardemente lá em Ouro Preto. Depois, esse mesmo partido, assina PEC aqui, a PEC do Adveb. Assinamos. Votem na comissão! Votamos favoravelmente. Que PEC é essa? A PEC dos 5%, dos quinquênios dos trabalhadores da educação. Votamos, aprovamos os dois reajustes, que totalizaram 46,75%, 17,93% acima da inflação, medida pelo IPCA, que foi de 28,82% no período. A tudo isso, votamos favorável.

Quando chegou a PEC do piso, deputado Cleitinho... Uma coisa é legal, outra coisa é justa. O mais legal é não enganar as pessoas. O mais justo é falar assim: “Estou defendendo algo, deputado Bechir, como a emenda que V. Exa. apresentou”. Essa, sim, é uma emenda legal, legítima, moral, que atende a todos. Eu defendo a emenda de V. Exa. Se ela não prosperar, estou com V. Exa. no requerimento.

Ontem mesmo, eu, o deputado Bruno Engler, a deputada Delegada Sheila, o deputado Heli Grilo e o deputado Coronel Sandro apresentamos um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária pedindo ao governador do Estado que encaminhe a esta Casa um projeto de lei prevendo a recomposição das perdas inflacionárias dos trabalhadores da educação e que venha a esta Casa o projeto de lei. O requerimento foi aprovado. Está assinado por nós.

Nós pedimos por quê? Esse é um dos mecanismos. Quer fazer greve, manifestação? É legítimo. Nós apoiamos. Quer fazer audiência pública aqui na Assembleia? Contem comigo. Ajudo a aprovar o requerimento também, sem problema nenhum. Agora, o que fizeram... Vocês não serão enganados, pelo menos por mim, pelo deputado Bruno Engler, pelo Delegado Grilo, pelo Coronel Sandro e pela Sheila. Vocês não serão enganados. O que fizeram com o projeto da educação foi obstrução, foi obstrução.

O que nós repetimos ontem na comissão, eu repito hoje. O deputado João Magalhães teve uma fala muito interessante, assim como a deputada Celise Laviola. Além da inconstitucionalidade, deputada Celise Laviola, que é assim flagrante, a emenda tem vício de iniciativa e nela não consta o chamado impacto financeiro.

Eu vi aqui o deputado Virgílio tentar fazer um *somebody love*, mas *somebody love* não resolve – *somebody love*, nesse caso, não resolve.

Eu vou dizer o que eu disse ontem lá na comissão, com respeito e com muita educação aos trabalhadores da educação, da saúde e aos demais que estão sendo encampados pela emenda: os senhores e as senhoras estão sendo enganados novamente, os

senhores e as senhoras estão sendo enganados. E eu vou fazer questão, deputado Bechir, depois que o projeto for vetado, se a Assembleia derrubar o veto... Porque tudo caminha para isto: caminha para ser aprovada aqui a emenda, demagógica; caminha para o governo vetá-la e caminha para a Assembleia derrubar o veto. Se isso acontecer, o governador irá ao Judiciário, e a emenda não terá eficácia.

Aí o que eu vou fazer, deputado Betão? E o senhor guarde na memória do senhor. Hoje é dia 19 de fevereiro – hoje, 19 de fevereiro, nós estamos aqui, na tribuna. Aí, o que eu vou fazer? Eu vou pegar essa emenda, vou publicá-la e divulgá-la para todo o Estado ver: “Olhe aqui quem prometeu a emenda enganadora. Está aqui”. E eu farei isso, independentemente de quem tenha assinado a emenda. Eu farei questão.

Por quê? Ontem mesmo alguém disse numa entrevista: “O deputado tem bola de cristal?”. Não, o deputado não tem bola de cristal, não. O deputado foi para o curso de direito, fez exame da Ordem dos Advogados do Brasil, gosta muito de direito constitucional, procura estudar um pouquinho e tem, e tem aqui na Casa consultores, mestres e doutores, tanto na CCJ quanto na Fiscalização, que podem afirmar a todos nós: “Deputado, vício de iniciativa. É ilegal, é inconstitucional”. E vai dar com os burros n’água, como diz o ditado popular lá nos rincões de Minas. Essa emenda vai dar com os burros n’água. E eu farei questão de voltar à tribuna e falar: “Aqueles que enganaram as demais carreiras de servidores públicos... Agora batam na porta deles”. Isso porque vocês foram enganados, enganados por quem apresentou a emenda e enganados por quem votou a emenda, já que sabiam que estavam votando algo inconstitucional.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Antes de mais nada, quero cumprimentar os servidores da segurança pública que nos acompanham e cumprimentar também todos que nos acompanham pela TV Assembleia, servidores de todas as categorias.

Eu faço questão de trazer aqui, deputado Sargento Rodrigues, um exemplar da Constituição do nosso estado. Todo deputado, quando toma posse, ganha, semelhante a este exemplar, um exemplar da Constituição do Estado e um exemplar da Constituição Federal. Convém a leitura. E eu faço questão de ler, da Constituição do Estado, o art. 68º: (- Lê:) “Não será admitido aumento da despesa prevista: I – nos projetos de iniciativa do governador do Estado, ressalvada a comprovação da existência de receita e o disposto no art. 160, III”. (- Manifestação nas galerias.)

Sr. Presidente, não há a menor condição de ler a Constituição do Estado.

O presidente – Solicito silêncio às galerias para darmos continuidade à reunião.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Art. 160:(- Lê:) “Os projetos de lei relativos a plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e a crédito adicional serão apreciados pela Assembleia Legislativa, observado o seguinte: III – as emendas ao projeto da lei do orçamento anual ou a projeto que a modifique somente podem ser aprovadas caso: a) sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; b) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: 1) dotação para pessoal e seus encargos”.

Não há como essa emenda ser apresentada por iniciativa parlamentar.

Essa é uma emenda inconstitucional, e a Constituição é taxativa. Não fui eu que escrevi a Constituição. Não foi o deputado Sargento Rodrigues que a escreveu. Aliás, quando essa Constituição foi promulgada, eu nem era nascido. Ela é mais velha do que este deputado. Só que, infelizmente, vem aqui um partido de esquerda que quer enganar os servidores, os trabalhadores com uma emenda inconstitucional, que, se for aprovada nesta Casa, vai ser vetada pelo governador. Se esta Casa derrubar o veto, vai ser derrubada na Justiça.

O que observamos aqui, claramente, são dois projetos paralelos: um é o projeto do governador, que foi construído através de um ano de negociação junto ao governo federal, vindo de quem tem a competência para encaminhar esse tipo de projeto, que é o

chefe do Poder Executivo e que tem constitucionalidade, legalidade, juridicidade, que é reajuste dos servidores da segurança pública pelo qual estamos batalhando. O outro é uma emenda demagógica, mentirosa, de um partido que se sustenta em mentiras para enganar os servidores e que não tem efeito absolutamente nenhum, que é juridicamente nula, independente de ser aprovada nesta Casa. Aqui observamos o jeito certo de se fazer política, buscando, pelas vias legais e constitucionais, a recomposição da segurança pública e o jeito demagogo, mentiroso, enganador de buscar uma emenda populista e oportunista. Dizem aqui que isso não tem nada a ver com o projeto da segurança pública, que essa emenda se dá somente porque o governo se recusou a receber outras categorias. Ora, o governo mandou diversos projetos para esta Casa. Por que a esquerda não obstruiu o jetom dos secretários? Por que não sangrou os secretários de governo? Por que a esquerda não obstruiu o aumento de imposto? Não, a esquerda quer colocar um cavalo de batalha – V. Exa. foi muito feliz com essa expressão – dentro do reajuste da segurança pública.

Faço questão de ler a faixa que está ali: “Deputado, a crise acabou. O reajuste da segurança nos provou”. Essa emenda é, servidores, para colocar a emenda dos senhores como injusta, para colocar em xeque a recomposição salarial dos servidores da segurança pública como se ele não tivesse legitimidade. É uma tentativa de vilanizar o servidor da segurança pública, como se a culpa fosse dele de o governo não receber outras categorias.

Então, se a oposição quer pressionar o governo, que o pressione, mas não venha fazer palhaçada na recomposição da segurança pública.

Eu reafirmo aqui o que outros deputados afirmaram: se o governador, que é a pessoa competente para isso, mandar recomposição salarial da educação, da saúde ou de qualquer categoria, vou votar com muito prazer, mas não vou votar essa emenda mentirosa para enganar os servidores.

Espero que, quando essa emenda cair, esses mesmos servidores de CUT, Sind-UTE, sindicato e pelegada tenham a hombridade de cobrar dos deputados e dizer: “Vocês nos enganaram, porque essa emenda é mentirosa”. Todos aqui sabem, porque todos os deputados têm obrigação de conhecer a Constituição e conhecer a lei.

Vou aprovar aqui o projeto do governador, que veio com a devida iniciativa. Não vou aprovar demagogia nem emenda mentirosa, porque não fui eleito para ficar enganando as pessoas. Muito obrigado.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, nobres pares, boa tarde!

Deputado Sargento Rodrigues, como um profissional do direito... (- Manifestação nas galerias.) Peço, Sr. Presidente... (- Manifestação nas galerias.)

O presidente (deputado Alencar da Silveira Jr.) – Companheiros das galerias, deixem-me tentar explicar o que está acontecendo. (- Manifestação nas galerias.)

Um momentinho, por favor. Temos de garantir a palavra do deputado que está na tribuna.

Agora, gostaria de explicar para os senhores e para as senhoras que temos só até 14 horas aqui, senão teremos de encerrar esta reunião. Se encerrarmos esta reunião, não votaremos nada. Só vamos votar às 18 horas. Então, gostaria da colaboração de todos para que o deputado Sargento Rodrigues, que ainda tem 37 minutos, possa completar o seu pronunciamento e, assim, dêmos sequência à votação. Gostaria da colaboração das galerias. Muito obrigado.

Com a palavra, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, a V. Exa., como profissional do direito – temos aqui vários profissionais do direito dentro desta Casa acompanhando o pronunciamento e o andamento da Assembleia –, queria fazer uma pergunta a todos vocês.

Ontem eu apresentei uma emenda na comissão. Volto a lembrar que, na emenda que apresentei, coloquei: “Solicito que, dentro do prazo de seis meses, o governo cumpra a decisão judicial homologada, acordada em juízo com os funcionários do Sisema”.

A emenda foi derrotada, e eu queria fazer uma pergunta. Pode até haver divergências: se a emenda tem legalidade, se não tem. É uma decisão judicial homologada, e isso não se discute, cumpre-se. Foi derrubada a emenda; ela não está sendo lida aqui para ser apreciada. Qual emenda tem a chance de prosperar? A emenda do cumprimento da decisão judicial homologada ou uma emenda que tem impacto orçamentário e todos nós sabemos ser inconstitucional?

Deputado Sargento Rodrigues, quero trazer esta reflexão por quê? Porque se... Caros deputados, prestem atenção! Se os servidores públicos entendessem que essa emenda, se aprovada, teria a possibilidade de ser cumprida, meus amigos, estas galerias aqui estariam abarrotadas – não só essas galerias, lá fora também. Estou falando isso porque conversei com vários servidores, inclusive com servidores do Sisema. Sabem qual é a fala de grande parte deles? “A gente sabe que isso aqui não tem condições de prosperar. É uma emenda que não tem condições de prosperar”. Então, o caminho correto é a gente fazer como estamos fazendo.

Amanhã haverá uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, da qual sou presidente. Vamos discutir o cumprimento do plano de carreira dos servidores do Sisema, o cumprimento da decisão judicial homologada. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. acha que qualquer deputado votaria contra uma possibilidade de recomposição salarial, uma possibilidade legítima de recomposição salarial de qualquer servidor? Lógico que não! Agora, eu tenho que parabenizar a mobilização justa de todos os servidores da segurança pública, que, juntamente com os parlamentares, fizeram, sabiamente, o dever de casa – fizeram articulação com o governo, diálogo, participaram de audiências públicas, mobilizações para conseguir chegar aonde chegaram. Esse projeto, deputado Sargento Rodrigues, se não houver o cumprimento, aí, sim, V. Exa., os servidores, o sindicato, terão como acionar judicialmente. E, com toda certeza, a decisão judicial vai ser baseada em uma lei que cumpriu todos os rituais jurídicos e constitucionais previstos. Só há uma possibilidade, deputado Sargento Rodrigues, de não haver o cumprimento da lei: só se o governo não tiver recurso nenhum. Só há essa possibilidade. Mesmo assim, hoje a segurança pública, após o cumprimento da lei, vai estar respaldada.

Portanto, quero parabenizar todos vocês por essas intervenções e falar que estou disposto – assim como V. Exa. falou, assim como os demais deputados falaram – a reivindicar. Quero chamar os deputados à reflexão... Deputado Sargento Rodrigues, quero chamar a atenção de todos os deputados que estão aqui. Vocês têm dúvida de que, se os servidores públicos... Olhem de quantos servidores estamos tratando! Se os servidores estaduais enxergassem a mínima possibilidade, com a aprovação dessa emenda, de ela se refletir numa possível aplicação na remuneração dos servidores, isso aqui não estaria abarrotado? Não estariam aqui todos os movimentos, não só os movimentos sindicais, mas também não haveria a adesão de todos os servidores públicos se eles enxergassem que haveria condições financeiras, argumento jurídico, respaldo jurídico? E não há.

Então eu quero dizer a V. Exa. que vou votar com tranquilidade.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Com tranquilidade da minha posição, e estou junto para defender aqui o posicionamento de todos os servidores, mas defender de forma legal. Eu não vou participar do ato de iludir ninguém. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado.

O deputado Hely Tarquínio (em aparte)* – Queria dizer ao deputado Noraldino que houve um acordo de líderes, e ninguém aqui... Você está apaixonado pela sua emenda, e paixão tem vício e absolutismo. A gente tem que discutir isso, porque você está menosprezando quem tem opinião diferente e tem que aprender a viver em democracia. Só isso. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado. Deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir (em aparte)* – OK. Deputado Sargento Rodrigues, Sr. Presidente e público aqui presente, nós estamos diante de uma situação em que as nossas atitudes aqui, hoje, vão repercutir em todo o Estado aquilo que muitos esperam.

É sabido que o projeto que o governador mandou para cá contempla tão somente a força de segurança. Esse é o projeto original.

O deputado Sargento Rodrigues* – Neste momento.

O deputado Duarte Bechir (em aparte)* – Esse é o projeto. Eu tentei apresentar uma emenda, e com qual objetivo eu tentei apresentar emenda? O Supremo decidiu – é uma decisão do Supremo, qualquer pessoa pode buscar informação – que a previsão anual dos vencimentos não é obrigatória pelo governo. Ele não tem obrigação de fazê-la, mas tem obrigação de justificar porque não o está fazendo. Isso o governador tem obrigação. É uma decisão do Supremo. Deputado Virgílio, e qual emenda eu apresentei aqui, hoje, que o conjunto dos líderes não aceitou? A emenda que apresentei é a seguinte: o Poder Executivo, o governador deverá encaminhar ao Poder Legislativo, no prazo de até 60 dias contados da data da entrada em vigor dessa lei, estudos técnicos que contenham a previsão orçamentária, financeira de concessão da revisão geral anual para as demais categorias que não estão incluídas nessa proposta. Ele deveria mandar para cá, porque não está dando, se tem ou não tem condição. Essa é a emenda, mas, infelizmente, o Colégio de Líderes diz que a emenda está fora do âmbito do projeto, deputado André Quintão. Foi a decisão dos líderes.

Então vejam bem, senhores e senhoras, o que nós vamos fazer aqui, hoje? Vamos aprovar o projeto do governo que veio para esta Casa e devemos aprovar a emenda da deputada Beatriz Cerqueira. Devemos aprovar a emenda e também o projeto da polícia. Agora, eu queria deixar claro aqui, hoje, qual é a posição do deputado Duarte Bechir. Vejam bem: quando a PEC da educação foi aqui aprovada... O meu nome está aqui como autor. Quem aprovou a PEC que garante o piso? O deputado Duarte Bechir foi inclusive signatário. Quem votou favorável? Votei favorável. Ela foi cumprida? Até hoje, não, não foi cumprida a PEC.

Então eu acho, deputada Beatriz, que nós deveríamos iniciar nesta Casa uma luta em favor do cumprimento do piso, para que isso ocorra dentro daquilo que está ocorrendo hoje com a segurança, e o governador se torne responsável por cumprir uma proposta à Constituição, mas acho que, deputado Sargento Rodrigues, mesmo aprovando essa emenda, nós não estamos garantindo à educação que também receba o aumento proposto pela segurança. Vou votar favorável porque a minha emenda, que pedia o esclarecimento, não pôde ser aprovada. (- Manifestação nas galerias.) Diante dessa circunstância, não me resta outra manifestação, presidente, do que acompanhar a emenda da deputada Beatriz, que é sobretudo uma proposta de emenda que concede também um reajuste para a educação e para as outras categorias, porque a minha emenda, que pedia ao governador a obrigação de mandar a esta Casa o histórico de como andam as contas do Estado, não pôde ser apresentada.

Que vocês, da segurança, possam receber o que lhes é devido e que na educação se cumpra uma lei que já existe de pagar o piso nacional em favor da educação. É a minha opinião, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, deputado Duarte Bechir.

Eu já encerro, presidente. Só queria pedir o seguinte: eu queria me dirigir aos servidores da segurança pública, aos homens e mulheres da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da polícia penal, dos agentes socioeducativos. Os servidores da segurança pública não são uma tropa de milícia e não são uma categoria sem-vergonha, não. Podem ficar tranquilos, porque, se isso for repetido aqui, nós estamos aqui para dizer que é algo absurdo, é algo que não deveria ser dito, que deveriam ter mais respeito pelas instituições de Estado que vocês representam. Então, vocês não são uma categoria de (- Palavra expungida por determinação do presidente.), como foi dito aqui, neste salão, ao nosso lado.

E se insistir na matéria, eu voltarei a esta tribuna e vou dizer que, há cerca de uma semana, quem estava aqui, nas dependências desta Assembleia, reunido com quem. Aí, sim, vamos saber quem é que realmente está a serviço do crime ou não.

Muito obrigado, presidente.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Duarte Bechir, que recebeu o nº 3; e

que, nos termos do § 3º do art. 189, combinado com o inciso II do art. 173, do Regimento Interno, deixou de receber a referida emenda, por não estar acompanhada de Acordo de Líderes, os quais entendem se tratar de matéria nova.

– O teor da emenda não recebida é o seguinte:

EMENDA Nº 3

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo ao vencido:

“Art. (...) – O Poder Executivo deverá encaminhar ao Poder Legislativo, no prazo de até sessenta dias contados da data de entrada em vigor desta lei, estudos técnicos que contenham a previsão orçamentário-financeira da concessão da revisão geral anual para as demais categorias dos servidores pertencentes aos quadros do Poder Executivo.”.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2020.

Duarte Bechir

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação destacada da Emenda nº 2. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, serei muito rápida. (-Manifestação nas galerias.) Mesmo falando, independentemente das manifestações, porque, na verdade, me surpreendeu bastante a tática utilizada aqui, no Plenário. Porque, em geral, quando nós queremos votar o projeto não nos inscrevemos para discutir porque para cada um é 1 hora. A gente se inscreve para encaminhar, para dar agilidade. E foi um pouco estranha a movimentação de tantas discussões aqui, no Plenário. Nós queremos votar o projeto, queremos votar a emenda, por isso eu não me inscrevi para a discussão. Estou me inscrevendo para fazer um encaminhamento que dura, no máximo, 10 minutos.

Quero cumprimentar os trabalhadores da educação presentes aqui nesta galeria; os trabalhadores da segurança pública; da Funed; da Escola de Saúde Pública; da Secretaria de Estado da Saúde; do Ipsemg; do IMA; do DER; da Cultura; e demais funcionários públicos do Estado que estão aqui presentes.

Eu acho que o debate foi muito bem feito e quero me ater aos avanços que nós conquistamos, explicando aos meus colegas parlamentares e a todos que nos assistem como nós construímos a emenda. A primeira questão é que esta emenda não altera absolutamente nada do projeto discutido, construído e negociado com os trabalhadores da segurança pública. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto: a emenda foi construída de modo que o governador tenha condições – independentemente de qual seja a categoria, aliás – de dialogar com cada carreira do Poder Executivo. Se ele avaliar que somente a segurança pública neste momento, se ele avaliar a educação, se ele avaliar o Ipsemg... Terá condições de, para cada carreira, fazer essa avaliação. Por isso, o deputado André Quintão usou os termos “fatiada”, “segmentada”, exatamente para possibilitar esse processo para cada carreira.

Terceiro, o percentual que está aqui foi fornecido pela Seplag.

Nós não inventamos a roda. O que nós não fizemos foi prever inflação futura. Nós pegamos o estudo da Seplag que já apurava o IPCA de 2015 a 2019 e utilizamos essa perda inflacionária para as carreiras que não tiveram nenhuma recomposição. Destaco duas questões. A primeira das nossas universidades: Uemg e Unimontes, que têm questões específicas e acordo homologado judicialmente. Portanto, a gente traz para a emenda aquilo que já tinha sido homologado para que possamos conquistar o seu cumprimento; e, no caso da educação, nós segmentamos com os reajustes que faltam do piso salarial profissional nacional indo até 2022.

Nessa emenda, também trouxemos os trabalhadores do IPSM e as diretoras do Colégio Militar que estavam excluídas da proposta original do governo. Então, foi assim que nós buscamos construir de modo que as carreiras tenham condições de continuar a

sua luta. Essa emenda não seria necessária se o governador Romeu Zema tivesse tido a iniciativa e a liderança do diálogo com todas as carreiras. Não é possível crer que daqui a pouco comecem a chegar propostas e projetos de recomposição de outras categorias, porque foi desta tribuna que o governador disse qual era a sua prioridade para 2020 – e todos nós, deputados e deputadas, escutamos. Ele disse: “reforma da Previdência, Regime de Recuperação Fiscal e desestatização”. São esses os projetos que virão a esta Casa.

Se nós rejeitarmos a emenda, tiraremos do funcionalismo público a possibilidade, inclusive, de estabelecer o diálogo com o governo. Nós não estamos aqui propondo aumento de salário para nenhuma carreira. Nós não estamos aqui desrespeitando nenhuma negociação feita. Mas o governador, que tinha a prerrogativa de fazer essa negociação, não a fez. Se formos entrar no debate técnico... No debate técnico, não há previsão orçamentária para ninguém para 2020. Comparando 2019 com 2020, os percentuais que aumentaram no orçamento não comportam os reajustes para nenhuma categoria profissional. Nós sabemos disso porque votamos o orçamento.

Então, o debate é o debate na política e da nossa responsabilidade enquanto parlamentares de não fecharmos as portas a todas essas carreiras, que viram na Assembleia Legislativa a possibilidade, através da votação dessa emenda, de abrir um processo importante para a recomposição das suas perdas salariais. Se o governador vai vetar tudo, se vai sancionar parte, se vai judicializar, isso será parte do processo político do debate entre as carreiras e as entidades sindicais, inclusive, com a mediação que pudermos fazer. O que não é possível é a gente ignorar 70% do funcionalismo como o governador Zema ignorou até o presente momento. Por isso estou encaminhando, presidente, favorável ao projeto e favorável à Emenda nº 2, que nós apresentamos.

Para finalizar, queria dizer que é uma emenda de vários partidos. Há o nosso bloco e deputados que não são do nosso bloco que assinaram. Há deputados que gostariam de ter assinado, mas, em decorrência do tempo para a votação hoje, não assinaram. Então, é um processo que buscamos cumprir com a amplitude necessária. Peço o apoio e o encaminhamento para que possamos votar favoravelmente.

Trazer aos 48 minutos do segundo tempo uma suposta comissão formada que exclui os professores que são parlamentares só demonstra que o governo fez uma artimanha para evitar o debate aqui hoje da votação da nossa emenda. Ele teve todo tempo do mundo para chamar à negociação. Na hora da votação, em 2º turno, é que ele traz uma suposta comissão que não tem a participação dos professores e das professoras que compõem o nosso Parlamento – eu, o Professor Cleiton, o Prof. Betão, para ficar na Comissão de Educação... Que estranho foi ter uma comissão que não tem a nossa presença ou a nossa participação. Então, ela foi trazida aqui na tentativa de desmobilizar e de retirar os votos necessários para a sua aprovação.

Então, presidente, são essas as considerações para que possamos fazer a votação do projeto e da emenda, considerando que a gente não está iludindo ninguém. (- Manifestação nas galerias.) Todos sabem que não é uma ilusão, mas é uma disputa política importante, em nome o funcionalismo público estadual. Obrigada, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, estamos chegando ao final desta reunião, e os longos debates aqui havidos, todos eles podem ser resumidos em dois aspectos. O primeiro é o aspecto da legalidade e da constitucionalidade tanto do projeto original, sobre o qual há questionamentos, quanto das emendas que foram apresentadas, sobre as quais também pesam questionamentos.

Como essa matéria fica melhor localizada para a discussão na Comissão de Constituição e Justiça – e acho que, em algum momento, teremos que rever o nosso rito para que inclusive as emendas finais apresentadas no processo de tramitação retornem à comissão para essa apreciação –, quero me ater ao segundo aspecto que foi objeto dos mais acalorados debates aqui. Teria ou não, o Estado, a capacidade de fazer frente às demandas que a gente viu surgir aqui na Assembleia durante essa tramitação? Aliás, tive oportunidade de mencionar ontem, e reitero hoje, presidente, que boa parte dessa discussão se dá em função de uma sinalização oscilante, uma sinalização enfraquecida, uma sinalização que cheguei a chamar de esquizofrênica.

Um governo que anuncia desligar elevadores para ajudar a pagar as contas; que fala que cortou cafezinho; que fala que não ia... Essa parte, ele já usou: o manto saneador laranja. Disse que não ia andar de avião e passou o manto, e também disse que não ia ter jetom. E a gente fica na dúvida se o manto também teve o condão de refundar o nosso Tesouro. Isso porque, ao mesmo tempo em que corta café, manda um projeto com um impacto de R\$5.500.000.000,00.

O que a Casa não pode levar em consideração é que haja dificuldades só para um lado e que não haja para os outros. Então votaremos com o mérito. (- Manifestação nas galerias.) Em nome do Bloco Minas Tem História, quero encaminhar favoravelmente tanto o projeto original, no reconhecimento da importância da categoria da segurança, e também encaminhar favoravelmente à Emenda nº 2, que foi construída coletivamente aqui na Casa, capitaneada pela deputada Beatriz Cerqueira e atende às demais categorias. Categorias essas pelas quais tenho o maior respeito e com as quais convivi tão proximamente, como o pessoal da saúde, o pessoal do meio ambiente e o pessoal da ciência e tecnologia, que é a categoria a que pertencem.

Quero ainda registrar que não há, pelo menos por parte do Bloco Minas Tem História, nenhuma intenção de iludir quem quer que seja. Nós todos sabemos que esta emenda não garante o pagamento, mas garante a possibilidade de o governo pagar. Garante a possibilidade de o governo analisar item a item, caso a caso, categoria a categoria, e dar os instrumentos legais para que ele faça uma política de pessoal um pouco menos exclusiva, um pouco menos excludente, um pouco mais justa, um pouco mais generalista e universal no atendimento daquilo que for possível e da emenda que foi apresentada pelo bloco.

Assim o Bloco Minas Tem História encaminha favoravelmente ao projeto original e favoravelmente à emenda que tenta corrigir o esquecimento do governo do Estado. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda e destaque.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O deputado Gustavo Santana – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Inácio Franco – Presidente, voto “sim”.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 66 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emenda e destaque. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O deputado Gustavo Santana – Presidente, voto “sim”.

O deputado Inácio Franco – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Luiz Humberto Carneiro – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 66 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovada a Emenda nº 1. Votação da Emenda nº 2. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tentarei ser breve. Acho que gastarei menos até que os 5 minutos. Vim aqui para chamar a atenção das senhoras e dos senhores porque estão agora em nossas mãos dois caminhos. Eu não vou entrar no mérito e discutir se há justiça na ausência da isonomia tão pleiteada pelo setor da educação e pelos demais setores dos servidores públicos do Estado ou se é justa a reivindicação dos servidores da segurança pública. O que está em jogo aqui agora é a viabilidade do Estado. O Estado, há um ano, começou a negociar com uma dessas categorias que aqui está, a categoria da segurança pública. Essa categoria ficou, durante os anos de 2015 a 2019, sem receber nenhuma recomposição salarial. Essa negociação se iniciou então no primeiro semestre do ano passado. O governo havia, àquela época, assumido um compromisso de, no início de 2020, encaminhar um projeto com essa recomposição à Casa. E assim o fez.

O governo nunca fechou as suas portas para as demais categorias, para as demais entidades.

O secretário de Planejamento do Estado tem as portas do seu gabinete, obviamente respeitando os horários e os seus agendamentos, abertas, escancaradas para todas as demais categorias do Estado; tem falado, de forma muito franca e clara, sobre a atual situação do Estado.

Se o deputado Sávio Souza Cruz coloca aqui que sente que o governo é um governo incoerente porque corta no cafezinho, corta na água, corta no avião, corta no carro, corta no palácio, são esses cortes que possibilitaram e estão dando a segurança – volto aqui a confirmar e a assegurar aos servidores da segurança pública – de que o salário, que agora foi recomposto, será pago. O compromisso será honrado, fruto dessas economias deste governo.

Agora, essa emenda ora apresentada por uma deputada que eu respeito muito pelo trabalho que vem desempenhando, pela luta de classe que sempre desempenhou, mesmo antes de se tornar deputada, pela legitimidade que tem e por falar pelo menos por uma grande parcela desses servidores, que são, acredito, aqueles que precisam realmente de uma maior valorização, os servidores da educação; essa emenda, neste momento, não resolverá absolutamente nada.

Mais uma vez, discordando do deputado Sávio Souza Cruz, que disse aqui que essa emenda garante a possibilidade de o governo pagar... Sabe por que ela não garante? Porque essa emenda traz, por alto – por alto –, um impacto, nos próximos três anos

apenas – só nos próximos três –, de R\$20.000.000.000,00. De R\$20.000.000.000,00! Essa é a emenda que ora estamos discutindo e que, daqui a pouco, nós vamos votar. Uma emenda que – várias vezes já dissemos aqui, vários deputados já falaram – é claramente inconstitucional. Basta olharem o art. 68, inciso I, da nossa Constituição, ou o art. 63, inciso I, da Constituição Federal.

Então, temos aí dois argumentos para tentar convencê-los a não aprovar agora essa emenda, o que não inviabilizará a continuidade das conversas do governo para com as demais categorias, incluindo-se aí o Sind-UTE. Está ali – eu a vi... Cadê a Denise? Está ali. Ela está representada pela sua coordenadora, que também respeito muito, que é a Denise.

O que eu estou trazendo aqui – e é o apelo que faço para terminar o meu encaminhamento – é um encaminhamento contrário por não haver a menor, deputado Sávio Souza Cruz, a menor possibilidade de cumprimento de uma emenda que traz um impacto, apenas para os próximos três anos, de R\$20.000.000.000,00.

O deputado Sávio Souza Cruz – para terminar, presidente –, que foi secretário de Planejamento governos atrás e que participou do último governo, deveria saber disso. Quando um impacto é de R\$20.000.000.000,00 para três anos, Virgílio, não há a menor possibilidade de cumprimento. A menor! E que fique claro: o governo não tem o compromisso de sanção dessa emenda; nós voltaremos aqui se ela for aprovada dentro em breve para discutir o seu veto, os seus impactos e tudo o mais que eu estou falando aqui em cima.

Então, por essa razão, senhoras e senhores, eu encaminho pela rejeição da emenda ora apresentada pela nobre deputada Beatriz Cerqueira.

Questão de Ordem

O deputado Sávio Souza Cruz – Só uma questão de ordem. É apenas para dizer rapidamente que só há duas formas de a gente fazer a discussão: ou com seriedade ou sem seriedade. Se a gente diz que o que viabilizou esse reajuste foi o corte do cafezinho, eu sugeriria cortar o palito para pagar o resto. (- Manifestação nas galerias.) Agora, se vamos fazer uma discussão séria, precisamos, de fato, de ter uma sinalização objetiva sobre a real situação do Estado. Porque não é possível que continuemos tendo uma sinalização tão tremulante, tão ambígua, tão esquizofrênica. Um governo que diz que pode dar R\$5.800.000.000,00, mas tem de cortar cafezinho, tem dificuldade de pagar uma categoria, mas não tem de pagar outra. É por isso que insistimos. Aproveito para encaminhar, pelo Bloco Minas Tem História, favoravelmente, porque a emenda não é uma emenda genérica. São vários itens. O governador teria possibilidade de analisar quais daqueles ele pretende ou não vetar e fazer uma política de pessoal um pouco mais correta do que está sendo proposto. Aproveito para sugerir que possamos, de novo, recriar a Secretaria de Recursos Humanos e Administração, porque, desde que ela foi extinta, ainda nos idos de 2003, que Minas Gerais não tem mais uma análise de carreira, não tem uma pasta que esteja canalizada para fazer o ajuste das carreiras, o equacionamento entre carreiras diferentes. Minas perdeu esse instrumento tão importante que poderia ser retomado. Agradeço, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de forma muito rápida, apenas para defender aqui essa iniciativa coletiva, e obviamente justa, que não tem nada daquilo que foi falado, nada de irresponsabilidade ou de demagogia. Tem um compromisso muito sério. São 22 artigos bem elaborados para atender a todas as categorias dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Quero aqui parabenizar, primeiramente, os servidores da segurança pública, que, de forma justa, se articularam e conquistaram aqui um benefício através da sua luta, do seu trabalho e tiveram, desde o início, não só o apoio, mas a participação direta da nossa bancada, do nosso bloco. Apesar de em algum momento, em alguma narrativa, terem tentado desconstruir isso, no dia a dia, tudo foi se esfacelando diante dessa narrativa, como na prática aconteceu. Teve todo apoio do nosso bloco sem nenhum movimento de obstrução, muito pelo contrário, teve apoio. Hoje mesmo foi um grande exemplo. Quantos da nossa bancada poderiam

ter aqui discutido longamente e não o fizeram? Quantos poderiam? Deixamos para fazer no encaminhamento. Assim também foi com outros assuntos.

Então, temos muita consciência da nossa coerência, da nossa responsabilidade e do nosso compromisso público com Minas Gerais.

Então, aos servidores e servidoras, essa emenda foi assinada por cerca de vinte deputados: deputada Ana Paula Siqueira, deputada Andréia de Jesus, deputado André Quintão, deputada Beatriz Cerqueira, deputado Betão, deputado Celinho, deputado Cristiano Silveira, deputado Doutor Jean, deputado Elismar Prado, deputado Gustavo Santana, deputada Leninha, deputado Léo Portela, deputada Marília Campos, deputado Marquinho Lemos, deputado Ulysses Gomes, deputado Virgílio Guimarães, deputado Fernando Pacheco, deputado Cleitinho, deputado Osvaldo Lopes. A todos esses o meu respeito, a satisfação de compartilhar com cada um dos senhores e das senhoras essa iniciativa que não é demagógica. É concreta. É séria e é responsável. Com esse mesmo espírito de seriedade, de responsabilidade e de compromisso com as demais carreiras é que compartilho, conclamo, convido e peço o apoio de cada deputada e deputado para que permitamos aos demais servidores excluídos da iniciativa do governador... Não estamos entrando aqui no mérito da situação do Estado, apesar de nos propiciar um amplo debate da real situação do Estado e de que projeto o governador propõe diante dessa dualidade, dessa contradição entre discurso e prática, mas, dado aquilo que o governador apresentou, a nossa proposta tem um caráter sério, responsável e de compromisso com todas as categorias que, no projeto original, estavam fora.

Então, o nosso pedido aqui é de apoio para que, além destes que tiveram a iniciativa da emenda e a estão apoiando, que os demais deputados permitam às demais categorias do Estado o direito, se for numa negociação com o governo, de ter, a partir da lei, a referência desse benefício que está vinculado ao IPCA, dado esse que o próprio governo do Estado, através do secretário de Planejamento aqui colocou para essa recomposição salarial.

Então, presidente, encaminho favoravelmente a essa matéria com o compromisso e com a esperança de termos hoje, nesta Casa, uma construção coletiva, não só em referência ao Parlamento, mas coletiva no sentido da união de todos os servidores a favor de um serviço público, em Minas Gerais, de qualidade, de responsabilidade e de justiça, com a garantia do mesmo benefício para todos. Conto com o apoio de V. Exa.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio* – Quero, em primeiro lugar, parabenizar todos os deputados que votaram favoravelmente a essa emenda, que é justa para a segurança pública. Quero homenagear o deputado Sargento Rodrigues, que é mais antigo na Casa, o Coronel Sandro e todos os seus companheiros de farda, de luta. Entendemos que a segurança do poder depende da Secretaria de Segurança Pública. E isso é muito importante para que os Poderes tenham suas ações conjugadas, buscando o entendimento e a harmonia. É isso o que queremos dizer aqui também. A Mesa, na figura do nosso Agostinho Patrus e de todos os presidentes das comissões, além da atuação, muitas vezes também, dos líderes de blocos... Enfim, tudo foi construído com entendimento; tudo foi feito construindo-se ponte de entendimento entre o governo e o Poder Legislativo. Muitas vezes procuramos e temos dificuldade de chegar ao entendimento do ponto dialético da divergência. E nós estamos chegando a isso, de maneira que todos já entenderam a importância da segurança pública.

Então, na condição de relator, recebi as emendas e coloquei a minha opinião, que é a de todos os deputados aqui. Todos nós aqui trabalhamos para – vamos dizer assim – fazer justiça social com cada cidadão. Falamos muito em cidadania, falamos muito no direito de todos, e nós trabalhamos aqui pela socialização do direito e pela ecologia social. É isso que eu quero deixar claro. Essas duas coisas me orientam para que eu tenha uma opinião a respeito da convivência das pessoas. Nós somos gregários por natureza e temos os mesmos direitos, como o direito à vida.

Aqui, ao tratarmos, sobretudo, dos servidores públicos, usamos tanto o nome “isonomia”, e agora vamos esquecer essa isonomia para todas as categorias, como foi colocado pela nossa companheira Bia, que fez uma emenda que fala sobre a justiça

social? Isso é justiça social. E esse símbolo, como símbolo também do patriotismo, como os grandes símbolos que temos no País, sobretudo a bandeira... Pensamos, então, na justiça social, na isonomia, não impedindo, de forma nenhuma, essa votação. Aprovamos o projeto da segurança pública, e as emendas acontecem no Parlamento, de acordo com a posição de cada partido, de cada bloco, e tudo foi orientado nesse sentido.

Portanto, eu queria conclamar todos, neste momento importante da votação, porque essa simbologia... Na verdade, essa emenda significa o símbolo de uma luta que vai continuar com o governo. Acreditamos que o governo vai estar de porta aberta para fazer a negociação; queremos ter a certeza de que ele vai pagar à segurança pública. Esse é um apelo que nós temos que fazer, porque, muitas vezes, aprova-se um projeto aqui, e ele vai para a gaveta. Para a gaveta, eu acho que não vai, porque ele fez um acordo, e acho que ele vai cumpri-lo.

Quero pedir a todos que tenhamos paz para trabalhar, que essas divergências fiquem só nas palavras e que possamos trabalhar conjuntamente pela justiça social do povo de Minas Gerais. Obrigado.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Celise Laviola – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Laura Serrano – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O deputado Roberto Andrade – Voto “não”, Presidente.

O deputado Gustavo Santana – Gustavo Santana, “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 47 deputados. Votaram “não” 19 deputados. Está aprovada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.451/2020 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para que se ultime a redação de pareceres de redação final. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Glaycon Franco) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Declaração de Voto

O deputado Fernando Pacheco – Boa tarde, presidente Glaycon Franco; Dr. Hely Tarquínio; demais deputados e deputadas presentes; e todos que estão aqui nos acompanhando pela TV Assembleia. Eu queria declarar o meu voto seguindo o entendimento próprio. Esse projeto do Executivo, quando deu entrada, na minha opinião, estava imperfeito e inconstitucional. Ele feriu o art. 24 da

Constituição do Estado de Minas Gerais, que diz que os servidores terão direito a reajustes em data correta e em valores corretos previstos na inflação, e não define que é para uma categoria ou outra. Ele coloca todos. Mediante essa situação, veio em boa hora a emenda da deputada Beatriz Cerqueira para então aperfeiçoar o que eu achei que estava imperfeito e injusto. E seguindo no andamento das contradições que levantaram, o Estado Democrático de Direito prima primeiramente pela legitimidade. Se não houver legitimidade, a lei não será boa. Se não é lei, vai virar uma lei porque é legítimo. Então, é um princípio basilar do Estado Democrático de Direito, que é de bem-estar social, inclusive. Causas legítimas promovem a legalização daquilo que ainda não está claramente explicado na lei. Mesmo assim a emenda promove o conserto do projeto, que era para uma classe, mas que passou para todas. Então, a lei se tornou legal. Dentro do direito, segundo Miguel Reale, há o tridimensionamento, que é o fato, o valor e a norma. O mais importante de todos: o fato. O mais importante, Dr. Hely, é o fato. Por quê? Porque o fato social tem que prevalecer; senão, nós não temos sociedade. Então, se há o fato social envolvido, ele é preponderantemente o mais importante. Nessa questão, fica claro que, independentemente do valor, independentemente da questão da norma, há o fato, o fato para melhorar a norma, para melhorar o trabalho a fim de conseguir o valor. A emenda aprovada traz essa qualidade de legitimidade ao Projeto nº 1.451. Dessa forma, é muito tranquilo para nós, deputados, aprovar, como aprovamos, o projeto com a emenda. Do contrário, ficaria uma parcialidade para os servidores e, ao mesmo tempo, uma discriminação, valorizando mais uma categoria do que a outra. Então, presidente, tomo essa declaração de voto como um processo em que esta Casa de leis corrigiu uma imperfeição que veio do Poder Executivo. E esse é o papel do Poder Legislativo, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, seguindo a Constituição do Estado. O art. 24 é muito claro. Não se pode dar aumento para o servidor de uma categoria; é para os servidores. E a legitimidade se concretizou com essa emenda, porque, do contrário, aí, sim, estaria inconstitucional. Então, dessa forma, para aqueles que falam que virá para cá com veto, nós temos que brigar pela legitimidade de ter corrigida a inconstitucionalidade que veio na origem do projeto. Tomando o governador a iniciativa, compete, sim, ao deputado fazer emendas, substitutivos. E foi isso que foi feito por esta Casa. Quero parabenizar o Dr. Hely Tarquínio pela condução da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que, mesmo sob pressão, levou com serenidade e promoveu o melhoramento necessário. Então, é nesse sentido que este é um dia marcante para mim, como deputado, porque fizemos justiça social com legitimidade. Então, acertamos a legalidade que estava ferida pelo Poder Executivo e transformamos, pela legitimidade, um projeto imperfeito num projeto legal. Muito obrigado. Que venha o projeto de lá sancionado, porque, se for vetado, nós temos que brigar pela continuidade do que é legítimo e do que fizemos para corrigir o que estava imperfeito. Boa tarde a todos.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.355/2019, 1.415 e 1.416/2020 (À sanção.).

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.417/2020, dos deputados Agostinho Patrus, André Quintão e Bartô, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Doutor Wilson Batista, Glaycon Franco, Gustavo Valadares, João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.418/2020, dos deputados Agostinho Patrus, André Quintão e Bartô, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cássio Soares, Celinho Sintrocel, Doutor Wilson Batista, Glaycon Franco, Gustavo Valadares, João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes.

Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

O presidente (deputado Glaycon Franco) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.444/2020, do procurador-geral de Justiça. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.445 a 1.451/2020 (À sanção.).

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/2/2020

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Professor Cleiton (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nessa sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Cleusa R. da Silveira Bernardo (2), diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (5/12/2019); Gabriella Belkisse Rocha, assessora especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Saúde (5/12/2019); Simone Porcaro, assessora da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (19/12/2019); e dos Srs. Luiz Marcelo Cabral Tavares (2), secretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado de Saúde (15/11 e 19/12/2019); Lauro Coelho Júnior, procurador da República no Estado de Minas Gerais (13/11/2019); Carlos Alberto Ramos de Faria, secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (5/12/2019); e Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva (3), secretário de Estado de Saúde (19 e 24/12/2019). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.433/2016 e 4.479/2017, ambos no 1º turno (deputado Doutor Paulo); 727 e 809/2019, ambos no 1º turno (deputado Doutor Wilson Batista); e 179/2019, no 1º turno (deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.381, 4.395, 4.399 a 4.401 e 4.434/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.054/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Doutor Wilson Batista, presidente – Doutor Paulo – Professor Cleiton.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/2/2020

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Cleitinho Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão na sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.411/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.316/2020, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para discutir o impacto das chuvas nos municípios mineiros mais atingidos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Bartô, presidente – Cleitinho Azevedo – Zé Guilherme.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/2/2020

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Osvaldo Lopes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Geraldo Costa Lara Filho, encaminhado pelo Portal Fale com as Comissões, solicitando o apoio desta Comissão para a aprovação do projeto de lei que trata da recomposição salarial dos servidores da segurança pública. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 16/1/2020: ofícios dos Srs. Cristiano Cassiolato, promotor de justiça do Ministério Público do Estado, e Reinaldo Felício Lima, coordenador de apoio administrativo da Polícia Civil do Estado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.541, 4.548, 4.549, 4.560, 4.562 a 4.564 e 4.584/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.361/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis em face do teor do Termo de Vistoria no Presídio de Alfenas, realizado pela 21ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, considerando-se que há diversas irregularidades apontadas no referido documento, inclusive violações ao previsto na legislação relativa à execução penal e aos direitos humanos, e que esse termo será também encaminhado, por essa comissão, solicitando providências, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais;

nº 6.362/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis e necessárias em face do teor do Termo de Vistoria no Presídio de Alfenas, realizado pela 21ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, considerando-se que há diversas irregularidades apontadas no referido documento, inclusive violações ao previsto na legislação relativa à execução penal e aos direitos

humanos, e que esse termo será também encaminhado, por esta Comissão, solicitando providências, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais;

nº 6.363/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis e necessárias em face do teor do Termo de Vistoria no Presídio de Alfenas, realizado pela 21ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais –, considerando-se que há diversas irregularidades apontadas no referido documento, inclusive violações ao previsto na legislação relativa à execução penal e aos direitos humanos, e que esse termo será também encaminhado, por esta Comissão, solicitando providências, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Secretaria de Estado de Saúde;

nº 6.395/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias enviadas à comissão por meio de grupos de WhatsApp de servidores da segurança pública, as quais noticiam o suposto recebimento de dinheiro pelo Capitão Isaías, do Gaeco de Uberlândia, para prestar auxílio a Cairo Filho, apontado como líder de organização criminosa, no homicídio de Marcos Lucena, em dezembro de 2018;

nº 6.396/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao comandante da 4ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais em Juiz de Fora pedido de informações sobre o Requerimento nº 1943/2019, enviado para análise e verificação de eventuais discrepâncias em relação à escala de serviço dos militares lotados no Copom da mencionada região;

nº 6.397/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas em relação aos fatos narrados no Requerimento nº 1.301/2019, dessa comissão, encaminhado a essa instituição em junho de 2019, em que solicita seja instaurada representação em desfavor do Maj. PM Jardel Eduardo da Silva, do 1º-Ten. PM Genival Fernandes de Oliveira e do 1º-Ten. PM Felipe Wagner Rezende Alves, ex-comandantes da 9ª Companhia Independente, 13ª Região e Pelotão da Polícia Militar que, mesmo sabedores da dispensa-saúde, do uso e manuseio de armamento e serviços operacionais e do uso de medicamentos controlados pelo Cb. PM Anderson Henriques da Cunha, por diversas vezes teriam determinado e remanejado o referido militar para trabalhar no Copom da Unidade Militar, onde tinha acesso amplo a todo o armamento da intendência, sendo exposto a potencial risco de morte; e, ainda, sobre as conclusões das apurações;

nº 6.398/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam fornecidos novos coletes a prova de balas aos policiais militares lotados no destacamento de Ladainha, tendo em vista que, dos sete disponíveis, seis se encontram vencidos;

nº 6.399/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – pedido de providências para que seja revisto o procedimento adotado na celebração de convênios com profissionais da área médica e odontológica, uma vez que muitos profissionais, diante das exigências documentais, deixam de integrar a rede contratada;

nº 6.400/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, junto aos servidores e às entidades de classe, a proposta de emenda à constituição e o projeto de lei orgânica elaborados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;

nº 6.401/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público pedido de providências para que seja apurada a possível prática de ato de improbidade administrativa pelo Ten. Cel. PM Jabes Andrade Campos, comandante do 46º Batalhão de Polícia Militar, e pelo Cel. PM Waldimir Soares Ferreira, comandante da 10ª Região de Polícia Militar, pelo fato de,

supostamente, terem praticado ato de improbidade administrativa ao fazerem uso de recursos humanos para atender a fins particulares, quando exigiram que policiais militares respondessem à chamada na Câmara Municipal de Patrocínio, onde o referido coronel seria homenageado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, em 12/2/2020, às 11h30min e às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente – Celise Laviola – Gustavo Santana.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/2/2020

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e o deputado Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a necessidade de campanhas de prevenção do consumo excessivo de álcool e outras drogas, principalmente durante o período do Carnaval. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, publicada no *Diário do Legislativo* em 8/2/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.317/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que convide os seguintes órgãos e instituições para participar da Câmara Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas: Ministério Público Estadual, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, Conselho Seccional da OAB e Federação Brasileira das Clínicas Especializadas em Dependência Química;

nº 6.318/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas por essa secretaria para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas;

nº 6.319/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de clínicas psiquiátricas e serviços de saúde especializados, públicos e privados, habilitados no Estado para a internação involuntária de usuários de drogas, bem como o número de internações involuntárias de usuários de drogas notificadas aos órgãos de fiscalização desses estabelecimentos, nos termos da Lei Federal nº 13.840, de 5 de junho de 2019;

nº 6.320/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de leitos de saúde mental em hospitais gerais disponibilizados pelo Estado e o número de usuários de drogas atendidos nesses leitos nos anos de 2018 e 2019;

nº 6.321/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que os atendimentos realizados pelo Centro Psíquico da Adolescência e da Infância – Cepai – sejam mantidos para crianças e adolescentes provenientes de todo o Estado e não apenas do Município de Belo Horizonte;

nº 6.322/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços disponibilizados no Estado para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas,

discriminando o número de vagas existentes e a sua distribuição no Estado por modalidade de serviços e o número de crianças e adolescentes usuários de drogas atendidos nos últimos dois anos;

nº 6.323/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que a Vigilância Sanitária do Estado envide esforços a fim de apoiar os municípios na fiscalização de estabelecimentos de saúde ou de interesse da saúde que realizam internação involuntária ou voluntária de usuários de drogas no Estado.

Em seguida a Presidente coloca para a apreciação dos demais membros a alteração do horário das reuniões desta comissão para as 15h30min, às quartas-feiras. Fica alterado o horário das reuniões ordinárias. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Érika Pinheiro Vaz, diretora de Atendimento do Centro de Referência de Álcool e Drogas – Cread; Patrícia Magalhães, superintendente da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, representando a subsecretária; e Watrislene Souza Duarte, coordenadora de Política de Álcool e Outras Drogas de Contagem. A presidente, autora do requerimento, que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Delegada Sheila, presidente – Coronel Henrique – Ana Paula Siqueira – Gustavo Mitre.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/2/2020

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a organização e a proteção dos blocos carnavalescos de Belo Horizonte e Região Metropolitana, como garantia da manifestação da cultura popular. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (24/12/2019), e do Sr. Marcelo Landi Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo (12/12/2019). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 987/2019, no 1º turno, do qual designou relator o deputado Mauro Tramonte. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.658/2017 (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 570/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marina Pacheco Simião, subsecretária de Turismo da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult –, representando o secretário; e os Srs. João José Magalhães Soares, gerente da Saúde e Segurança do Trabalho da Cemig; Cel. BM Sérgio José Ferreira, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG; Rodrigo Sérgio Prates, comandante da Guarda Municipal de Belo Horizonte; Major PM Rafael Coura Cavalcante, chefe da Seção de Comunicação Organizacional; Gilberto César Carvalho de Castro, diretor-presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur; Genilson Ribeiro Zeferino, secretário de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte; Kerison Lopes, presidente da Liga Santa dos Blocos de Rua de Santa Tereza; Márcio Eustáquio Antunes de Souza,

presidente da Liga das Escolas de Samba de Minas Gerais; Agnaldo Müller Ferreira de Almeida, presidente da Associação dos Blocos Afro de Minas Gerais – Abafro-MG; e Álvaro Augusto Moura da Silva, integrante do Coletivo de Blocos Periféricos. A presidência concede a palavra ao deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Bosco, presidente – Professor Wendel Mesquita – Mauro Tramonte.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/2/2020

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e os deputados Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Celise Laviola e Marília Campos e os deputados Antonio Carlos Arantes, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Bosco, Noraldino Júnior, João Magalhães, Roberto Andrade, Raul Belém e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, prestar esclarecimentos sobre o descumprimento pelo Estado da obrigatoriedade de aplicar o limite mínimo constitucional de 25% do orçamento em educação e o não pagamento do 13º salário de parte da rede estadual de educação, referente ao exercício de 2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda. A presidenta, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Bartô.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/2/2020

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BMTH, em virtude de vaga cedida) e o deputado João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Aida Iris de Oliveira (2), diretora de gestão interna da Presidência da República (10/1/2020); e dos Srs. Antônio Leite dos Santos Filho (2), diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (10/1/2020 e 6/2/2020); Mario Rodrigues Junior (2), diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (6/2/2020); e Marco Aurélio de Barcelos Silva (2), secretário de estado da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (16/1/2020). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.468/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que se reconsidere e reveja a classificação hierárquica dos projetos ferroviários em estudo, apresentados no 1º Workshop do Plano Estratégico Ferroviário, de forma a priorizar o transporte ferroviário de passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 6.469/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja realizado um *workshop* nesta Casa com a finalidade de elaborar o plano estadual ferroviário;

nº 6.470/2020, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada visita ao evento sobre Transição Justa, que será realizado em Belo Horizonte, nos dias 18 e 19 de março deste ano, com a finalidade de acompanhar as discussões relacionadas ao transporte ferroviário;

nº 6.471/2020, dos deputados João Leite e Gustavo Mitre e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença de representante da Confederação Nacional dos Transportes, para debater as possibilidades de integração entre os modais aéreo, rodoviário e ferroviário na região do Aeroporto de Confins, de forma a fomentar a logística para o transporte de cargas intermodal.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Município de Araguari, realizada em 6/12/2019, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Gustavo Mitre, presidente – Marília Campos – Repórter Rafael Martins.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Locais visitados: 1 – Praça Canaan 2 – Local onde será construído o viaduto que ligará a Avenida Coronel Belchior de Godoy aos Bairros Goiás (parte alta) e São Sebastião e à MG-223 3 – Imóveis do complexo do acervo ferroviário, todos em Araguari.

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 3.073/2019, do deputado Raul Belém, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras visitou, no dia 6/12/2019, o Município de Araguari, para conhecer o significativo acervo patrimonial ferroviário lá existente, o qual está se deteriorando devido à falta de uso e manutenção.

Participaram da visita o presidente da comissão, deputado João Leite, e o deputado Raul Belém. Eles foram acompanhados por Marcelo Pinheiro Chagas, diretor de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit –, Francisco Mesquita, coordenador de Construções Ferroviárias do Dnit, Eliézer Pestana, assessor de Relações Institucionais e Comunidades Sênior da VLI Logística em Araguari, e João Batista Carvalho, assessor de serviços técnicos de engenharia da empresa.

Relato

A visita teve o intuito de conhecer o patrimônio ferroviário existente em Araguari, onde opera a Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA. A empresa obteve a concessão da malha Centro-Leste, em virtude do processo de desestatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Atualmente, a FCA é controlada pela empresa Valor da Logística Integrada – VLI.

Primeiramente, os participantes visitaram a Praça Canaan, onde será executada uma obra de compensação, a ser realizada pela VLI Logística, prevista para começar em 2020, com investimentos da ordem de R\$520 mil, oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Do projeto arquitetônico constam a construção de quadra poliesportiva, parque infantil e pista de caminhada, dotados de iluminação.

Em seguida, a comissão conheceu o local de outra obra de compensação em estudo, que, segundo o deputado Raul Belém, consiste em um viaduto que ligará a Avenida Coronel Belchior de Godoy aos Bairros Goiás (parte alta) e São Sebastião e à MG-223. O Dnit se comprometeu a enviar técnicos para analisar o projeto dessa construção.

Posteriormente, os parlamentares foram aos imóveis do Complexo Ferroviário de Araguari, que, devolvidos pela concessionária, já foram transferidos ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. Essas instalações serão cedidas à prefeitura, segundo o deputado Raul Belém.

A comissão constatou que o patrimônio ferroviário disponível em Araguari é constituído pelo chamado Palácio dos Ferroviários, além de oficinas e vagões da antiga Estrada de Ferro Goiás. Esses vagões, no entanto, apresentam sinais de deterioração devido à falta de uso e manutenção. O presidente da comissão, deputado João Leite, destacou que há uma proposta de se construir uma escola ferroviária na área das oficinas. Para ele, a Concessionária VLI poderia oferecer essa obra a Araguari e, em parceria com o município, promover a capacitação de jovens para trabalhar na ferrovia.

O presidente da comissão acrescentou que a empresa solicitou ao Governo Federal a prorrogação antecipada da concessão por mais 30 anos. “O relatório da renovação da concessão prevê também uma contrapartida para Araguari, que seriam a criação da escola ferroviária e a recuperação de toda essa estrutura, a maior do Brasil, que está aqui abandonada”, informou João Leite.

Conclusão

Ao final da visita, os deputados puderam constatar a magnitude do patrimônio ferroviário disponível em Araguari e destacaram a importância de esses imóveis serem preservados e utilizados pela sociedade, sobretudo após a sua cessão pelo Dnit para a Prefeitura de Araguari.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2020.

João Leite, relator.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/2/2020

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Fernando Pacheco, João Magalhães, Coronel Sandro (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BLP) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Doorgal Andrada, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Celise Laviola, Beatriz Cerqueira e Delegada Sheila e os deputados Sávio Souza Cruz, André Quintão, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Bartô e Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que está aberto o prazo até o dia 2/3/2020 para recebimento de emendas relativas ao Projeto de Lei nº 1.440/2020. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do deputado Fernando Pacheco para que seja mantida a ordem da pauta. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º Turno, dos Projetos de Lei nºs 1.444, 1.445, 1.447 e 1.449/2020, todos na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Hely Tarquínio).

Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Hely Tarquínio, do Projeto de Lei nº 1.451/2020 no 2º Turno, que opina pela aprovação na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, são apresentadas a Proposta de Emenda nº 1, do deputado Noraldino Júnior, e a Proposta de Emenda nº 2, da deputada Beatriz Cerqueira e outros. Após discussão e votação, é aprovado o parecer. Submetida a votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 2, registrando-se os votos contrários da deputada Laura Serrano e dos deputados Sargento Rodrigues e Coronel Sandro. Submetida a votação, é rejeitada, por unanimidade, a Proposta de Emenda nº 1. É dada nova redação do parecer. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.536/2020, da deputada Delegada Sheila e dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e Coronel Sandro, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja encaminhado a esta Casa projeto de lei que trate da recomposição inflacionária dos salários das carreiras da Educação, relativa às perdas acumuladas entre janeiro de 2015 e janeiro de 2020. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 19/2/2020, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Hely Tarquínio, presidente – Cássio Soares – Doorgal Andrada – Fernando Pacheco – Virgílio Guimarães.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/2/2020

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocet e Betão, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Andréia de Jesus. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocet, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos trabalhadores da rede Fhemig diante do processo de reestruturação da rede, a precarização dos hospitais e o movimento de greve dos seus trabalhadores. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Paulo Tadeu Ferreira Lott, gerente de Relações Institucionais da Companhia Energética de Minas Gerais (13/2/2020), e Luiz Flavio Nardy Mota, superintendente estadual de operações de Minas Gerais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (6/2/2020). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Alice Guelber Melo Lopes, diretora de Gestão de Pessoas da Fhemig, representando o Sr. Fábio Baccheretti Vitor, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, e Mônica Fernandes Abreu, integrante do coletivo Somos Todos Colônia; e os Srs. Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –, Cristiano Túlio Maciel Albuquerque, diretor de mobilização do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sinmed-MG –, representando o Sr. Fernando Luiz de Mendonça, presidente do Sinmed, Marcelino Jonas, diretor da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg –, e Leandro do Carmo Santana, superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, representando o Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde. A presidência tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Betão e à deputada Andreia de Jesus, co-autor e co-autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.525/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na negociação relacionada à greve dos profissionais da Fhemig, seja assegurado o pagamento integral dos dias parados, inclusive da ajuda de custo definida na Resolução Conjunta Fhemig/SES/Seplag/SEF nº 9.804/2018, e para que o estudo de viabilidade de reajuste salarial seja apresentado no prazo máximo de 30 dias;

nº 6.526/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para realização de concurso com vistas ao preenchimento de cargos vagos decorrentes de aposentadorias, de modo a recompor a perda de 30% do pessoal da instituição nas diversas especialidades, para manter o atendimento à população;

nº 6.527/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita ao Centro Psíquico da Adolescência e da Infância – Cepai –, no Município de Belo Horizonte, para averiguar as condições de funcionamento dessa instituição;

nº 6.528/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para se disponibilizarem recursos financeiros necessários à quitação dos valores inscritos em restos a pagar do ano de 2019, relativos aos contratos de fornecimento de material de consumo das unidades da Rede Fhemig, com vistas a evitar o seu desabastecimento e a descontinuidade dos serviços prestados à população;

nº 6.529/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão pelo não comparecimento e não envio de representante à 2ª reunião extraordinária da comissão, realizada em 18/2/2020, que debateu em audiência pública a situação dos trabalhadores da Rede Fhemig diante do processo de reestruturação da rede, a precarização dos hospitais e o movimento de greve dos seus trabalhadores;

nº 6.530/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos do fechamento da unidade de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcante, localizado na região noroeste de Belo Horizonte;

nº 6.531/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a fusão do Hospital Infantil João Paulo II com o Hospital João XXIII;

nº 6.532/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada visita ao Hospital Infantil João Paulo II e ao Hospital João XXIII, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as condições de funcionamento e a proposta de fusão das duas instituições;

nº 6.533/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhada ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão a correspondência recebida na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 18/2/2020, em que a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais solicita que a comissão integre a comissão de negociação composta por representantes da Fhemig, da Seplag e do Sindpros, encarregada de avaliar os dias parados durante a greve dos servidores da Fhemig;

nº 6.534/2020, da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Celinho Sintrocel, Betão e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado, à presidência da Fhemig e à Secretaria de Estado de Saúde as notas

taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a situação dos trabalhadores da Rede Fhemig diante do processo de reestruturação da rede, a precarização dos hospitais e o movimento de greve dos seus trabalhadores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Betão, presidente – Leninha – Elismar Prado.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 27/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 27/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 2/3/2020, às 9 horas, à Escola Estadual Nossa Senhora das Neves, em Ribeirão das Neves, com a finalidade de avaliar a infraestrutura de atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 987/2019

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria da deputada Ione Pinheiro, o Projeto de Lei nº 987/2019 declara patrimônio histórico, artístico e cultural de Minas Gerais a Estátua do Juquinha da Serra do Cipó.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Cultura. Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

O projeto vem agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, na forma do art. 188, combinado com o art. 102, XVII, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em epígrafe tem por objetivo reconhecer a importância cultural da escultura do Juquinha, ícone da Serra do Cipó, obra situada em um belo sítio natural, no Município de Santana do Riacho, a poucos metros da Rodovia MG-010, que liga a Capital ao Município de Rio Vermelho, passando por Conceição do Mato Dentro e Serro.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo para adequar a matéria no que se refere à constitucionalidade, juridicidade e legalidade, adotando a perspectiva, defendida por esta Comissão de Cultura, de que a ação legislativa mais pertinente para projetos dessa natureza é o reconhecimento do relevante interesse cultural de bens e expressões da cultura mineira.

A escultura objeto da proposição presta homenagem à memória de José Patrício, o Juquinha, andarilho e profundo conhecedor da região, cuja vida e morte estão revestidas de mistério e mito. A obra foi realizada pela escultora Virgínia Ferreira, de Conceição do Mato Dentro, formada na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

Juquinha costumava passear pelas trilhas da Serra do Cipó, que ainda não era tão conhecida como destino turístico. Segundo relatos, distribuía flores e gentilezas para os caminhantes e moradores da região. Com isso, se tornou uma espécie de guardião e ícone do lugar. Dizem, ainda, que não teria morrido, mas ficado encantado.

Os cétricos afirmam que Juquinha era portador de catalepsia, doença que afeta os movimentos do corpo. Em determinadas e raras condições, quem sofre da doença pode ter crises e, com os movimentos congelados, parecer que está morto. Entretanto, a despeito de quaisquer explicações racionais, o mito de Juquinha persiste.

A ideia da escultura partiu de prefeitos da região e foi executada poucos anos após o desaparecimento – não vamos falar em morte, para não desafiar o mistério que cerca o mito – de Juquinha. De acordo com Virgínia Ferreira, a escultora, para sua realização foram necessários dois caminhões de argila, enviados pelos executivos dos municípios do entorno, e foi usada forma de gesso constituída de 26 partes. A escultura foi inteiramente montada no local da instalação e a artista permaneceu por um ano na região para a execução da obra.

Pela importância cultural, artística, histórica da escultura e porque ela representa um marco do ideário popular, a Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais já solicitou o seu tombamento ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico de Minas Gerais – Iepha/MG –, o que, levado a efeito, terá o condão de proteger o bem cultural em questão. De acordo com os proponentes, a proteção garantirá que a escultura seja mantida em seu local atual e devidamente cuidada para que as futuras gerações tenham acesso a mais essa importante referência da mineiridade.

Do nosso ponto de vista, acatando o entendimento sempre salientado por esta comissão, reafirmamos que reconhecer a relevância cultural de um bem amplia sua legitimidade e reafirma seu significado social para além do âmbito a que ele está originalmente vinculado. Com o reconhecimento formal, a importância do bem é mais bem compreendida, seu prestígio aumenta, e os mineiros serão estimulados a considerá-lo um valor a ser defendido e preservado.

Conclusão

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 987/2019, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2020.

Bosco, presidente, Mauro Tramonte, relator – Professor Wendel Mesquita.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/2/2020

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde aos servidores desta Casa, aos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, aos colegas deputados aqui presentes! Sr. Presidente, mais uma vez eu subo a esta tribuna para tratar de interesses de Minas, especificamente interesses do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, como sempre tenho feito aqui, nesta Casa.

Sr. Presidente, nós passamos, agora em janeiro – Belo Horizonte passou e várias cidades em Minas –, pelas enchentes. Nós vimos a chuva atingir muitas e muitas famílias. Eu vi vários deputados subirem a esta tribuna para fazer falas importantes; esta Casa votando projetos importantes para tentar diminuir ou ao menos reparar algumas situações causadas pelas enchentes.

No Vale do Jequitinhonha também, deputado Cleitinho, em algumas cidades, as chuvas trouxeram alguns estragos. Mas é verdade que essa região vive, na maioria do tempo, dos dias do ano, sem chuva. Ou seja, lá é assim, na maioria dos dias não chove. O povo precisando de água para plantar, para beber; muitos ainda não têm o acesso; quantas e quantas famílias, quantas cidades inteiras não têm acesso digno à água. E, quando vem a chuva, muitas vezes leva embora o pouco que aquelas famílias construíram durante o ano. E não fica água. Por que não fica água? Pela falta de políticas públicas corretas para segurar essa água.

É triste, é uma contradição de felicidade e tristeza, deputado Cleitinho, a gente ver a chuva cair na nossa região. Felicidade porque passam o ano inteiro sem vê-la; tristeza porque veem aquela chuva cair e não ficar em barramentos, em pequenas barragens, em médias barragens, para dar assistência ao povo, aos agricultores familiares. Água, muitas vezes, para beber durante o ano.

Nesses dias de andança, em janeiro, nos finais de semana, como sempre faço agora, voltando ao trabalho aqui, nesta Casa, vindo de lá e retornando para lá, enfim, há poucos dias, eu passava pela BR-367 e, num trecho entre o trevo de Itamarandiba e Diamantina, o pneu do carro estourou. Eu postei as fotos – nesse dia eu estava indo em direção ao Vale do Jequitinhonha – com os dizeres: “Deputado que anda onde o povo anda passa pelos problemas que o povo passa”. Deputado que só anda de helicóptero, que só vai à região de avião, que só vai à região de quatro em quatro anos à procura de voto não vê os problemas que o povo enfrenta. É uma cidade asfaltada que foi tomada pelos buracos. E quem precisa ir à procura de saúde, principalmente ali, no Alto Jequitinhonha, que usa essa estrada, quem vai de Araçuaí, no Médio Jequitinhonha, muitas vezes porque necessita do CTI de Diamantina, tem que passar por essa triste realidade, que é o descaso com as nossas estradas. É descaso com tanta coisa, mas aqui eu quero frisar as estradas.

Agora, no final de semana que passou, visitei algumas cidades, dentre elas a nossa querida Medina. Visitei as cidades de Pavão e Almenara. Também me chamou a atenção as péssimas condições das estradas, especificamente aquela que vai até Almenara,

que é asfaltada: mais uma vez, a BR-367. Mesmo em local asfaltado, só há buracos, e também na estrada que vai até Pavão. E, se continuarmos até o entrocamento da BR-116, veremos o puro descaso. Ali nós temos um pedaço de terra, entre Joaíma e Fronteira dos Vales, 13km de estrada com obra paralisada, após o processo eleitoral. E, para chegar a Pavão, muitas vezes uma viagem que poderia demorar uma hora e meia, duas horas, você gasta quatro ou cinco horas.

Agora, imaginem o povo que mora lá e muitas vezes precisa sair de Pavão em direção a Águas Vermelhas para receber atendimento médico; que precisa sair para comprar ou vender algo; que precisa sair de Fronteira dos Vales, de Joaíma, de Jequitinhonha, de Pavão, de Águas Formosas, de Crisólita, de Bertópolis em busca de um tratamento de saúde, principalmente na região de Teófilo Otôni, que também é um polo dessa questão da saúde.

Passa ano e entra ano, passa governo e entra governo, passa promessa e entra promessa, e o povo não entende o porquê de tantos impostos, e as estradas em péssimas condições. Dessas todas, uma me chamou muito a atenção. Foi no final de semana passado, quando eu estava em minha andança pela região, um senhor, um caminhoneiro me mandou uma mensagem. Primeiro foi o Zim, caminhoneiro; depois foi o Alexandre; depois um morador, o Sr. Valdivino; depois o Graciano; e outros. Eu fui conhecendo essas pessoas pela internet. Durante a minha viagem, fui recebendo mensagem deles, falando assim: “Deputado, faça algo, pelo amor de Deus! A nossa MG-211 está uma vergonha”.

Como eu disse, deputado que anda onde o povo anda... Quando eles falam isso... Eu sei onde é: entre Setubinha e Capelinha. Eu disse: “Eu vou aí depois de amanhã”. Mas eles não acreditaram. Pensavam que eu estava brincando, que eu não estaria lá. E eu fui e fiz todo o trajeto daquela estrada.

É vergonhoso, é vergonhoso por onde as nossas crianças têm que passar para irem até a escola; por onde os nossos pacientes têm que passar para irem até uma hemodiálise, irem a um tratamento hospitalar; por onde professores têm que passar para lecionarem; por onde agricultores têm que passar para venderem os seus produtos nas feiras livres nas cidades. Isso é uma vergonha! Vai passando o ano e aquelas estradas nas mesmas condições. Quando não vem a chuva, poeira, poeira e poeira, ajudando a causar acidentes e doenças. Quando vem a chuva, lama, lama, lama e buracos, impedindo as pessoas de um direito básico: o direito de ir e vir.

Essas pessoas que moram nessas cidades... Servem para todas que falei, mas vou pegar de exemplo Setubinha e Capelinha. Por sinal, Capelinha é uma cidade que tem muita monocultura do eucalipto – há várias empresas atuando ali. Isso impede, inclusive, donos de madeireiras de levarem o seu produto até outras cidades, o que torna o produto mais caro. Setubinha é uma cidade com um dos menores IDHs deste Estado de Minas Gerais. É incrível, porque você vê um povo tão pobre na questão financeira e que compra os produtos mais caros. Se formos comparar o quilo de feijão lá e aqui, em Belo Horizonte, lá é mais caro. Se formos comparar o quilo de arroz lá e aqui, lá é mais caro. O leite lá é mais caro. Olha, o povo já sofre, já lhe é cortado o direito de ir e vir. Há dificuldade para chegar aos hospitais, dificuldade para chegar às escolas. Com se não bastasse, o produto para chegar aos supermercados passa por uma condição de logística, de estradas em péssimas condições, e chega mais caro. Isso é compreensível. Quem paga o pato? O povo. O povo, mais uma vez, comprando produtos pelos quais deveria pagar menos, por ter menos, mas paga mais.

Olhem para vocês verem como uma questão de logística de estrada dificulta a vida de todos. Eles, muitas vezes, esperam de nós, deputados, o papel de resolver o problema. O problema, é verdade, nós não podemos resolvê-lo. Mas, no mínimo, nós temos que estar do lado deles, de quem mais precisa, para lutarmos junto com eles. Estive em reunião com eles no meio da estrada. Ali me falaram de uma péssima condição na outra ponta da estrada. Falei com eles: “Vamos lá!”. Eles, mais uma vez, se assustaram: “O senhor está falando a verdade?”. Disse-lhes: “Vamos! Vim aqui para ver o problema”. Se as pessoas passarem os problemas por *e-mail*, como nós recebemos muitos, pela internet, pelo WhatsApp, fazendo uma ligação ou mesmo vindo aqui, na Assembleia Legislativa, por mais que tenhamos a sensibilidade com o problema que estão nos passando, ainda não vamos entendê-lo por completo porque não somos um deles no dia a dia. É isso que procuro fazer: aproximar-me o máximo possível.

Por isso, mesmo eles se assustando e achando que eu estava brincando, fui até Setubinha, na outra ponta. Eu estava numa ponta da estrada em Capelinha e fomos até Setubinha. Tenho certeza de que, quando alguns ouvirem o meu discurso aqui, vão falar: “Deputado, e a outra estrada que, por exemplo, liga Araçuaí a Novo Cruzeiro?”. É uma estrada histórica que já teve linha férrea. “E a que liga Pedra Azul a Almenara, passando por várias comunidades onde o povo também precisa de atendimento em educação e saúde, para trabalhar, para ir e vir e vender os seus produtos?”

Ou seja, são muitas e muitas em que o caminho, não é de hoje, há anos, é o descaso.

Venho aqui para ser a voz daqueles que lá se reuniram comigo, de todos esses lugares. Trago especificamente aqui a mensagem daqueles que estão lutando neste momento pela MG-211. Sábado passado, eles fizeram uma belíssima e pacífica manifestação lá naquela estrada, cobrando das autoridades atuação mais firme. Nós faremos aqui, nesta Casa, uma audiência pública para debater, como temos feito com várias outras estradas. No mínimo, nós queremos respostas.

É triste, Sr. Presidente, quando nós vamos ao DER levar essas propostas. Muitas vezes vejo a diretoria do DER virar para mim – estive lá há poucos dias – e dizer: “Não, isso não é bem desse jeito. Não, isso não é assim, isso não é assim”. Eu falo: “Olha, eu não trago fotos, eu não trago vídeos, está aqui, mas eu não vou lhes mostrar, eu trago a minha experiência. Eu trago a minha história de andar lá onde o povo passa”. Como eu costumo dizer e procuro fazer com muita felicidade, a minha semana sempre é um pé aqui, no Parlamento, um pé na estrada, onde os problemas acontecem, onde o povo vive no dia a dia.

Por isso, fica aqui, aos meus companheiros de luta que estão lutando por melhorias nessas estradas e por dignidade, não somente a minha solidariedade, mas efetivamente a minha luta. Meu muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado – Presidente, deputados e deputadas, pessoas que nos acompanham também em casa, quero falar aqui de um assunto de grande interesse para toda a sociedade, que é segurança pública. Quero destacar a nossa querida TV Vitoriosa e o programa *Chumbo Grosso*. É uma afiliada do SBT. É líder de audiência nas manhãs de Uberlândia e da região, sob o comando e apresentação do competentíssimo André Silva, o Potim. André Silva, estamos aqui, no Plenário da Assembleia. Sabemos que foi de grande interesse essa pauta aqui, o projeto que foi votado e aprovado, que previa o reajuste de 41% no salário dos servidores da área de segurança pública. A TV Vitoriosa, através do programa *Chumbo Grosso*, acompanhou isso atentamente, porque, além de levar informação, utilidade pública, projetos e ações de promoção social, o programa *Chumbo Grosso* cobre, de maneira especial, as pautas na área da segurança pública.

Por isso, quero mandar meus cumprimentos a esse brilhante apresentador, André Silva, o Potim. Quero dizer que aprovamos aqui os 41% de reajuste aos servidores da segurança pública, em 1º turno. O projeto agora irá para a segunda votação, que ocorrerá na manhã desta quarta-feira, e contempla não só nossa gloriosa Polícia Militar, como também a Polícia Civil, os agentes penitenciários, a Defensoria Pública, enfim, todos esses servidores que precisam, sim, cada vez mais, de melhores condições de trabalho para que a gente possa enfrentar a escalada da violência, da criminalidade, que é tão revoltante em nosso país e no nosso Estado de Minas Gerais.

Então, André Silva, o Potim, um abraço a todos da equipe da TV Vitoriosa, de enorme audiência nas manhãs de Uberlândia e de toda a nossa grande região ali do Triângulo Mineiro. Vocês acompanharam, de perto, a aprovação desse projeto fundamental para todos.

E quero aqui cobrar do governador Romeu Zema que envie a esta Casa também projetos no sentido de conceder reajuste a outras categorias. Quero destacar, dentre elas, a da educação. Temos atrasos no pagamento do 13º salário, o não cumprimento da lei do piso salarial nacional da educação, de uma categoria que amarga realmente péssimas condições de trabalho e que precisa ser valorizada e tratada com dignidade.

Eu, bem como o deputado federal Weliton Prado, que passou por esta Casa por dois mandatos consecutivos, tenho um compromisso público, inclusive registrado em cartório, de apoiar a luta de todos os servidores públicos do Estado. E todos os projetos que chegarem a esta Casa no sentido de melhorar as condições de trabalho e de renda dos servidores, seja de qual categoria for, terão o nosso total apoio.

Apoiamos, votamos favoravelmente ao projeto que reajustou o salário dos servidores da segurança pública porque, de fato, eles merecem, é legítimo. Eles contam e sempre contaram com nosso total apoio em todas as lutas, em todas as pautas, em todas as agendas desta Casa quando o assunto era segurança pública. Quantas e quantas vezes o deputado Weliton Prado participou, de maneira combatente, das manifestações em defesa de melhores condições de trabalho para os policiais civis e militares, para os agentes, para os defensores públicos, enfim... Por outro lado, também sempre acompanhamos a dura luta dos nossos servidores da educação.

Então, esperamos, governador Romeu Zema, aguardamos ansiosamente aqui e vamos continuar cobrando. Nossa intenção é que tramite já, nesta Casa, conjuntamente a esta matéria de reajuste, um reajuste que dê dignidade aos nossos servidores da educação, aos nossos professores, enfim, a todos que trabalham nessa área.

Eu quero aqui novamente retomar o que eu disse no início ao meu amigo André Silva, o Potim, esse grande apresentador de televisão que comanda, nas manhãs de Uberlândia e da região, o programa *Chumbo Grosso*, líder de audiência em toda aquela região, e que acompanha de perto todos os assuntos relacionados à segurança pública. Eles estão atentos, de olho no trabalho e no voto dos deputados desta Casa com relação a essa matéria que tramitou aqui, hoje. Aprovamos, em 1º turno, o reajuste de 41%, merecido, de todos os servidores da segurança pública e agora acompanharemos e votaremos, em 2º turno, para encerrar com uma grande vitória e para, de fato, conceder essa tão justa valorização aos nossos servidores da segurança pública.

Lembramos que a gente aguarda que as demais carreiras de servidores públicos do Estado de Minas Gerais tenham também valorização, que sejam tratadas com dignidade e com respeito.

Tivemos aqui, hoje, os servidores da educação, que vieram reivindicar, de maneira legítima, assim como os da segurança pública. E a gente não pode admitir jamais a divisão e o enfrentamento entre os servidores. É preciso que haja uma unidade, que todos possam se apoiar, porque, afinal de contas, a sociedade precisa muito de uma polícia bem aparelhada, com boas condições de trabalho para enfrentar a criminalidade e a violência. As pessoas estão estarecidas com toda razão, revoltadas, e eles precisam ter todas as condições para fazer um bom trabalho. Bem como a outra área extremamente estratégica e importante que é a educação, que forma todas as outras – todos nós, políticos, policiais, engenheiros, médicos; todos nós precisamos dos nossos professores e fomos formados pelos nossos professores. Eles merecem e precisam ser tratados com mais dignidade.

Esperamos do governador Romeu Zema que ele envie a esta Casa um projeto que valorize, que dignifique todos os trabalhadores da educação de Minas Gerais. Estão aguardando, ansiosamente, que possam ser recebidos de forma democrática, que suas reivindicações sejam acatadas, porque, para a educação, tem de se ter uma visão estratégica. Sempre digo aqui que a educação forma cidadãos críticos, conscientes e exigentes dos seus direitos, e todas as outras áreas dependem necessariamente dela. Então, esperamos que o governador Romeu Zema tenha a sensibilidade também com os nossos queridos professores, professoras, bem como com todos os trabalhadores da educação, mas, por hora, comemoramos aqui a aprovação desse projeto, que concedeu 41% de reajuste aos trabalhadores da segurança pública.

Aproveitamos aqui para também levar esse recado para a nossa maravilhosa TV Vitoriosa, filiada ao SBT, para o programa *Chumbo Grosso*, essa esmagadora audiência nas nossas manhãs do Triângulo, Alto Paranaíba, enfim, sob o comando do nosso grande apresentador André Silva, o Potim.

Obrigado. Fiquem com Deus.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde, Bruno! Boa tarde, toda a população presente, servidores desta Casa, imprensa!

Tomei a liberdade de subir a esta tribuna aqui, hoje, para dizer que, na minha cidade, Divinópolis, viabilizamos um recurso de R\$1.500.000,00 para a compra de uma usina de asfalto. Esse recurso veio do senador Carlos Viana, a quem quero aqui já agradecer. Mas, lá na minha cidade, o prefeito não aceitou esse recurso para a usina de asfalto dizendo que a cidade não tem como fazer a manutenção dela. Então, ficamos triste com essa situação. Lá na minha cidade literalmente estão me boicotando. Está vindo esta questão da eleição agora, e há a possibilidade eu vir pré-candidato a prefeito ou apoiar alguma chapa. Com isso, são ataques o dia inteiro. Todos os dias me atacando e falando mal da minha pessoa, não aceitando os recursos que estou mandando para a cidade. É uma vergonha uma situação dessa, porque, fico pensando, o recurso não é para o prefeito, é para a cidade. O prefeito está de passagem, assim como eu também estou. Não ficamos a vida inteira na política. Então, o recurso que estou mandando é literalmente para a cidade. Não tem nada a ver com o prefeito.

Um dos maiores gargalos que temos na nossa cidade de Divinópolis hoje – e acho que muitos municípios têm esse problema – é a questão dos buracos. Na minha cidade, 90% do asfalto está comprometido. Então, o tapa-buraco é enxugar gelo. Você vai lá e tapa buraco, passa um mês ou não passam nem 15 dias e esses buracos já estão todos na rua.

Então, esse recurso que mandamos para a usina de asfalto... Ele até fez uma coletiva de imprensa hoje dizendo que em nenhum município de Minas Gerais existe usina de asfalto. Já está comprovado que em Juiz de Fora já existe essa usina de asfalto, que resolveu quase todos os problemas da cidade. Então, é pura pirraça. É uma vergonha uma situação acontecer na minha cidade.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Cleitinho, parabéns por seu trabalho!

Só queria ressaltar que você trouxe um tema importante da usina de asfalto. Algumas cidades do Vale do Jequitinhonha têm essa usina de asfalto, como Itaobim, Araçuaí, mas um fato chamou muito a atenção há poucos dias. Em Almenara foi adquirida a usina de asfalto há um ano, dois anos. O prefeito vem realmente fazendo um belíssimo trabalho, asfaltando muitas ruas. Hoje acabei de ver um áudio de um senhor que disse que há mais de 30 anos passa prefeito, entra prefeito... E pasmem, há poucos dias, durante a noite, os trabalhadores pararam de trabalhar para retornar no outro dia, pessoas danificaram essas máquinas jogando até terra no tanque de combustível.

Mas, para a nossa alegria, o prefeito Ademir Gobira deu a volta por cima, e com três, cinco dias após o fato, as máquinas estavam de volta, fazendo um trabalho belíssimo a um custo barato, porque sai bem mais barato fazer isso. Parabéns! Eu acho que a população merece isso, principalmente nessa época de chuva, que vem e estraga, e a usina de asfalto vem e conserta de maneira muito rápida. E nós fomos surpreendidos com isso em Almenara. Não sei de onde veio isso, não quero fazer julgamentos, mas seja quem for que tentou atrapalhar o trabalho, a resposta foi dada com mais trabalho ainda.

O deputado Cleitinho Azevedo* – É isso aí, Jean. A verdade sempre vai prevalecer, pode ter certeza disso. E não vim aqui para atacar o prefeito nem para brigar. Estive lá na prefeitura para tratar dessa situação. A gente entrou na prefeitura para falar sobre a questão da usina de asfalto, desse recurso que o Carlos Viana destinou para a nossa cidade, R\$1.500.000,00 para a compra da usina de asfalto. Assim que a gente entrou na prefeitura, há uns 20 dias, a gente assentou à mesa com o prefeito, e ele pediu para não filmar, mas uma parte a gente filmou. Eu vou até colocar esse pronunciamento na rede social e queria que mostrassem. Vocês viram aí, ele mesmo fala que não aceita a usina de asfalto. Então, a usina de asfalto não está indo para Divinópolis porque o prefeito não quer; o prefeito não quer a usina de asfalto.

Então, o que aconteceu? Para a gente não perder esses R\$1.500.000,00, como ele mesmo disse que não queria a usina de asfalto, tinha um diretor da Secretaria de Obras, o Rodrigo, que perguntou: “Cleitinho, você se importaria, já que o prefeito não quer – isso foi dentro da reunião, com ele, com o prefeito –, para a gente não perder R\$1.500.000,00, de destinar esses R\$1.500.000,00 para maquinário, para patrôla, para caminhão-pipa?”. Eu falei: “Sem problema”. Eu, como divinopolitano, não quero perder

R\$1.500.000,00. A gente custa a conseguir um recurso para a cidade, e a gente vai perder? Então, pensei na cidade. Pensando na cidade, pensei: vamos tentar conversar com o Carlos Viana, para ele trocar o convênio, passar para o maquinário. Então, a assessoria do Carlos Viana deixou bem claro para a gente que, para poder fazer essa troca para maquinário, a prefeitura precisaria assinar o convênio. E a prefeitura não quer assinar. Hoje ele fez uma coletiva de imprensa dizendo que não vai assinar. Então, isso mostra que está querendo é me boicotar. Não está pensando na cidade.

Eu penso o seguinte, população de Divinópolis: se a gente entra na política como eu entrei, como o prefeito entra para ser candidato, a gente entra para ajudar a cidade. O intuito final é ajudar a cidade. Então, vocês precisam entender que qualquer recurso que eu mandar para Divinópolis até o final deste ano, quem vai executar esse recurso será o prefeito. Eu não tenho o poder de executar, eu tenho como trazer a solução. Mas até quem executa a solução é o prefeito da cidade hoje. Então, por mais que eu traga a solução, quem tem o poder de executar a solução é ele. Eu trouxe o recurso, mas ele não quer a usina de asfalto. Ele deixou isto bem claro: não quer a usina de asfalto. E ainda falou – ele está incorreto no que ele disse – que em Minas Gerais não tem. O Jean acabou de falar que em Minas Gerais existem várias cidades com usina de asfalto e que elas funcionam.

Então, isso mostra que é pirraça, que é porque está vindo a campanha política agora e tem essa situação minha de ser pré-candidato a prefeito ou apoiar alguma chapa, e, aí, estão me boicotando. Na cidade, colocam todos para falar mal de mim, colocam secretário para falar mal de mim. Estão me boicotando! Às pessoas de bem da cidade de Divinópolis, que querem reconstruir a cidade, às pessoas que querem resgatar a autoestima da cidade eu peço para ficarem do meu lado, para se unirem comigo, porque essa nuvem negra vai passar, essa nuvem negra, em outubro, vai passar. Fazem de tudo para me boicotar, só que eu não vou desistir. É a cidade onde nasci, as pessoas que votaram em mim, os 61 mil votos que eu obtive em Divinópolis foram para eu resolver o problema.

Eu acabei de destinar R\$4.000.000,00 para a saúde, R\$2.000.000,00 para cirurgias eletivas mais R\$2.000.000,00 para medicamentos, porque quando você chega à farmacinha não tem medicamento. Estou pensando na saúde. Destinei recurso para a educação, e comecei agora a destinar recurso para a infraestrutura. E ele não quer R\$1.500.000,00 da usina de asfalto.

Então, estou comprovando para vocês aqui, foi a fala dele de que não quer a usina de asfalto. Está tendo é boicote político mesmo. Eu estou pensando na cidade. Neste ano ainda, se eu puder destinar, não vou pagar o mal com o mal. Vou pagar o mal é com o bem. Então, se eu tiver mais recurso para destinar para a minha cidade de Divinópolis, vou destinar, porque não adianta eu rodar Minas Gerais inteira igual estou rodando e não cuidar da minha casa. Eu tenho que cuidar da minha casa.

Agora, tem que parar com isso, isso é coisa baixa, isso é nível baixo, ficar colocando *fake news* para falar mal de mim, e colocando secretário.

O secretário teve a coragem de falar que eu estou fazendo politicagem. Mas, na Secretaria de Esporte dele, Jean, da qual ele toma conta, a receita é de quase R\$1.000.000,00, a folha de pagamento é de R\$900.000,00. Está cheio de cargo comissionado na secretaria dele, cargo de vereador. Ele quer acabar com a politicagem de Divinópolis, como falou, mas ele não acaba com a politicagem dentro da casa dele, que é a Secretaria de Esporte, que está cheia de cargo comissionado de vereador.

Eu vou lá na secretaria e mostrar cada cargo comissionado e falar de qual governador que é. Sabem por quê? Porque quem não deve não teme. Então, não tem que temer nada, não. Eu entrei na política de cabeça erguida. A população de Divinópolis votou em mim porque acredita em mim. Então, pessoas de bem, que votaram em mim para deputado, que querem que eu resolva o problema da cidade, fiquem do meu lado.

Como eu falei para vocês, a nuvem negra vai passar. Podem ter certeza disso. Em outubro a nuvem negra vai passar. E eu não vou desistir da minha cidade. Eu não vou desistir dela. Eu sendo pré-candidato a prefeito, apoiando uma chapa, não vou desistir da minha cidade. Eu vou resgatar a autoestima da minha cidade. Vou resgatar a autoestima do povo de Divinópolis, que anda cabisbaixo, só falando mal da cidade. O que eu puder fazer para ajudar a minha cidade eu vou fazer. Ele sendo prefeito ou não, até dezembro, o que eu puder fazer pela minha cidade eu vou fazer. E sendo boicotado ou não.

Eu estou aqui, recebo muito bem – e em dia – para trabalhar para vocês. Então, eu não vou jogar o jogo sujo que eles estão jogando, não. Eu não vou descer meu nível por causa deles, não. Se eles querem continuar me atacando, que me ataquem. Enquanto eles vão pagando com o mal, eu vou pagando com o bem.

Eu queria alertar a população de Divinópolis que até outubro vão fazer isso comigo, vão me boicotar. Eu vou mandar recurso, eles não vão querer recurso. Eles vão colocar gente para falar mal de mim, mas Deus está na frente, e vocês também estão na frente. Conto com o apoio das pessoas de bem de Divinópolis.

Querida falar de outra situação. Eu vi até uma matéria de que pode acontecer mais um rompimento de barragem aqui, em Minas Gerais. Eu queria chamar a atenção das mineradoras. A gente até está propondo essa questão, reivindicando isso. Vários deputados estão falando sobre a questão de reduzir o ICMS. Não dá para zerar o ICMS, não. Isso é utopia, é sonho. Quem dera se pudesse fazer isso. Mas reduzir um pouco pode. O que o governador vai alegar? Ele não pode rejeitar, neste momento, que o Estado está quebrado, deixar de receber imposto, no caso receita. A receita não pode diminuir. O que ele tem que fazer? Como é que ele troca um imposto por outro? Taca imposto nas mineradoras! Soca imposto nelas! Elas exploram essa Minas Gerais inteira, acabam com a cidade e saem rindo da cara da gente. Troca um pouco. Tira um pouquinho do ICMS para a gasolina baixar e joga imposto nas mineradoras. Joga para elas pagarem. Elas estão explorando Minas Gerais, explorando as cidades todas aqui, acabando com a cidade? Põe elas para pagar mais impostos. Elas podem pagar mais imposto. Elas têm como pagar, têm a obrigação de pagar mais imposto. Então, tem jeito de fazer, sim. Tira de um e coloca no outro. Coloca nas mineradoras. O que não pode é, em cada cidade, a cada dia, a população ter que sair de casa. Isso tem que acabar aqui.

Então, tem como, sim. É só usar a cabeça um pouquinho. A gente não está aqui só para criticar, só para cobrar, só para reivindicar. A gente está aqui para trazer uma solução também. Eu acho que as mineradoras podem pagar mais, até porque, se elas quiserem sair daqui, elas não vão ter outro lugar para explorar. Elas vão ter que explorar aqui. Coloca para cobrar mais delas aí.

Então, antes de a gente falar que a gente está só questionando, só reivindicando, só cobrando, vamos trazer a solução. Então, governador, dê uma solução. Tira um pouquinho desse ICMS. Não precisa reduzir zerado, não, mas coloca nas mineradoras. A cada dia, há uma notícia de mineradora, que a cidade está precisando evacuar a população porque pode romper a qualquer momento a barragem. Então, coloca para pagar mais caro. Já que elas não podem sair daqui, elas vão continuar explorando, então coloca para elas pagarem um imposto mais caro. É assim que tem que fazer. O que não pode é gasolina de R\$5,00.

De qualquer aumento que vier aqui para professor, para a classe da segurança pública, eu vou votar a favor. No dia em que eu vir um salário de político atrasado, no dia em que eu vir acabarem com o auxílio-moradia, acabarem com auxílio-paletó, acabarem com privilégios, aí, tudo bem. Mas até lá... Porque o mundo pode acabar. O Brasil pode acabar, pode quebrar, mas, na classe política, não mexem. Nos três Poderes não mexem. Então, quando vier projeto aqui para aumentar salário de professor, eu vou votar com prazer. Quando for para aumentar salário da segurança pública, da saúde, eu vou votar com prazer. Eles também têm direito. Todo mundo aqui é igual. Por que só na classe política que não pode mexer? Só nos três Poderes não pode mexer? O País não está quebrado? “Ah, não, mas não pode aumentar o da segurança pública, não, porque o País está quebrado.” Mas a mamata continua a mesma. Houve aqui projeto para aumentar jetom para secretário. Por que não pode aumentar para a segurança pública? Por que não pode aumentar para professor?

Agora a gente tem que brigar, os 77 deputados, é para aumentar o salário dos professores também. Eu voto com prazer para aumentar o salário do professor. Eu voto com prazer para aumentar o salário da segurança pública, para os servidores públicos. A gente tem que valorizar o servidor de carreira. É isso que a gente tem que fazer. Então, não adianta... Política gosta de fazer terrorismo. A verdade é essa.

“Não, mas não pode, não, porque o Estado está quebrado”. Está quebrado nada, gente! Está quebrado nada, não. Tem gente no Judiciário que ganha R\$500.000,00 por mês. O que é que tem aumentar o salário de um policial? Tem gente aí – promotor – que ganha quase R1.000.000,00 por mês, juiz que ganha quase R\$1.000.000,00 por mês. Por que não pode aumentar o do professor?

Se vier um projeto aqui para aumentar salário de deputado, será aprovado no outro dia. Por que não pode aumentar o salário do professor, do servidor da segurança pública? Eu estou aqui é para representar todas as classes e ser justo. O que aprendi na política é não ter ideologia, nem de esquerda nem de direita, é vir um projeto aqui, e eu entender esse projeto. Se eu entender que é justo, é justo.

E outra coisa: o da segurança pública não é aumento. Não é aumento. Todo mundo sabe que não é aumento. Então, vamos usar a justiça. É isso que estamos fazendo. Então, tenho o maior prazer. Sempre que houver algum projeto de aumento, aqui, para a polícia, para professor, contem comigo. Nós temos de parar com discurso e ir para a prática. Chegando a época de campanha, é terno e gravata e, na frente da televisão: “Eu vou valorizar segurança, saúde e educação”. Mas chega na hora de valorizar segurança, saúde e educação, ninguém valoriza! O discurso tem que vir para a prática. É o que estamos fazendo aqui, agora.

Então, espero que todos os deputados fiquem a favor. Haverá o 2º turno para votar, e que todos votem a favor do aumento, sim. Vamos aumentar o salário da segurança pública, vamos aumentar o do professor, vamos aumentar o do trabalhador, porque nós somos representantes do povo, somos empregados do povo e estamos aqui para trabalhar para a população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, Sra. Presidente, deputada Celise Laviola.

Cumprimento os nobres colegas e os telespectadores da TV Assembleia. Eu venho aqui levantar, ou melhor, venho aqui manifestar uma discussão que já está bastante desenvolvida por vários deputados federais e estaduais, senadores, que é a questão do nosso Lago de Furnas. Há cerca de dois anos e meio, houve uma reunião da Ameg – não me lembro se foi da Ameg ou da Alago, que é a Associação dos Municípios do Lago de Furnas –, na cidade de Capitólio, no Clube Escarpas. Eu, na época, levantei este assunto: que estávamos perdendo nossas águas e estava faltando mobilização. Até confesso que fiquei um pouco constrangido porque não percebi que nossa fala naquele dia tivesse dado eco, alguma repercussão. Então, achei que eu estivesse pregando no deserto. Mas não é que as coisas começaram ali a brotar, essa insatisfação? E hoje podemos falar que há envolvimento político de senadores – do nosso senador Antonio Anastasia, do senador Rodrigo Pacheco e acredito que do Carlos Viana, nosso senador também – e de vários deputados federais e estaduais, que são muitos. Então, agora, vemos que o movimento se fortaleceu muito – logicamente que, além de prefeitos e vereadores, que estão bastante engajados, há o empresariado e toda a sociedade.

O que está acontecendo no Lago de Furnas, realmente, no nosso entendimento, é uma ação criminosa contra o povo mineiro, no Lago de Furnas e no Lago do Peixoto, que atinge principalmente Delfinópolis e a cidade de Cássia. Antes, na época, quando eu fiz essa discussão, a gente passava por quatro ou cinco anos de muita pouca chuva. Aí falavam que o lago não estava sendo alimentado durante a época das chuvas e por isso estava cada dia diminuindo mais seu espelho d’água. Mas agora, não. No ano passado, choveu bem. E nós percebemos a mesma coisa: continuou baixo da mesma forma o nosso espelho d’água em Furnas. E, este ano então... Nem faz sentido! Neste ano, o que choveu e está chovendo nas bacias de todos os rios, mas principalmente na Bacia do Rio Grande, e antes, no Rio Verde e também no Rio Sapucaí, que são os maiores afluentes e se tornam depois o Rio Grande... Eu nunca vi um ano em que chovesse tanto, em quantidade e em tempo também, porque começou a chover em agosto, setembro e não parou mais – chuvas de 100mm, 150mm em um, dois dias.

São coisas assim que nós não imaginávamos nunca. Imaginávamos que, se chovesse tanto assim, o nosso lago ia bater o espelho d’água na cota máxima. E não é o que aconteceu; o nosso lago continua muito baixo. Inclusive passei lá no domingo à tarde e ainda vi que pouco se recuperou o espelho d’água. Então podem ter certeza de que estão soltando as nossas águas para o Estado de

São Paulo. Não somos contra o Estado de São Paulo, mas nós somos parceiros e defensores do povo mineiro, dos nossos Lagos de Furnas e de Peixoto.

Eu espero que, com essa mobilização, nós consigamos dar um freio nessa soltura de tanta água, deixando o nosso turismo pagando uma conta que ele não deve. Hoje o nosso turismo poderia estar muito mais avançado; o nosso setor agropecuário, através da irrigação, poderia ter muito mais investimento; a beleza dos lagos, a valorização dos imóveis não precisaria estar no ponto que está pela falta de água. Agora, no dia 4, estaremos em Brasília numa audiência que solicitamos junto ao senador Antonio Anastasia, a pedido, inclusive, dos vereadores da região de São José da Barra, presidida pelo Luiz Carlos, pelo pessoal da Nascentes das Gerais e também pelo pessoal de Cássia, onde há o vereador Priminho, o presidente, que está bastante à frente, com o Ricardo Graia e vários vereadores, cobrando essas ações para que nós consigamos avançar e segurar as águas do Lago de Furnas. Então, no dia 4, através do senador Antonio Anastasia, estaremos lá na ONS, para cobrar ação. E também haverá audiência pública – parece que haverá uma em Brasília também – em São José da Barra, se não me engano, no dia 7, e depois, no dia 13, lá na cidade de Cássia. Agora é água mole em pedra dura, porque há muita água que está indo embora. Então nós queremos segurar essa água. E água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós vamos cobrar, cobrar, cobrar até que possamos voltar a ver o Mar de Minas no topo, bonito, atraindo turista, atraindo investimento no agronegócio, valorizando as pousadas, os ranchos, os municípios.

Enfim, o nosso lago é uma riqueza, mas nós não podemos deixar que ele fique abandonado dessa forma como está. Conte conosco! Vamos continuar na nossa luta em defesa do Lago de Furnas e do Lago do Peixoto. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, presidente. Quero aqui agradecer a gentileza do deputado Fernando Pacheco por ter cedido a oportunidade de falar hoje. Todos nós, eu e outros deputados principalmente, estamos envolvidos, desde a semana passada, na questão da recomposição salarial dos servidores da segurança pública. Devido a esse envolvimento, eu ainda não tive a oportunidade de trazer a esta tribuna um assunto que está me incomodando desde sexta-feira, dia 7 de fevereiro. Só que aqui nesta Casa nós temos prioridades; eu tenho o compromisso de trabalhar pela recomposição salarial dos servidores da segurança pública, e diferentemente do Felipe Neto, o meu trabalho não é imitar foga no YouTube. Então eu tenho que trabalhar por esses servidores.

Eu gostaria de trazer à tona, Sra. Presidente, algo que me surpreendeu no dia 7 de fevereiro, quando o Sr. Felipe Neto postou no Twitter: (– Lê:) “Atenção! Policial militar que trabalha com deputado do PSL é um dos responsáveis pela viralização do vídeo falso e manipulado que diz que eu falo sobre sexo para crianças. Já estamos tomando as medidas judiciais cabíveis. Por favor, espalhem essa notícia”. Aí eu fiz questão de ir atrás da notícia e entender do que se tratava. A notícia foi publicada pelo jornalista Guilherme Amado, da revista *Época*. (– Lê:) “Policial lotado em gabinete do deputado do PSL foi o primeiro a disparar vídeo *fake* de Felipe Neto.

Um policial que trabalha no gabinete do deputado estadual de Minas Gerais Bruno Engler, do PSL, foi o primeiro a publicar um vídeo com informações falsas sobre o *youtuber* Felipe Neto. O vídeo viralizou hoje em diferentes redes sociais. A montagem mostra imagens de crianças, enquanto exibe trechos de vídeos antigos de Neto falando sobre sexo, que são editados para aparecer que ele está falando para crianças.

Segundo a equipe do *youtuber*, a montagem foi compartilhada pela primeira vez por Victor Marques, cabo da Polícia Militar em Minas, que recebe R\$10.600,00 por seu cargo no gabinete de Engler. A equipe do deputado confirmou que Marques está lotado no gabinete. Felipe Neto diz que os vídeos usados na montagem são antigos, que parte foi removida ou que o acesso hoje só é permitido para usuários com mais de 18 anos. Abre aspas: ‘A milícia digital cortou os trechos e montou com uma parte mais recente, quando eu já me preocupava com conteúdo para crianças e falei em um vídeo: ‘se você quiser assistir, veja com os seus pais’, em que eu falava sobre um assunto que nada tinha a ver com sexo’, disse o *youtuber* à coluna. ‘O responsável pela criação do vídeo falso cortou esse trecho e botou no início para dar a entender que eu falei aquele conteúdo impróprio para crianças verem com os

responsáveis. As partes sexuais demonstradas no material são veiculadas em trechos antigos, na época em que eu ainda fazia piada com palavrões e conteúdo erótico, como é absolutamente comum no humor direcionado para o público mais velho em *stand-ups* e em outros canais do YouTube. Foi um período em que eu não dialogava com o público infantil de maneira alguma.’ Segundo Neto, sua equipe jurídica tomará as medidas cabíveis para tirar o material do ar e obter reparação pelos danos causados.”

Pois bem, o vídeo foi postado no dia 5 de fevereiro, pelo meu assessor, com a seguinte legenda: “Deixe o seu filho assistir Felipe Neto” – obviamente, de maneira irônica. E eu trago aqui a transcrição do que diz o vídeo editado, parte dela: “Olá. Eu não sou muito de falar de sexo aqui no canal, mas hoje vou abrir uma exceção. Então, se você é criança ainda, porque eu sei que muitas crianças me assistem, o ideal é que você não assista esse vídeo ou assista com o seu papai ou mamãe, tá bom? Eu sei que você não vai fazer isso, mas eu preciso avisar”.

A começar, essa matéria, que não é matéria, é assessoria de imprensa – tanto me criticam por ter uma jornalista como assessora de imprensa, agora ela não faz assessoria de imprensa no jornal em que ela trabalha, ela faz no meu gabinete. Isso aqui é assessoria de imprensa, isso aqui não é jornalismo, isso aqui é passar recado. A própria reportagem que acusa o meu assessor de *fake news* pratica *fake news*. Em primeiro lugar, Victor Marques não é responsável pela produção desse vídeo, ele é o pai de um menino de 2 anos que viu o vídeo e, consternado, compartilhou para que outros pais tomassem ciência do mesmo.

E aqui o *youtuber* Felipe Neto diz que o vídeo é editado de maneira maldosa para dar a entender que ele falou uma coisa que ele não falou. Mentira! O vídeo editado tem conteúdo de dois vídeos em separado. A parte em que ele fala com as crianças que elas não podem ver, mais que sabe que não vão obedecer, e a parte em que ele fala de sexo oral, de penetração, de conteúdo sexual explícito estão exatamente no mesmo vídeo. Eu fiz questão de separar aqui o nome do vídeo e a data em que ele foi publicado no Facebook. Vídeo com o título: “Qual o tempo médio de uma relação sexual?”, publicado em 8/10/2016.

Tendo ciência da matéria acusatória e somente depois de ver o meu assessor ser atribuído falsamente como produtor de vídeo e o meu pessoal ser chamado de milícia digital, eu publiquei o vídeo editado nas minhas redes sociais com a seguinte legenda. Vejam bem, senhoras e senhores. A revista *Época* está acusando o meu assessor de promover *fake news* contra Felipe Neto por causa desse vídeo. Assista ao vídeo completo e tirem suas próprias conclusões. E fiz questão de colocar o *link* do YouTube para o vídeo original do Felipe Neto, para que as pessoas e principalmente os pais pudessem assistir ao vídeo completo, tomar conhecimento da situação e tirar as suas próprias conclusões. É exatamente o que eu falo no meu Twitter.

Em resposta a esse Twitter, o Sr. Felipe Neto, um tanto quanto alterado, diz: “Mais um que será processado”. Ao qual eu respondo: pode processar. Criticá-lo ainda não é crime. “Critique com verdades, Sr. Canalha, vagabundo”, responde ele. E eu pergunto: cadê a mentira ou não é você no vídeo?

E ele diz: “Além de mentiroso e vagabundo, é burro. Entendemos porque você está no PSL. Aguarde”.

Só que não só o meu assessor não editou o vídeo, como ele não produziu *fake news*, e eu também não produzi *fake news*. *Fake news* é quando você posta uma mentira, algo que dá a entender algo errado. Eu publiquei um vídeo editado e deixei o *link* para o vídeo na íntegra, para que as pessoas tirem as suas próprias conclusões. Quem produziu *fake news* foi o Sr. Guilherme Amado, com essa matéria mentirosa, e o Sr. Felipe Neto, nas suas declarações, que diz que o início do vídeo, onde ele fala para crianças, nada tem a ver com o conteúdo do mesmo. Porque nós temos o vídeo original completo, e temos como provar que o conteúdo está no mesmo vídeo, onde ele fala para o seu público infantil, para crianças, e onde ele tem uma fala de conteúdo sexual explícito, completamente inapropriado para crianças.

E ontem eu fui surpreendido com uma liminar da Justiça do Rio de Janeiro, que afirma que eu tenho que retirar o vídeo do ar, eu e o meu assessor temos que retirar o vídeo do ar. O Felipe Neto nos processou, pede uma reparação de R\$50.000,00 para cada, e agora há uma liminar para a retirada do vídeo do ar. Olhe, não há problema, a gente cumpre a liminar, mas nós vamos interpor um agravo de instrumento para reverter a liminar, e assim que a liminar for revertida, vou fazer questão de postar novamente o vídeo

editado e o vídeo completo, porque isto aqui não é *fake news*. Isto aqui é uma tentativa de intimidação dos meus assessores e do meu mandato.

A gente vê essa esquerda progressista canalha tentando impor, no nosso país, uma espiral do silêncio. É o que nós vemos através da CPMI das Fake News, também conhecida como CPMI da Censura, onde nós vimos recentemente o Sr. Hans River, que foi convocado para depor pelo PT, expondo que fazia disparos de WhatsApp para o PT, e não para o então candidato Jair Bolsonaro. E agora estão falando até em prendê-lo, porque ele falou aquilo que a esquerda não queria que ele falasse. Essa tentativa de intimidação através de imprensa e através de meios judiciais nada mais é do que um cala-boca. É: “Não fale dos meus vídeos, não alerte aos pais sobre as coisas inapropriadas que eu falo para crianças”.

É um absurdo, é uma tentativa de censura ao parlamentar e à sua equipe. Mas eu não tenho medo nenhum de Felipe Neto, de revista *Época* ou de Guilherme Amado. E este parlamentar, este mandato, vai continuar sendo combativo, sem medo dos progressistas, do politicamente correto, alertando aos pais sobre o lixo de conteúdo que as crianças podem estar consumindo no YouTube.

Para encerrar, eu passo aqui um recado aos pais: tomem muito cuidado com o que seus filhos assistem na internet, não somente Felipe Neto, porque eles são muito bons de desculpas. Depois que eu postei o vídeo, aí começou um turbilhão de mensagens. Que era *fake news*, que naquele tempo ele não tinha público infantil. Ora, se não tinha público infantil, por que ele fala para as crianças? “Não, mas ele colocou no vídeo: ‘só para maiores de 18 anos’.” Felipe Neto publicou no YouTube um vídeo ensinando menores de idade como criar contas *fakes* no YouTube, para burlar a ferramenta que bloqueia o acesso a menores de 18 anos. Ele não quer que isso seja exposto, ele não quer que essa questão seja trazida à tona, e ele tenta nos intimidar através de um capacho na imprensa e de medidas judiciais infundadas.

Eu não tenho medo desse tipo de intimidação, e nós vamos continuar o nosso trabalho e a nossa divulgação com toda a tranquilidade, doa a quem doer. Não é Felipe Neto ou quem quer que seja que vai nos calar. Muito obrigado.

O deputado Fernando Pacheco* – Boa tarde, presidente, deputado Antonio Carlos Arantes; todos os que estão nos acompanhando pela TV Assembleia; funcionários; deputado Bruno Engler!

Venho à tribuna desta Casa para, mais uma vez, mencionar que a cidade de Cataguases, de quinta-feira até sábado à tarde, ficou debaixo de águas provenientes de cheias do Rio Pomba. E foi uma cheia diferente. Apesar de ter tido um volume de água em que o rio subiu 1m a menos, ela teve um comportamento muito esquisito. Demorou dois dias e meio para a água baixar, isso na área central da cidade, inclusive. Ou seja, milhares de residências com as suas paredes, com as suas estruturas mergulhadas numa água. Pior do que isso: uma condição de água estagnada, contaminada, que poderá trazer inúmeros problemas de saúde pública. Pior ainda: baixou a água, a poeira ficou também contaminada por uma água já contaminada e estagnada vindo das cheias do rio.

E aí a gente tem que fazer alguma coisa, a gente não pode mais só se conformar com a situação. A gente precisa. Eu fiz requerimentos aqui, presidente, pois quero saber como vai ser feita a distribuição do dinheiro do governo federal que veio para o governo de Minas Gerais, para saber como é que também, dentro do requerimento, o governo estadual procederá com a distribuição dos recursos. Espero que primeiro seja para as cidades que estão em caráter de emergência decretada e homologada pelo governo estadual, porque nós estamos perdendo as mínimas estruturas. Ficaram cinco, seis bairros ilhados, ou seja, sem comunicação com a área de hospital, área de escola e até trabalho, tendo, em alguns casos, que transportar as pessoas de barco. E a cidade ficou num ambiente de estagnação completa. Parecia uma cidade abandonada. Isso me causou muito senso de dificuldade para reagir a essa situação.

Então, eu quero pedir ao governo do Estado de Minas Gerais que possa nos dar uma orientação, um plano de trabalho sobre o que será feito. Porque eu posso sugerir, dentre algumas coisas, que nós, deputados que quisermos, possamos destinar as emendas impositivas como um adiantamento para poder atender essa situação, já que ao longo do ano nós teremos que ter a indicação para

alguma finalidade. Eu me proponho já a indicar as minhas para poder atender a região, mas desde que isso seja para agora. Porque não adianta ela seguir o mesmo rito de ser entregue quando o governo quiser, geralmente depois do segundo semestre.

Estou apresentando algumas ideias. Espero que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais também faça isso de forma que a gente possa criar um sistema de convergência para o recurso chegar até o município. Nós não podemos ficar discutindo muito o problema, porque doenças podem se instalar, estruturas podem ser abaladas por esse efeito que eu falo que é diferente. Sempre as cheias vêm e vão com horas. Dessa vez, eu fui para lá quinta-feira, e a cidade estava debaixo de águas. Quinta-feira à noite, às 6 horas, eu cheguei lá. No sábado, na hora do almoço, ainda estava com água nos mesmos locais, com os bairros ilhados, como eu disse.

Então, queria pedir providências efetivas ao governo do Estado de Minas Gerais e também que nós aqui, deputados, possamos fazer um trabalho de mutirão e propor ideias alternativas, já que nós não podemos executar. Não nos compete fazer execução de obras e serviço, mas, dentro da verba que nós temos, eu sugiro começarmos por esse caminho. Está aí. Eu destino a minha verba para atender a situações de emergência da minha região. Então, que isso sirva de uma ideia para não ficarmos na conversa de que não há dinheiro, não há dinheiro. A gente tem que ter criatividade e saber fazer com o pouco que temos o atendimento às prioridades.

Agradeço a todos. Muito obrigado. Dessa forma, peço providência ao governo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/2/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Marcela Menezes Costa, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Henrique Maciel Campos Santiago, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Sou Minas Gerais, vice-líder deputado Noraldino Júnior.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 7/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 26/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, em 17/3/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de licenças de *software*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 95/2019

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: P & W Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços odontológicos, em regime ambulatorial, na especialidade de clínica geral aos deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009-3.3.90-10.1.

**ERRATA****PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.832/2019****Mesa da Assembleia**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/2/2020, na pág. 99, no fecho, onde se lê:

“18 de fevereiro de 2019.”, leia-se:

“18 de fevereiro de 2020.”.